



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA
EDUCANORTE- ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE

GERCINA FERREIRA DA SILVA

**POLÍTICA EDUCACIONAL E EDUCAÇÃO DE MULHERES NA AMAZÔNIA
TOCANTINA (1958 – 1963)**



Belém
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA
EDUCANORTE – ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE

GERCINA FERREIRA DA SILVA

**POLÍTICA EDUCACIONAL E EDUCAÇÃO DE MULHERES NA AMAZÔNIA
TOCANTINA (1958 – 1963)**

Texto apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia – EDUCANORTE – Associação Plena em Rede como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Damasceno.

Belém
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586p Silva, Gercina Ferreira da.
 Política educacional e educação de mulheres na amazônia /
 Gercina Ferreira da Silva. — 2025.
 120 f. : il. color.

 Orientador(a): Prof. Dr. Alberto Damasceno
 Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de
 Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Programa de Pós-
 Graduação em Educação na Amazônia, Belém, 2025.

 1. Instituições Educativas. 2. Congregação Religiosa. 3.
 Educação Feminina. 4. Nacional Desenvolvimentismo. 5.
 Amazônia Tocantina. I. Título.

CDD 370.811

POLÍTICA EDUCACIONAL E EDUCAÇÃO DE MULHERES NA AMAZÔNIA TOCANTINA (1958 – 1963)

Texto apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia – EDUCANORTE – Associação Plena em Rede como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação na Amazônia.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alberto Damasceno (Presidente)
Universidade Federal do Pará - UFPA

Prof.^a Dra. Clarice Nascimento de Melo (Avaliador Interno)
Universidade Federal do Pará - UFPA

Prof.^a Dra. Maria Aparecida Custódio (Avaliadora Externa)
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof.^a Dra. Maria José Aviz (Avaliadora Interna)
Universidade Federal do Pará

Prof.^a Dr. Anselmo Colares (Avaliador Interno)
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

“Como a leitura, a escrita é frequentemente um fruto proibido para as mulheres. [...] Desse modo, as mulheres, frequentemente, apagam delas mesmas as marcas que adquiriram dos passos que deram no mundo, como que se deixá-las transparecer fosse uma ofensa à ordem.”

Michelle Perrot

*À minha mãe, Odete Ferreira (In Memoriam),
por ter sido uma mulher forte e corajosa. Seu
sonho era fazer de suas filhas e filhos
“doutores(as)”.*

*Eis-me aqui, mãe! Seu sonho ficará gravado
nas estrelas e de lá me verá. O pouco tempo que
passamos juntas não me permitiu compreender
o que significava ser mulher e os desafios que
essa palavra carrega.*

*Mas o seu legado possibilitou ensinamentos
valiosos que levo comigo aonde for,
experiências únicas que me fazem forte e
corajosa como você. Obrigada!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que em sua Trindade Santa tem me acompanhado e fortalecido em toda esta caminhada.

Agradeço aos meus pais, Benedito Silva e Odete Ferreira, que me amaram e, em suas fragilidades, tentaram passar o melhor de si.

Agradeço aos meus filhos, Luciano, Robert e Gilmar Filho, presentes de Deus, que me alegram a vida neste mundo e para além, na eternidade.

Agradeço a minha Casa de irmãs e irmãos, sobrinhos, sobrinhas, tias, tios, primos, primas, pelo apoio em todos os momentos alegres, nas crises, pela presença constante e incondicional a todas as etapas, não só do doutorado, como em todo o percurso da minha vida.

Agradeço a Gilmar Maués (esposo), que durante toda a caminhada foi apoio seguro, fiel e presente. A Letícia Moraes, pela ajuda no início do processo, formatando, corrigindo o embrião do projeto para o processo seletivo, presença carinhosa e paciente.

Agradeço ao meu orientador, Alberto Damasceno. Conhecê-lo foi, antes de tudo, um presente de Deus. Tenho total admiração pela pessoa que é, pelo seu caráter, pela sua militância, pela sua inteligência, pelo seu compromisso em lutar pelo que é certo. Seus ensinamentos, levarei por toda a minha vida.

Agradeço à professora Clarice Melo pela constante paciência, conhecimentos partilhados, compreensão, que, sem se tornar pesado, proporcionaram momentos de intenso aprendizado.

Agradeço as/os amigas/os irmã/os de fé, de todas as horas, Jane Elisa Otomar, Taís Nogueira, Márcio Barradas e Levy Cristo pelo incentivo e participação comigo no desafio desde o mestrado. Nossa amizade foi uma das melhores coisas que me aconteceu. Nossos encontros cheios de muitos risos, teoria, cercados de lanches deliciosos e companheirismo, dias inesquecivelmente saudosos, de uma amizade rica, necessária e planejada por Deus. Se preciso fosse, faria tudo de novo.

Agradeço ao amigo que o doutorado me trouxe, que é muito especial ao meu coração, Jefferson Felgueiras. Fizemos uma parceria de ajuda mútua, incentivando-nos sempre, sem deixar a peteca cair e, olha, foram muitos momentos. Obrigada, meu amigo, pela sua ajuda incondicional, me convidando para trabalhar junto com você. Seu carinho, sua força e seu talento não tem preço!!! Esses quatro anos vividos contigo em nossas viagens, reuniões, congressos vão deixar muitas saudades.

Agradeço a todos os integrantes do LAPEM/UFPA pela parceria e contribuições ao texto, quase sempre, em nossos encontros semanais. Uma tese se escreve com muitas outras mãos. Em especial à Danielly Campos, ao camarada e companheiro Smile Golobovante e à fiel escudeira de todas as horas, Suellem Pantoja. Valeu!!

Agradeço aos professores (as) Doutores (as) Maria Aparecida Custódio, Maria José Avis do Rosário e Anselmo de Alencar Colares por aceitarem o convite para estarem comigo neste percurso tão importante na minha vida acadêmica.

Agradeço à direção do INSA por ter disponibilizado o funcionário Abílio Gomes, que não media esforços para ajudar em relação aos documentos, sabia cada lugar, cada estande, sempre de bom humor e prestativo. Enfim, GRATIDÃO é a palavra que me invade neste momento na realização deste sonho.

RESUMO

Esta tese está inserida no campo da História da Educação, tem como tema a História da Educação de Mulheres em Instituições Religiosas e, como objeto de estudo, a formação de mulheres no curso normal pedagógico do Instituto Nossa Senhora dos Anjos (INSA), localizado no município de Abaetetuba, no Estado do Pará — um espaço educacional confessional, inserido na região da Amazônia Tocantina. O foco da investigação recai sobre a educação de mulheres promovida pela atuação religiosa e pedagógica da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, responsáveis pela implantação do referido curso no município. Este trabalho tem como objetivo analisar a educação de mulheres no curso normal pedagógico do Instituto Nossa Senhora dos Anjos (INSA), no município de Abaetetuba/PA. O recorte temporal delimitou-se entre os anos de 1958 a 1963. Essa escolha justifica-se pelo início do Curso Normal Pedagógico no INSA, enquanto o término desse intervalo se dá com o objetivo de circunscrever o estudo ao que a historiografia denomina como Período Democrático. Diante disso, esta pesquisa é de natureza histórica e tem como base principal a análise de documentos. Para Marc Bloch (2001), estudar a história de uma sociedade exige compreender os sujeitos que a compõem, situando-os nas tramas sociais e temporais da sua existência. A história é a ciência das transformações, e o desafio principal está em compreender que o passado não deve ser simplesmente preservado ou reverenciado, mas sim problematizado. Na contribuição documental, trazemos Le Goff, (1990), ao afirmar que o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que detinham o poder. Nesse sentido, as fontes utilizadas compreendem: Decretos de autorização, Estatuto da Instituição, Regimento interno do INSA, Decreto Estadual (1961), Atas de Matrícula, Lista de relação de alunas, Livro de Ocorrências entre outros. Nos fundamentamos teoricamente à luz de: Edward Palmer Thompson (1981, 1987, 1998, 2011) que enfatiza a historicidade das experiências humanas, situando os sujeitos nas relações sociais em que estão inseridos, auxiliando na compreensão dos processos de formação, educação e cultura; Michelle Perrot (1995, 2005, 2007) como pesquisadora do século XX, revela experiências femininas e contribuições históricas para o campo ajudando a compreender transformações graduais nas condições das vidas das mulheres; Jane Soares de Almeida (1998) trazendo em suas pesquisas o século XX como um período de ampliação da atuação profissional feminina no campo da educação, período usados nesta pesquisa; entre outros. A Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, desde sua fundação em 1904, tem sido prioritariamente voltada para o público feminino e sua experiência no Pará, no início do século XX, foi importante para consolidar a Congregação como agente educacional na formação de mulheres na região norte do Brasil. Com base nos estudos desenvolvidos, comprovamos a hipótese de que a educação de mulheres abaetetubenses, realizada entre os anos de 1958 a 1963, começou com o curso de magistério oferecido pela Congregação das Missionárias Capuchinhas. Em contra partida, essa educação representou um processo de formação conservadora, modelando na doutrina católica e cuja base ideológica reforçava a submissão à sociedade patriarcal vigente.

Palavras-chave: Instituições Educativas; Congregação Religiosa; Educação Feminina; Nacional Desenvolvimentismo; Amazônia Tocantina.

ABSTRACT

This thesis is part of the field of History of Education, with the theme of History of Women's Education in Religious Institutions and, as its object of study, the training of women in the normal pedagogical course at the Instituto Nossa Senhora dos Anjos (INSA), located in the municipality of Abaetetuba, in the state of Pará — a confessional educational space, located in the Tocantina Amazon region. The focus of the investigation is on the education of women promoted by the religious and pedagogical activities of the Congregation of Capuchin Missionary Sisters, responsible for implementing the course in the municipality. This work aims to analyze the education of women in the normal pedagogical course at the Nossa Senhora dos Anjos Institute (INSA), in the municipality of Abaetetuba/PA. The time frame was limited to the years 1958 to 1963. This choice is justified by the beginning of the Normal Pedagogical Course at INSA, while the end of this interval is intended to circumscribe the study to what historiography calls the Democratic Period. Given this, this research is historical in nature and is based primarily on the analysis of documents. According to Marc Bloch (2001), studying the history of a society requires understanding the individuals who make it up, placing them within the social and temporal frameworks of their existence. History is the science of transformations, and the main challenge lies in understanding that the past should not simply be preserved or revered, but rather questioned and problematized. In the documentary contribution, we bring Le Goff (1990) to affirm that the document is not something that belongs to the past, but rather a product of the society that produced it according to the power relations that held power. In this sense, the sources used include: Authorization decrees, Institution Statute, INSA Internal Regulations, State Decree (1961), Enrollment Minutes, List of students, Incident Book, among others. Our theoretical foundation is based on: Edward Palmer Thompson (1981, 1987, 1998, 2011), who emphasizes the historicity of human experiences, situating individuals within the social relations in which they are embedded, thus aiding in the understanding of educational, formative, and cultural processes; Michelle Perrot (1995, 2005, 2007), a 20th-century researcher who reveals female experiences and historical contributions to the field, helping to understand gradual changes in women's living conditions; Jane Soares de Almeida (1998), whose research focuses on the 20th century as a period of expanding female professional participation in the field of education—this being the period used in the present study; among others. The Congregation of the Capuchin Missionary Sisters, since its founding in 1904, has been primarily dedicated to women, and its experience in Pará at the beginning of the 20th century was important in establishing the Congregation as an educational agent in the formation of women in the northern region of Brazil. Based on the studies conducted, we confirm the hypothesis that the education of women in Abaetetuba, carried out between the years 1958 and 1963, began with the teacher training course offered by the Congregation of the Capuchin Missionary Sisters. However, this education represented a conservative formative process, shaped by Catholic doctrine and whose ideological foundation reinforced submission to the prevailing patriarchal society.

Keywords: Educational Institutions; Religious Congregation; Women's Education; National Developmentalism; Tocantina Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Grupo Escolar de Abaeté	49
Figura 2 – Prédio do INSA, 1958	51
Figura 3 – Prédio do INSA, 1958	51
Figura 4 – Ato solene de inauguração	52
Figura 5 – Irmãs Capuchinhas Fundadoras	53
Figura 6 – Educandário Nossa Senhora dos Anjos, 1953	57
Figura 7 – Brasão comemorativo dos 50 anos	62
Figura 8 – Estudantes perfiladas	94
Figura 9 – Estudantes desfilando	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dissertações sobre história de mulheres normalistas	16
Quadro 2 – Dissertações e Teses referentes aos descritores “escola confessional” e “educação franciscana”.	17
Quadro 3 – Irmãs Franciscanas da Fraternidade do Prata em 1906	37
Quadro 4 – Irmãs Franciscanas da Fraternidade de Ourém em 1906	37
Quadro 5 – Escolas Isoladas	47
Quadro 6 – Alunos e alunas matriculados em 1953	59
Quadro 7 – Quantidade de alunas por idade no ano de 1958	79
Quadro 8 – Profissões dos pais das estudantes matriculadas em 1958	80
Quadro 9 – Profissão dos pais das estudantes matriculadas em 1960	81
Quadro 10 – Quantidade de estudantes por idade no ano de 1961	81
Quadro 11 – Profissão dos pais das estudantes matriculadas em 1961.	82
Quadro 12 – Profissão dos pais das estudantes matriculadas em 1963.	82
Quadro 13 – Quadro das estudantes Bolsistas matriculadas no curso normal	86
Quadro 14 – Horário de aulas do 1º, 2º e 3º ano do curso normal ano letivo de 1961	90
Quadro 15 – Disciplina Ensino Religioso e História Divina	90
Quadro 16 – Disciplinas pedagógicas	91
Quadro 17 – Terceiro bloco de disciplinas	91
Quadro 18 – Matriculadas e formadas nos anos de 1958 a 1963	105

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBPE - Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

CRPE - Centro Regional de Pesquisas Educacionais

GEA - Grupo Escolar de Abaeté

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSA - Instituto Nossa Senhora dos Anjos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

UFPA - Universidade Federal do Pará

UNESP – Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 Questões Teórico-metodológicas	22
1.2 História de Mulheres e História das Instituições	26
2. ESCOLA NORMAL CONFSSIONAL NA AMAZÔNIA TOCANTINA	32
2.1 Uma congregação franciscana feminina criada na Amazônia	32
2.2 Abaetetuba, uma cidade localizada na Amazônia Tocantina.....	41
2.3 Educandário: projeto inicial.....	55
2.4 Os cinquenta anos do INSA	61
3. A POLÍTICA EDUCACIONAL NO PERÍODO DO NACIONAL- DESENVOLVIMENTISMO (1945 a 1963)	64
3.1. A política de formação de professores nos anos 1950 a 1960	66
3.2 O curso normal pedagógico no Pará.....	71
4. A EDUCAÇÃO DE MULHERES NO INSTITUTO NOSSA SENHORA DOS ANJOS	75
4.1 Quem eram essas mulheres?.....	76
4.2 Acesso e permanência: As condições de admissão das alunas.....	83
4.3 Atividades curriculares	88
4.4. Atividades extracurriculares e a moralidade.....	96
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS	110

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa está inserida no campo da História da Educação, tem como tema a história da educação de mulheres em instituições religiosas e como objeto de estudo a formação de mulheres no curso normal pedagógico do Instituto Nossa Senhora dos Anjos (INSA), localizado no município de Abaetetuba, no Estado do Pará — um espaço educacional confessional, inserido na região da Amazônia Tocantina. O foco da investigação recai sobre a educação de mulheres promovida pela atuação religiosa e pedagógica das Irmãs Missionárias Capuchinhas, responsáveis pela implantação do referido curso no município. Antes de adentrarmos propriamente na análise do tema, dedicamo-nos a apresentar, de forma breve, as motivações que impulsionaram o desenvolvimento desta pesquisa.

O envolvimento com essa temática teve início durante o mestrado, por meio de um estudo sobre a educação de meninas indígenas. As fontes consultadas naquela ocasião traziam informações que extrapolavam o recorte temporal inicialmente proposto (1898 a 1921), especialmente no que se refere à atuação da Congregação das Irmãs Capuchinhas. A análise documental revelou que a congregação presente em Igarapé-Açu, a partir de 1898, estava vinculada aos frades capuchinhos lombardos, religiosos provenientes da Itália que integravam um projeto de colonização e catequese articulado com o Estado do Pará.

Em 1904, esses frades fundaram a Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, com o objetivo de que mulheres religiosas assumissem a responsabilidade pela educação de meninas indígenas, órfãs e pobres. Como observam Custódio (2016) e Silva (2020), a congregação foi fundada em Belém do Pará por iniciativa do frei João Pedro Recalcatti, capuchinho italiano, com o apoio de leigas franciscanas, que atuavam como catequistas e professoras em uma escola paroquial em Canindé, no Ceará. A convite do frade, essas mulheres deslocaram-se para o Pará e formaram o núcleo fundador da congregação, cuja missão inicial era educar meninas indígenas na Colônia Santo Antônio do Prata. Desde então, as Irmãs Capuchinhas passaram a atuar não apenas na educação, mas também em outras frentes assistenciais, como orfanatos, asilos infantis, lazaretos e leprosários, moldando sua atuação conforme as necessidades dos contextos locais onde eram designadas.

O documento *Regras e Constituição da Congregação Missionária Capuchinha*, datado de 1907 e localizado no Arquivo de Fortaleza, constitui o primeiro documento normativo da Congregação. Nele, observa-se que a principal área de atuação definida era a educação, embora as religiosas também recebessem formação para atender, quando necessário, demandas na área da saúde. No decorrer da pesquisa realizada durante o mestrado, foi possível constatar que essa

congregação religiosa feminina de tradição franciscana desenvolvia um projeto educacional voltado à formação de mulheres, em especial meninas indígenas, pobres e órfãs, e a formulação inicial do programa contou com a orientação dos frades capuchinhos lombardos.

Após a conclusão da dissertação de mestrado, propus-me a dar continuidade aos estudos, candidatando-me ao doutorado com o objetivo de investigar outros territórios nos quais as Irmãs Capuchinhas desenvolveram ações educacionais voltadas à formação de mulheres. Em 2021, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia, da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Belém. O projeto de pesquisa apresentado teve como proposta analisar a história da educação feminina no curso normal pedagógico instituído pelas Irmãs Missionárias Capuchinhas na cidade de Abaetetuba, no estado do Pará.

Desde sua fundação, em 1904, a Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas tem desenvolvido ações voltadas prioritariamente ao público feminino e indígena. Um marco importante dessa atuação foi a criação de um instituto educacional destinado a meninas e meninos indígenas no interior de Igarapé-Açu/PA, realizado com o apoio do governo estadual. Essa iniciativa integrava um projeto de caráter civilizador e evangelizador. A experiência acumulada nesse contexto permitiu à Congregação expandir sua atuação para outras localidades da Amazônia, estruturando propostas educacionais ancoradas em valores cristãos e numa concepção de formação moral e social (Silva, 2020).

A experiência vivida pelas Irmãs Capuchinhas no Pará, no início do século XX, foi fundamental para a consolidação da Congregação como agente educacional na formação de mulheres na região Norte do Brasil. A implantação de seu projeto educacional na cidade de Abaetetuba deve ser compreendida como marco mais amplo da política de catequese e civilização promovida pela Igreja Católica na Amazônia.

No Baixo Tocantins, os trabalhos evangelizadores eram coordenados pela Diocese de Belém, que delegava a execução das ações pastorais e educativas aos padres. No período em questão, esse papel foi inicialmente assumido pelos frades capuchinhos, configurando a primeira presença sistemática de uma ordem religiosa católica na região. Nesse contexto, a atuação das Irmãs Capuchinhas deve ser entendida em estreita relação com o ramo masculino da congregação, uma vez que sua chegada e inserção nas atividades locais derivaram diretamente dessa articulação.

Religiosos e religiosas enfrentavam múltiplos desafios no processo de formação religiosa e moral das populações ribeirinhas, em especial no que se refere à consolidação de práticas escolares e catequéticas junto às comunidades dispersas na região.

Esse cenário permite compreender a chegada das Irmãs Capuchinhas ao município de Abaetetuba e a fundação de um instituto educacional como parte de um projeto missionário mais amplo, vinculado à lógica civilizatória promovida pela Igreja Católica. Quando a congregação se estabeleceu no local, a carência de oferta educacional era evidente. Na época, a cidade dispunha do Grupo Escolar Basílio de Carvalho, uma escola pública mista de ensino primário, cuja proposta pedagógica despertava desconfiança entre as famílias de orientação mais conservadora. As famílias com melhores recursos financeiros, por sua vez, preferiam enviar suas filhas à capital, Belém, em busca de uma formação considerada mais adequada aos padrões morais e religiosos vigentes.

No ano de 2023, buscando mapear as produções em Teses e Dissertações que têm como referência de análise a História de Mulheres em Espaços Religiosos, no período de 2013 a 2023, fizemos um levantamento na plataforma de busca da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esse recorte temporal, abrangendo um período de dez anos, justifica-se pela busca de conhecimento sobre trabalhos acadêmicos na área da História da Educação Brasileira, com foco nos Estudos de Histórias de Mulheres em Espaços Religiosos, na História de Normalistas e na História da Educação em Instituições Franciscanas — tópico central deste trabalho —, tendo o cuidado de trazer uma pesquisa inédita que busca trilhar caminhos ainda não explorados.

Devido ao rigor na condução deste trabalho, partimos de um objetivo de pesquisa, estabelecemos critérios de inclusão e exclusão para a busca, e, considerando esses critérios e intenções, mapeamos as informações que respondessem ao nosso problema de pesquisa, na etapa de busca e extração de dados. Nesse sentido, classificamos este estudo como produto da técnica de Revisão Sistemática que, baseada em evidências e estudos secundários já desenvolvidos, “servirá de base para a descoberta de conhecimento necessário à construção do estado da arte sobre um determinado objeto” (Rocha et al., 2018, p. 2).

Como critério de inclusão dos trabalhos, selecionamos aqueles que tratavam do tema delimitado, de forma específica, com o descritor: *história de mulheres normalistas*. Assim, encontramos quinze trabalhos que tinham proximidade com o nosso objeto de estudo. Um fato interessante é que, dos quinze trabalhos, apenas um pertencia a um pesquisador do sexo masculino. Entre as dissertações e teses pesquisadas, duas eram teses em História; três dissertações em História; quatro dissertações em Ciências Humanas e seis dissertações em Educação.

Quadro 1 – Dissertações sobre história de mulheres normalistas

Ano	Autor	Título	Instituição
2017	Fernanda Batista do Prado	Entre o oratório e a profissão: formação de professoras na Escola Normal Rural Nossa Senhora Auxiliadora em Porto Velho/RO (1930-1946)	UFMT
2019	Marilu Marqueto Rodrigues	Professores e Professoras em Mato Grosso: entre várzea Grande e Ponta-Porã na fronteira do Estado (1940-1974)	UFMT
2020	Andreia Pereira dos Santos	Memórias da docência como “ato de amor”: a divisão sexual do trabalho docente no Alto Sertão da Bahia nas primeiras décadas do século XX	UESB
2021	Sthefany Matheus da Silva	O papel da escola normal secundária “Leonel Franca” de Paranavaí na formação de professoras (1956-1974)	UNESPAR
2022	Carmem Terezinha Koppe	Marcia Priscila Brown: uma pedagogia americana na reforma da escola normal de São Paulo (1890-1896)	PUCPR
2022	Juliana Alice Costa Freire	Mulher e Educação: vozes, saberes e vivências de professoras na escola normal do Ceará/Instituto de Educação do Ceará	UFCE

Fonte: Elaborado pela Autora com base em informações obtidas no site da CAPES, 2023.

De acordo com Prado (2017), a educação de mulheres foi preconizada pelas normas de Dom Bosco, marcadas pela submissão de moças e a aceitação de crenças salesianas, com finalidade de formar mulheres sob os dogmas do catolicismo na escola normal, que era estruturada em área rural. Nesse estudo, é adotado os pressupostos da História Nova, utilizando como metodologia a pesquisa documental.

Rodrigues (2019), no estudo sobre formação de professores e professoras rurais de Mato Grosso, investigou, através de uma pesquisa documental, a organização da escola normal do estado, analisando como se deu a criação e instalação da escola rural em um período histórico marcado pelas discussões sobre o ensino rural. Além disso, constatou que a formação docente desenvolvida pela instituição é marcada por princípios religiosos conservadores e que oportunizou a instrução de professores e professoras para as séries iniciais.

Santos (2020) teve como objetivo em sua pesquisa analisar a prescrição da docência como “ato de amor” no âmbito da escola normal de Caetité, nas primeiras décadas do século XX. O estudo foi realizado por meio das memórias presentes em arquivos e na Revista de Educação ORGAM, a fim de desnaturalizar e questionar a divisão sexual do trabalho docente. Nesse sentido, a pesquisadora conclui que essa divisão seguia o movimento nacional de feminização do magistério, no qual o trabalho docente moldava-se a partir das construções dos papéis sociais dos gêneros.

Silva (2021b) constatou, em sua dissertação, que a escola normal secundária *Leonel França* fez parte da formação de uma geração de educadores e educadoras nas primeiras décadas do século XX. A escola normal foi um espaço reconhecido pela escolarização das mulheres na região do estado do Paraná. Utilizou, como fontes de pesquisa, documentos escolares do arquivo da escola, acervos particulares e fotografias. O objetivo foi compreender

o processo de formação e inserção socioeducacional de mulheres, promovido pela escola normal no estado do Paraná nas décadas de 50 a 70.

Koppe (2021) buscou avaliar a trajetória de Marcia Priscila Brown e sua participação na escola normal de São Paulo. A experiência em escolas públicas americanas a trouxeram para São Paulo para trabalhar novas metodologias de ensino teorizadas por Pestalozzi e Froebel. Seu trabalho ajudou a modernizar a educação pública da capital paulista na reforma de 1890, e que perdurou até 1960, nas escolas normais. O trabalho está inserido no campo da História da Educação sob o aporte da História Cultural. Trata-se de uma pesquisa documental que utilizou fontes encontradas em arquivos e jornais americanos. A autora conclui que a atuação de Brown fez circular saberes e práticas modernas de ensino no Brasil, adaptando-se a uma cultura muito diversa da sua.

Esses trabalhos nos chamaram a atenção por se aproximarem da nossa questão de pesquisa, bem como pelo recorte temporal, devido à disseminação da educação normal a partir da década de 1930. A educação feminina é predominante nos estudos sobre escolas normais, os quais trazem uma discussão sobre os princípios da fé cristã e a imposição de formar mulheres segundo esses princípios. No entanto, percebemos, a partir dessa busca que nos propusemos realizar, que, apesar de certas aproximações com o objeto, nossa análise se diferencia pela forma como os ensinamentos foram direcionados às mulheres para que atuassem não só como professoras primárias, mas também como catequistas.

No quadro 2, apresentaremos um descritor essencial para esta pesquisa: a disseminação da educação franciscana. Utilizamos o site da Plataforma Capes de Teses e Dissertações para identificar estudos relacionados ao nosso objeto de investigação. Com o descritor “escola confessional”, obtivemos 357 trabalhos; ao refiná-lo para “escola confessional e educação franciscana”, restaram cinco resultados. O mapeamento considerou o período de 2013 a 2023.

Quadro 2 – Dissertações e Teses referentes aos descritores “escola confessional” e “educação franciscana”.

Ano	Trabalho	Autor	Título	Instituição
2020	Dissertação	Sabrina Gabriele Sander	As irmãs de Bonlanden: colégio franciscano São Miguel de Landário (1940 a 1974)	UFGD
2021	Tese	Juliana da Silva Monteiro	O Patronato de menores de Dourados – MT/MS: cultura escolar e estratégia da ação social franciscana (1950 a 1983)	UFGD
2022	Tese	Claudiani Ferreira da Cunha Rodelini	A Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã e sua atuação na educação escolar em Itaporã-MT (1958-1972)	UFGD
2023	Tese	Lilian Gleisia Alves dos Santos	Memórias do Colejão: O Instituto Nossa Senhora Aparecida e a História da Educação em Salinas-MG (1951-1977)	UESB

Fonte: Elaborada pela Autora, 2023.

Sander (2020), em sua dissertação, está voltada para a História das Instituições Educacionais e tem como objetivo discutir a criação, representações e práticas culturais da instituição denominada Colégio Franciscano São Miguel Ladário, no estado do Mato Grosso, bem como o direcionamento das irmãs e dos padres na formação educacional dos meninos e meninas para o cuidado do lar e vocação religiosa. As fontes usadas foram plantas-baixas do colégio, iconografias, estatuto, ata e crônicas escritas em alemão.

Monteiro (2022) busca, em sua tese, compreender em que medida as estratégias de atuação da Ação Social Franciscana e a cultura escolar, desenvolvida no Patronato de Menores de Dourados, legitimaram a consolidação da influência católica e contribuíram para a expansão do ensino na região. Entidade que está inserida no campo das Instituições Escolares e faz parte da Ordem dos Frades Menores vindos da Alemanha. Apesar de ter sido criada, segundo os documentos oficiais, como um Patronato de Menores, na prática, a instituição não atendeu aos chamados menores desvalidos. Apesar disso, contribuiu para a expansão do ensino na região.

Rodelini (2022) pesquisou sobre a atuação educacional da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, originárias da Província do Rio Grande do Sul, migraram para o sul de Mato Grosso, em Dourados e Itaporã. A questão central está organizada em como a Congregação, em sua atuação educacional, contribuiu para o desenvolvimento da educação escolar de orientação católica nas décadas de 1950 a 1970. Na resposta a essa pergunta, a autora afirma que as irmãs e os franciscanos construíram táticas e estratégias para que o ensino normal, primário, jardim de infância e ginásial fossem ofertados e legitimados tanto nas escolas confessionais quanto nas públicas.

Santos (2023) investigou a atuação do INSA, da Congregação das Irmãs Clarissas Franciscanas, no processo de escolarização na cidade de Salinas/MG. Na pesquisa, foi usada a História Oral como metodologia, pois a autora analisou, interpretou e somou entrevistas a um acervo documental e concluiu que a formação das meninas se efetivou por meio de um processo civilizador, em que estavam presentes a disciplina, a obediência e as desigualdades de gênero por meio de práticas tradicionais e políticas culturais.

Pizato (2023) pesquisou sobre a História da Formação de Professores do Estado de Mato Grosso. O objetivo central da dissertação foi analisar o curso de magistério da escola franciscana Imaculada Conceição, buscando compreender o processo de sua criação, instalação e funcionamento. A pesquisa situa-se na Nova História Cultural, com cunho documental e bibliográfico, e discorre sobre a formação de mulheres, constatando que o corpo docente era constituído apenas por mulheres, em sua maioria freiras franciscanas. A autora conclui que o

curso de magistério desenvolvido na escola, assim como o seu currículo, pode ser classificado como tecnicistas, tendo como principal propósito ensinar as futuras professoras o “saber fazer”.

Dos cinco trabalhos expostos no quadro 2, destacamos três, duas teses e uma dissertação: 1) Claudiani Ferreira da Cunha Rodelini, tese de 2022, com o trabalho *A Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã e sua atuação na educação escolar em Itaporã-MT (1958-1972)*; 2) Lilian Gleisia Alves dos Santos, tese de 2023, *Memórias do Colejão: O Instituto Nossa Senhora Aparecida e a História da Educação em Salinas-MG (1951-1977)*; e 3) Adriana Mendonça Pizato, dissertação de 2023, *História do curso de magistério da escola franciscana Imaculada Conceição no município de Dourados-MT/MS (1974-1991)*, por se constituírem em estudos que abordam a história de mulheres em espaços religiosos. Entendemos que, nesse eixo temático, muitas são as questões que podem ser problematizadas, como, por exemplo, a compreensão de que, apesar da superioridade numérica das mulheres na sociedade, a participação delas em instâncias decisórias da vida social seja invisibilizada; ou como a possibilidade de se entender o papel das mulheres em instituições religiosas para o campo da Educação, uma vez que, por séculos, a educação ficou a cargo desse setor, que é composto em grande número pelo público feminino.

Dando prosseguimento a esta pesquisa, delimitamos o recorte temporal entre os anos de 1958 a 1963. Essa escolha justifica-se pelo início do Curso Normal Pedagógico no Instituto Nossa Senhora dos Anjos (INSA), em 1958, enquanto o término desse intervalo foi estabelecido com o objetivo de circunscrever o estudo ao período que a historiografia denomina como Período Democrático, conforme propõe Carvalho (2002) ao se referir à fase situada entre as duas experiências autoritárias do Brasil no século XX: a ditadura varguista e a ditadura civil-militar.

O problema de pesquisa que orientou este estudo diz respeito sobre como se deu a educação de mulheres no curso normal pedagógico do Instituto Nossa Senhora dos Anjos (INSA), no município de Abaetetuba, com foco sobre a formação dessas mulheres no contexto de uma ação educativa promovida por uma instituição confessional, a partir da instalação do curso normal, iniciado em 1958, o primeiro desse tipo na cidade.

Nessa linha de raciocínio, para atingir nosso intento de analisar esse processo de escolarização, definimos as seguintes questões norteadoras, que estruturaram e orientaram o percurso desta pesquisa: Qual o contexto sociopolítico no qual se deu a formação oferecida no curso normal? Quais eram os princípios educacionais e religiosos que orientaram a formação oferecida às alunas? Como os dispositivos institucionais, morais e curriculares do INSA, entre 1958 a 1963, moldaram a formação docente?

Diante dessa perspectiva de análise, partimos da hipótese de que a educação de mulheres, organizada entre os anos de 1958 a 1963 em Abaetetuba, teve seu início por meio do curso de magistério oferecido pela Congregação das Missionárias Capuchinhas, o que representou um momento significativo na história do município. No entanto, a educação oferecida na instituição não estava alicerçada na ideia de emancipação dessas mulheres, mas seguiam um modelo de base cristã e moralista, no qual elas teriam como substrato de formação práticas educativas com vistas à sua submissão, perpetuando a manutenção de uma sociedade patriarcal.

Dessa forma, estabelecemos como objetivo geral: analisar como se deu a educação de mulheres no curso normal pedagógico do Instituto Nossa Senhora dos Anjos (INSA), no município de Abaetetuba/PA, no período de 1958 a 1963. Como objetivos específicos, propomo-nos a: compreender o contexto sociopolítico no qual se deu a educação oferecida no curso normal; examinar os princípios religiosos e educacionais que orientaram a formação oferecida às alunas; identificar as experiências escolares das jovens mulheres no Instituto de Educação do INSA, entre 1958 e 1963, considerando os dispositivos institucionais, morais e curriculares que conformaram a formação docente.

A relevância pessoal se deve por ser meu lugar de fala e pelo meu envolvimento com a temática geral desde o mestrado. A relevância social deste estudo reside no fato de lançar luz sobre a história educacional do município de Abaetetuba, valorizando sua cultura, sua gente e suas instituições. Ao investigar a formação de mulheres em um curso normal confessional, esta pesquisa contribui para a construção do acervo cultural e histórico da região, servindo de base para novas investigações. Nesse sentido, esta pesquisa focaliza o território socio-geográfico e acadêmico do estado do Pará, em dimensão local/regional, tratando das questões relativas à História da Educação de mulheres ribeirinhas.

Do ponto de vista acadêmico, o estudo se inscreve no campo da História da Educação no Pará, com foco na história da educação de mulheres — uma temática necessária, urgente e ainda pouco explorada. Ao trazer para o debate a figura da mulher ribeirinha, pobre e historicamente invisibilizada, busca-se contribuir para a ampliação do conhecimento e para a formulação de políticas públicas e ações que respondam às especificidades desse grupo social. Trata-se, portanto, de uma pesquisa que conjuga memória, identidade, resistência e compromisso com a justiça social e com a valorização da história da educação na Amazônia.

A importância da realização desta pesquisa reside, em primeiro lugar, na necessidade de trazer à luz essas trajetórias silenciadas ao longo do tempo. Parafraseando Perrot (1995), é preciso construir estratégias que nos permitam ultrapassar a escassez de registros sobre nossas

vidas, tornando-as públicas e visíveis, e assim preencher uma lacuna persistente na historiografia educacional.

Desde a década de 1970, com o avanço dos estudos historiográficos voltados aos sujeitos historicamente invisibilizados, a história das mulheres, em suas múltiplas formas de atuação social, vem conquistando um espaço relevante nas pesquisas. No entanto, quando buscamos compreender a presença e os feitos do gênero feminino ao longo da história, percebemos a existência de lacunas importantes ainda não preenchidas. É comum encontrarmos os grandes nomes da política, da ciência e da cultura ocupados majoritariamente por homens, enquanto a presença feminina segue, muitas vezes, marginalizada ou ausente nos registros oficiais.

A história, durante muito tempo, foi narrada sob uma ótica que excluía as mulheres ou as restringia a papéis secundários. No entanto, intelectuais, donas de casa, médicas, freiras, professoras, enfermeiras, entre tantas outras, também fizeram parte da construção da sociedade e merecem espaço na narrativa histórica. Falar sobre a história de mulheres é, portanto, reconhecer seu protagonismo enquanto sujeitos históricos plenos, cuja atuação foi sistematicamente negligenciada pelos registros de memória — instrumento central do apagamento do feminino na historiografia.

A historiadora Michelle Perrot (2007) é uma referência fundamental nesse campo, ao se dedicar, como pesquisadora do século XIX, a revelar experiências femininas e suas contribuições históricas. Perrot busca compreender as transformações graduais nas condições de vida das mulheres, sua participação nos diferentes espaços sociais e os sentidos atribuídos às suas trajetórias. A discussão sobre os marcos históricos da presença feminina contribui, inclusive, para superar uma visão reducionista da mulher como mera vítima da história, oferecendo uma abordagem mais complexa, plural e dinâmica.

Como destaca a autora: “As mulheres são atrizes da história. Elas nem sempre são oprimidas, e exerceram poder ou até opressão. Dizer que elas nem sempre têm razão, foram felizes, apaixonadas” (Perrot, 2005, p. 166). Nesse sentido, escrever sobre mulheres não é uma forma de reparação, mas sim uma busca por compreensão — por uma inteligibilidade mais ampla da história.

Desenvolver este estudo, portanto, é contribuir com o campo da história da educação das mulheres na Amazônia, especialmente na região ribeirinha, a partir da realidade do município de Abaetetuba. Busca-se construir um panorama histórico que valorize a trajetória de sujeitos femininos que viveram um período de intensa transformação local, marcado pela expansão urbana, pelo crescimento econômico e pela atuação de instituições confessionais na

educação. Essas mulheres, com seus sonhos, desafios e contribuições, compõem um mosaico de experiências que ainda permanecem pouco exploradas, mas cuja visibilidade é fundamental para o fortalecimento da história local e da memória coletiva.

1.1 Questões Teórico-metodológicas

A pesquisa que desenvolvemos é de natureza histórica e tem como base principal o uso e a análise de documentos. Para o historiador Eric Hobsbawm (1998), todo ser humano possui uma consciência do passado. Tal percepção se manifesta, por exemplo, na convivência com pessoas mais velhas, portadoras de memórias de outros tempos. Todas as sociedades que interessam ao historiador possuem um passado, uma vez que ser membro de uma comunidade humana é, essencialmente, situar-se em relação a ele. O passado, nesse sentido, constitui uma dimensão permanente da consciência humana e é um componente inevitável das instituições, dos valores e das práticas sociais.

Cabe ao historiador, nesse processo, analisar a natureza dessa consciência histórica e identificar as suas permanências, rupturas e transformações ao longo do tempo. Segundo Hobsbawm (1998), muitas vezes lidamos com sociedades em que o passado funciona como parâmetro e padrão para o presente. Cada geração tende a reproduzir, em maior ou menor grau, os legados da anterior. Por isso, o trabalho do historiador é essencial: compreender as continuidades, os desaparecimentos e as mudanças que marcam os processos históricos.

Nesse percurso, torna-se imprescindível refletir sobre a forma como o historiador apresenta o passado ao público. Marc Bloch (2001, p. 52), ao problematizar o ofício do historiador, afirma que "a própria ideia de que o passado, enquanto tal, possa ser objeto da ciência é absurda" (p. 52). Para ele, a História é a ciência das transformações. O desafio está em compreender que o passado não deve ser simplesmente preservado ou reverenciado, mas sim problematizado. Isso se aplica diretamente à investigação sobre a educação das mulheres no contexto específico desta pesquisa, exigindo do historiador o exercício constante de análise crítica.

Ainda segundo Bloch (2001), estudar a história de uma sociedade exige compreender os sujeitos que a compõem, situando-os nas tramas sociais e temporais de sua existência. Em sua concepção, a História é a ciência dos homens no tempo — homens e mulheres enquanto sujeitos históricos, inseridos em processos sociais mais amplos. Assim, a História não se define apenas por seus objetos, mas também por seus métodos. Isso implica reconhecer o protagonismo humano como categoria fundamental na análise histórica, recusando abordagens

deterministas ou automáticas. Nesse sentido, o historiador é chamado a prestar contas — intelectual, ética e metodologicamente — de sua produção (Bloch, 2001).

Conforme argumentam Rodrigues e França (2010), ao se debruçar sobre a leitura de documentos históricos, o pesquisador deve atentar tanto à sua forma material quanto ao seu conteúdo, buscando compreender a intenção de quem os produziu, de quem os leu e de quem os interpreta. Embora haja proximidade entre pesquisa documental e bibliográfica, as autoras destacam que o que as distingue é justamente a natureza das fontes mobilizadas.

Partimos da premissa de que nem todas as experiências humanas podem ser plenamente recuperadas. As vivências de homens e mulheres em determinado tempo e espaço deixam vestígios fragmentários, que exigem do historiador sensibilidade e rigor na interpretação (Rodrigues; França, 2010). Ainda assim, conforme inspira Lombardi (2004, p. 155), ao longo do tempo foram produzidos registros diversos — documentos, monumentos, testemunhos — que nos permitem compreender a trajetória humana em suas múltiplas dimensões.

Para compreender o lugar das fontes na pesquisa histórica, associamo-nos à perspectiva de Barros (2008), que destaca a ampliação do conceito de fonte histórica no século XX. A historiografia contemporânea passou a considerar como documentos históricos não apenas textos oficiais, mas uma diversidade de registros culturais e cotidianos:

Se a historiografia do século XX ampliou o seu conceito de fonte histórica para um mundo não-textual de possibilidades, também ampliou extraordinariamente os tipos de documentação escrita com quais irá lidar. [...] hoje qualquer texto pode ser constituído pelo historiador como fonte: o diário de uma jovem desconhecida, uma obra da alta literatura ou da literatura de cordel, as atas de reunião de um clube, as notícias de jornal, as propagandas de uma revista, as letras de música, ou até mesmo uma simples receita de bolo. Não há mais limites para os tipos de textos que podem servir como materiais para o historiador. (Barros, 2008, p. 134).

Nesse sentido, conforme nos adverte Jacques Le Goff (1990), todo documento é, antes de tudo, um testemunho, e deve ser tratado com a crítica histórica. O historiador precisa manter-se atento ao fato de que o documento é sempre uma produção social, elaborada a partir das relações de poder de seu tempo. Assim, “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (Le Goff, 1990, p. 545). A crítica documental é, portanto, central: só ela permite ao historiador fazer uso científico da fonte, compreendendo seus limites, intenções e significados.

O percurso metodológico desta tese teve início ainda no mestrado, quando a Congregação aqui pesquisada já era objeto de investigação. A continuidade desta pesquisa,

agora em outro território, deu-se a partir de documentos acessados desde então. A análise desse acervo revelou a possibilidade de aprofundar a compreensão sobre a educação de mulheres no curso normal do Instituto Nossa Senhora dos Anjos, em Abaetetuba. Essa trajetória investigativa, articulada entre fontes documentais e referenciais teórico-metodológicos, dá sustentação à construção do conhecimento histórico proposto neste trabalho.

A formulação do projeto de tese teve início com a coleta e análise de fontes documentais, centrada principalmente nos arquivos da instituição investigada. O acesso aos documentos foi facilitado pela localização do Instituto na mesma cidade onde resido, e pela disponibilidade da atual gestora, responsável pela instituição, que autorizou minha entrada no espaço da secretaria escolar, onde estão armazenados os principais registros da história da instituição — especialmente aqueles relacionados ao curso de formação de professoras. Desde os primeiros acessos, foi possível localizar documentos fundamentais para a compreensão da organização e do funcionamento da escola, como o Decreto de autorização, o Estatuto e o Regimento Interno do Instituto Nossa Senhora dos Anjos (INSA), além de outros registros administrativos e pedagógicos.

Entre os documentos localizados, destaca-se o Decreto Estadual nº 2.767, de 27 de outubro de 1961, que dispõe sobre as condições para o exercício da docência no magistério primário, tanto no ensino oficial quanto no particular, sob inspeção do Estado. Esse decreto organizava normas gerais para o exercício da função docente e, nesse mesmo exemplar do jornal oficial, encontra-se também a publicação do Decreto nº 3.788, pelo qual o governador do Estado concede outorga de mandato à Escola Normal Nossa Senhora dos Anjos, situada no município de Abaetetuba. Esses registros revelam aspectos formais e legais da institucionalização do curso normal no contexto paraense, evidenciando a articulação entre o Estado, a Igreja e a formação de mulheres para o magistério.

A digitalização de parte do acervo buscou garantir a preservação e facilitar o tratamento analítico das fontes, embora, como frequentemente ocorre, essa iniciativa enfrenta o desafio da deterioração material dos documentos. Entre os registros coletados, encontram-se também o Estatuto da instituição, com informações sobre sua fundação em 1953, sob a direção das Irmãs Missionárias Capuchinhas, e o Regimento Interno, que traz diretrizes sobre a organização pedagógica e disciplinar da escola, revelando a concepção de formação e os valores que orientavam a prática educativa da instituição.

O ano de 2022 foi especialmente dedicado a um esforço de “garimpagem documental” na secretaria da escola, com o objetivo de localizar fontes que remetessem ao contexto histórico e ao objeto de estudo da tese: a formação de mulheres para o magistério primário. O acervo

revelou ainda deliberações, contratos, licenças de funcionamento, registros de outorga, fichas de matrícula, boletins, exames de admissão, além da relação de disciplinas cursadas nas três séries do curso e nomes dos professores atuantes. Esse conjunto documental oferece subsídios valiosos para a compreensão da estrutura do curso normal e da trajetória das normalistas no período estudado.

Além das fontes escritas, também foram mobilizados registros fotográficos, que retratam momentos da vida escolar e da atuação das normalistas em diferentes espaços educativos e sociais. A análise de fotografias, nesse caso, não se limita a uma função ilustrativa, mas é tratada como parte do corpus documental da pesquisa.

Seria realmente difícil escrever sobre a pré-história europeia, por exemplo, sem a evidência das pinturas das cavernas de Altamira e Lascaux, ao passo que a história do Egito antigo seria imensuravelmente mais pobre sem o testemunho das pinturas nos túmulos. Em ambos os casos, as imagens oferecem virtualmente a única evidência de práticas sociais, como a caça...as pinturas nas catacumbas romanas foram estudadas no século XVII como evidência para a história do início do cristianismo (e no século XIX, como evidência para a história social (Burke, 2020, p. 19).

Podemos observar que o autor, Peter Burke, dá importância ao uso das imagens como evidência histórica. As imagens são documentos históricos que devem ser submetidos a uma crítica semelhante àquela aplicada aos textos escritos. Para o autor, embora ainda sejam poucos os historiadores que exploram acervos iconográficos, o uso da imagem pode revelar dimensões simbólicas e culturais da experiência histórica, desde que acompanhada de uma leitura atenta à sua produção, circulação e recepção.

Para a fundamentação teórica da tese, recorreremos à obra de Edward Palmer Thompson, cujas contribuições à História Social nos auxiliam na compreensão dos processos de formação, educação e cultura. Embora Thompson não tenha se dedicado diretamente à teoria da educação, sua abordagem nos oferece instrumentos valiosos para refletir sobre os processos formativos vivenciados pelas normalistas, bem como sobre as práticas culturais e educativas mobilizadas por essas mulheres em sua trajetória.

Sua perspectiva enfatiza a historicidade das experiências humanas, situando os sujeitos nas relações sociais em que se constituem. A educação, nesse sentido, é entendida como um processo amplo, que transcende os espaços formais de escolarização, e se realiza no conjunto das relações sociais. Como afirma Schuller (2014, p. 101), para Thompson, a docência é um campo em que se aprende mais do que se ensina, pois o conhecimento se produz na e pela experiência. Três conceitos centrais da sua obra — educação, cultura e experiência — têm sido amplamente apropriados pela historiografia educacional contemporânea.

Nas palavras de Bertucci (2010, p. 12), “os sujeitos se constituem, se formam, se educam, nas mais diversas circunstâncias em que vivem, seja no mundo do trabalho, da família, da comunidade de pares, do lazer, entre muitos outros”. Essa compreensão dialética da formação humana permite abordar a trajetória das normalistas para além da escola, considerando os múltiplos espaços de socialização e os conflitos inerentes ao seu processo de escolarização e inserção profissional.

No que diz respeito ao tratamento metodológico das fontes, empregamos a análise de conteúdo, conforme delineada por autores como Bardin (2016) e Franco (2018). Para Franco, a criação de categorias analíticas é um dos aspectos centrais da análise, exigindo do pesquisador rigor conceitual e sensibilidade interpretativa. A análise de conteúdo, nesse sentido, permite compreender os significados subjacentes aos documentos, considerando tanto suas dimensões explícitas quanto os sentidos latentes que emergem de seu contexto de produção. A mensagem — seja ela verbal, gestual, imagética ou documental — é interpretada a partir de seu corpus de significação, ou seja, de suas características formais e de sua inserção histórica e cultural.

Nesse sentido, o estudo das fontes ocorreu a partir de categorias analíticas, as quais serão apresentadas no desenvolver deste trabalho. Para Franco (2018), a criação de categorias é o ponto crucial da análise de conteúdo, sendo um processo longo e difícil.

Para a autora, a análise de conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral e escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada pois o significado de um objeto pode ser absorvido, compreendido e generalizado a partir de suas características definidoras e pelo seu *corpus* de significação

Assim, o percurso metodológico desta pesquisa articula a crítica documental à análise de conteúdo, inserindo as fontes num processo de interpretação histórica comprometida com os sentidos da formação no interior de um contexto social, político e eclesial específico. A partir desse entrelaçamento entre teoria e método, procuramos reconstruir as experiências educativas das mulheres formadas no INSA, compreendendo como suas trajetórias revelam dimensões mais amplas da história da educação na Amazônia.

1.2 História de Mulheres e História das Instituições

Para Soihet (2000, p. 401), a onda do movimento feminista, que iniciou a partir da década de 60, foi um dos momentos decisivos para o surgimento da História das Mulheres. A emergência da História das Mulheres como um campo de estudo não só acompanhou as campanhas feministas para a melhoria das condições profissionais, como envolveu a expansão

dos limites da história. As mulheres passam, então, a reivindicar cursos nas universidades dedicados ao estudo das mulheres, e países como Estados Unidos, França e Inglaterra se dedicam a esse fim.

Na década de 1970, outras partes da Europa e o Brasil reconhecem a importância dessa inserção e passam a incorporar em suas universidades estudos referentes às mulheres — identidade, diferença, gênero —, bem como combater a acusação de que elas não participavam dos grandes acontecimentos políticos e sociais da história. “Surge, daí, a importância de enfoques que permitam superar a dicotomia entre vitimização e sucessos femininos, buscando visualizar toda a complexidade de sua atuação.”

Dessa forma, ao se considerar a mulher como sujeito histórico, ela passa a integrar o cenário historiográfico com os estudos sobre uma nova história das mulheres. Portanto, pela inovação na historiografia, abriram-se inúmeros temas: trabalho, política, educação e direitos civis. Introduziram-se também novos objetos de análise, como a família, a maternidade, os gestos, os sentimentos, a sexualidade e o corpo, entre outros (Soihet, 2000).

Assim, é importante analisar o lugar social em que as mulheres desta pesquisa estavam inseridas pois buscamos construir uma história que se articule com o lugar social, o que exige compreender esse espaço. O campo investigativo da história da educação de mulheres nos ajuda a entender que o espaço de educação fundado pelas religiosas abrigava histórias diversas. Nesse entendimento, percebemos que muitas mulheres — professoras, amigas, mães, religiosas — foram alunas do INSA, onde se concretizaram histórias de lutas, vivências e histórias que poderiam ser registradas para que se conheça melhor esse público e, quem sabe, identificar quem eram esses sujeitos que ali fizeram uma história que precisa ser contada.

Dessa forma, buscamos entender que “as mulheres têm uma história e não estão fadadas apenas para a reprodução. Elas são agentes históricos e possuem uma historicidade relativa às ações cotidianas, uma historicidade entre os sexos” (Perrot, 1995, p. 9). Escrever sobre elas significa levá-las à sério, não aceitar o discurso por muito tempo reproduzido de que não se escrevia sobre elas pela ausência de fontes, como também funciona como uma crítica à estrutura de uma narrativa apresentada como universal.

Para a autora, viemos caminhando em passos graduais e decisivos para que hoje a história de mulheres seja possível de ser contada. Nesse sentido, é de vital importância saber quais as razões do silêncio que envolvia as mulheres enquanto sujeitos da história. Com pesquisas no cenário francês, três datas simbólicas foram importantes para esse feito: 1973, 1983 e 1990. Nesse momento em que fervilhavam dúvidas, ou mesmo direcionamento para o objeto em si, houve contribuições de inúmeros estudiosos, como historiadores, sociólogos,

psicólogos, chamando a comunidade acadêmica para debates, cursos, seminários, campos de discussão decisivos em busca de resposta.

Dentre as contribuições desses estudos, podemos citar o esclarecimento sobre dois âmbitos: a história das mulheres e a história da relação entre os sexos. Saber diferenciar esses campos permite respeitar subjetividades. Para Joan Scott (1990), sexo e gênero foram um dos eixos teóricos de maior reflexão nos últimos anos, e sua contribuição está em seus estudos ao afirmar que masculino e feminino não são conceitos naturais e imutáveis, mas sim construções históricas e culturais. Portanto, podem ser desconstruídos em todos os campos de estudo.

Essa é uma discussão importante, que tem gerado opiniões em várias áreas e encontrado espaço fértil em muitos segmentos da sociedade, além de contribuir significativamente para a área do Direito. A história de gênero tem sua qualidade, importância e lugar de destaque na pesquisa histórica, sendo considerada extremamente útil. Sua luta é perfeitamente legítima, mas precisamos ter cuidado para não confundir com a história das mulheres nem tentar, por meio dela, preencher a ausência de uma história social das mulheres. A importância disso está em compreender que “não é a desconstrução do discurso masculino erigidos sobre as mulheres, mas o esforço para sobrepujar a escassez de fatos relativos às suas vidas” (Perrot, 1995, p. 25).

Para a autora, a feminização do magistério teve seu início a partir dos anos finais do século XIX e foi fortalecida pela República. Com a República, o imaginário brasileiro intensificou a ideia de que as mulheres eram mais vocacionadas a educar a infância. Isso se deu pelo fato de que as mulheres eram possuidoras de qualidades de amor ao próximo, facilitando trazer para o espaço das salas de aula o público feminino. Esse fenômeno fez com que o público masculino cada vez mais se distanciasse da escola, indo ao encontro de outras oportunidades de trabalho, “buscando outras opções na estrutura hierárquica escolar, ocupando cargos administrativos” (Saviani, 2014, p. 57).

Partindo de uma sociedade que precisava se ajustar aos novos tempos, a escola apresenta uma visão de escola que domestica, cuida, ampara, ama e educa. Para isso, as mulheres têm parte decisiva nesse processo com a responsabilidade de guiar a infância e moralizar os costumes. Essa “missão”, que a mulher não pediu, mas que foi imposta pela sociedade, teve sua participação no caminhar para uma profissão, configurando no século XX a tríade à qual a mulher teve que se adequar: mulher-mãe-professora.

Nessa visão se construiria a imagem da mulher-mãe-professora, aquela que iluminava na senda do saber e da moralidade, qual mãe amorosa debruçada sobre as frágeis crianças a serem orientadas e transformadas por ensinamentos que possuíam a capacidade natural de desenhar destinos e acalantar esperanças, coadjuvantes

inspiradoras de uma escola que se erigia como transformadora de consciências (Saviani, 2014, p. 58).

De acordo com Almeida (2014), o século XX foi um período de ampliação da atuação profissional feminina no campo da educação. O magistério foi, consequentemente, construído como um ramo da educação que tinha um “dever sagrado”, um sacerdócio, uma missão, reforçado pela Igreja, na qual o ato de ensinar era visto como algo divino. Essa tradição acabou por marcar negativamente a profissão, visto que o desempenho obtido era associado à necessidade de a mulher possuir virtudes.

A virtuosidade foi estruturada em uma sociedade que passou a reforçar a imagem da mulher como “anjo protetor”. Essa característica foi incorporada como elemento central no trabalho feminino. Sendo assim,

a vinculação entre ação educativa e catequética, entre a figura da educadora e da missionária passou a associar-se a imagem da mulher, na qual as principais qualidades deveriam ser a virtude, o amor e o desapego às recompensas materiais. O lugar das mulheres, na segunda metade do século XIX, passou a ter um destaque dentro da família. Ela assumiu uma nova configuração no imaginário público e privado, tanto em nível político quanto em nível religiosos e literário (Chamon, 2005, p. 67).

Percebendo essa visão, as escolas religiosas e instituições educativas, intensificam essa educação voltada para a mulher, trazendo ensinamentos que as enaltecem como “heroínas domésticas, responsáveis pelo restabelecimento da harmonia do lar e da paz da família. Com seus sofrimentos, sacrifícios e virtudes, deveriam afastar todo mal que porventura circundasse seu nicho de amor” (Chamon, 2005, p. 67). Nesse sentido, sendo o INSA uma escola confessional, sob orientação dos princípios da Igreja Católica Apostólica Romana, a escola concede em seu espaço educacional os ensinamentos cristãos. E, dada a importância no seu projeto educacional, os preceitos de uma fé embasada na Bíblia era parte integrante, associada aos ensinamentos do currículo formal.

Nesse sentido, Louro (2000, p. 447) afirma que

a educação feminina não poderia ser concebida sem uma sólida formação cristã, que seria a chave principal de qualquer projeto educativo. Deve-se notar que, embora a expressão *cristã* tenha um caráter mais abrangente, a referência para a sociedade brasileira da época era, sem dúvida, o catolicismo. Ainda que a República formalizasse a separação da igreja católica do Estado, permaneceria como dominante a moral religiosa, que apontava para as mulheres a dicotomia entre Eva e Maria. A escolha entre esses dois modelos representava, na verdade, uma não-escolha, pois se esperava que as meninas e jovens construíssem suas vidas pela imagem de pureza da virgem.

Portanto, a educação praticada nas escolas confessionais tinha em seu núcleo uma formação além do currículo formal. Louro (2000, p. 447) reitera que a educação com base no catolicismo ainda pressupunha que as mulheres deveriam ter em suas práticas o exemplo de Maria, mãe de Jesus:

Através do símbolo mariano se apelava tanto para a sagrada missão da maternidade quanto para a manutenção da pureza feminina. Esse ideal feminino implicava o recato e o pudor, a busca constante de uma perfeição moral, a aceitação de sacrifícios, a ação educadora dos filhos e filhas.

Nesse sentido, o estudo das fontes ocorreu a partir de categorias analíticas, as quais serão apresentadas no desenvolver deste trabalho. Para Franco (2018), a criação de categorias é o ponto crucial da análise de conteúdo, sendo um processo longo e difícil.

Para a autora, a análise de conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral e escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada pois o significado de um objeto pode ser absorvido, compreendido e generalizado a partir de suas características definidoras e pelo seu *corpus* de significação

Dessa forma, organizamos esta tese em quatro seções que estão estruturadas da seguinte forma: na primeira seção: “Introdução” que constitui as motivações do estudo, o objeto, a problematização, hipótese, o objetivo geral e os específicos, fundamentação teórica da pesquisa, o município de Abaetetuba como uma Amazônia, existentes em diferentes territórios e suas especificidades, como território escolhido para a ação religiosa e as mulheres, objeto desta pesquisa.

Na segunda seção: “Escola Normal Confessional na Amazônia Tocantina” abordaremos a chegada das religiosas para fundação da escola normal na cidade de Abaetetuba, território escolhido para a ação religiosa e educacional. Nesse contexto, evidenciaremos os documentos que são base para o desenvolvimento de uma educação comprometida com as moças, moradoras do município e a valorização dessa educação cristã para formação. Ainda nesse capítulo, abordamos a história de mulheres como necessidade histórica que se faz importante para a história da educação.

Na terceira seção: “A Política Educacional no Período do Nacional Desenvolvimentista (1945 a 1963)”, procuramos situar o momento histórico no Brasil e as mudanças nas políticas educacionais nacionais em relação ao ensino primário e as mulheres como parte central dessa política como projeto de sociedade e o curso normal pedagógico no Estado do Pará.

Na quarta seção: “A Educação de Mulheres no Instituto Nossa Senhora dos Anjos”, buscamos identificar quem são as mulheres que na segunda metade do século XX iniciaram um movimento para a formação de professoras no município de Abaetetuba, como foi essa formação, a concepção e as práticas formativas envolvidas nessa formação em uma instituição religiosa.

2. ESCOLA NORMAL CONFSSIONAL NA AMAZÔNIA TOCANTINA

Nesta segunda seção, abordaremos a origem da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, sua instalação na cidade de Abaetetuba e os avanços realizados nas modalidades de ensino, cujos resultados promoveram mudanças significativas na educação e na realidade do município. Nesse contexto, evidenciaremos os documentos que servem de base para o desenvolvimento de uma educação comprometida com as moças residentes no município de Abaetetuba, ressaltando a valorização da educação cristã voltada à formação de mulheres, de modo que possamos compreender quem eram aquelas que buscavam a formação como professoras primárias. Ainda nesta seção, trataremos da história das mulheres como uma necessidade histórica essencial para a compreensão da história da educação e da própria Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, responsáveis pela formação de professoras na região Tocantina.

2.1 Uma congregação franciscana feminina criada na Amazônia

Desde o ano de 1904, período em que chegaram ao Pará, as moças que vieram com a missão de cuidar e instruir meninas internas do instituto de educação da Colônia do Prata, iniciaram seu rito de passagem de uma pessoa com vida comum para a vida religiosa. Seus atributos de mulheres tementes a Deus e o desejo de cumprir a missão que lhes foi conferida fizeram-nas aceitar o convite de seus superiores, fundando a Congregação das Irmãs Terceiras Regulares Capuchinhas de São Francisco.

Em seu primeiro centenário de fundação, segundo Castilho (2004), as Capuchinhas relataram que a congregação cresceu e começou a atuar nas diversas regiões do Brasil, no Equador e na África, servindo à Igreja e à sociedade através de diversas atividades de misericórdia: educação formal e popular, saúde, assistência aos hansenianos, à velhice, à infância abandonada (casas de crianças e meninos em situação de rua) e em fraternidades inseridas em áreas periféricas.

Quando o frei João Pedro¹, superior da Ordem dos lombardos² no Brasil, precisou de mulheres para o serviço no instituto de educação, enviou convites a diversas ordens femininas instaladas no Brasil, mas todos foram recusados pois o escândalo do massacre de Alto Alegre

¹ Frei João Pedro de Sexto São João fundador da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas.

² A Congregação dos Frades Capuchinhos é originalmente da Província da Lombardia, região situada próxima da cidade de Milão (Nembro, 1998).

no Maranhão³ fez com que muitas ordens femininas experientes na educação de meninas temessem pelas vidas de suas religiosas.

Esse fato fez com que frei João Pedro mandasse buscar moças nordestinas para o serviço. Moças essas que já participavam do trabalho fundado pelos Capuchinhos na região Nordeste do Brasil, advindos Província de Milão e que já estavam no Brasil desde 1893 com o intento de fundar casas de missões, dedicando-se à catequese dos indígenas, à educação de meninos ou à santificação dos povos. A Ordem lombarda era especificamente masculina. Acerca da fundação de uma dessas missões dos Lombardos, foi registrado:

abrimos outra no Estado do Pará por instância do Excm^o Sr. Paes de Carvalho, governador do Estado. Foi essa a colônia de Santo Antônio do Prata, a qual tem por fim a catequese dos índios. Nela há um instituto ou colégio masculino com 64 meninos, dos quais mais do que a metade são índios e os outros são filhos de christãos pobres (FRADES MENORES CAPUCHINHOS, 1900-1923, p. 2).

Podemos observar que sua principal intenção era catequizar e instruir os meninos, e que tinha pessoal qualificado para cuidar dos mesmos. Quando o superior da missão no Pará, frei Carlos de São Martinho, observou que seus propósitos não estavam sendo frutificados na catequese dos homens da aldeia, achou por bem mudar as estratégias: seu foco mudou ao observar que era a mulher na sociedade dos Tembés, a cunhã, quem determinava a vida política e social da família.

É notável a importância da mulher na organização social, econômica e política desse povo. Entre os papéis da família a mulher é vital. Em sua cultura a menina Tembê passa por toda uma iniciação, sendo a primeira menstruação um marco importante onde a menina é preparada pela avó durante quase um ano com as mudanças do corpo, e qual é sua função. A última etapa seria a apresentação da menina-moça a comunidade: do ponto de vista socioeconômico, depois de passarem pelos rituais de iniciação, as meninas-moças podem constituir uma família extensa, trazendo seus maridos para dentro do grupo familiar de seus pais, uma vez que a residência é uxorilocal. Sendo assim, as mulheres contribuem com o sustento da sua família de origem, pois atraem mais trabalhadores masculinos e estes aumentam o poder político e econômico da família a qual passam a pertencer (Custódio, 2020, p. 18-19).

Esse detalhe cultural da sociedade Tembê foi observado pelos religiosos que passaram a buscar meios de assistir uma educação feminina, modalidade essa que até então não fazia parte da Congregação capuchinha. Nesse sentido, frei João Pedro se organizou para conseguir quem cuidasse das meninas.

³ Refere-se ao assassinato de freiras, padres pelos índios guajajara. A região ficava próxima a cidade de Barra do Corda/MA, onde os frades capuchinhos lombardos eram responsáveis pelo trabalho missionário (Nembro, 1998).

Hoje, porém os destinos desta colônia melhoraram muito, o governador do Estado nos garante a quantia necessária para ultimar-se o instituto feminino. Autorizou-nos a procurar as religiosas franciscanas, que devem dirigir, já informei de tudo os meus superiores da Itália e, em breve período de 6 ou 7 meses espero efectuar a desejada obra (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1900-1923).

Os planos de construir dois institutos já tinham sido referendados pelo Governador do Estado, sendo um para os meninos e outro para as meninas. Os religiosos passaram, então, à tarefa prioritária de conseguir trazer uma ordem feminina para dar conta de cuidar da educação das meninas, para a qual não tinham contingente. Por isso, em 12 de agosto de 1903, pediram permissão para viajar à procura de religiosas para assumirem o instituto feminino.

[...] o governador já nos autorizou a receber do tesouro público a necessária importância para concluir a casa que deverá servir para as Irmãs e para o instituto indígena para as meninas, e, exortava-me a procurar, quanto antes, as religiosas que deverão dirigir o referido instituto. Já se fez o contrato. O governo mantém e fornece tudo o que for necessário à alimentação, instrução e casa e dará uma gratificação anual de mil libras a cada religiosa, com esta gratificação as religiosas pensarão em prover o próprio vestuário (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1903).

A escolha de mulheres para dirigir o instituto não foi uma tarefa fácil para o Frei. Uma alternativa inicial seriam as irmãs italianas de Gênova, que tinham uma boa estrutura para desenvolver o trabalho. Mas pensou melhor e descartou logo em seguida por dois motivos:

1º Pela saúde, porquanto se é difícil aos frades conserva-se-ão no Pará que são homens e, por esta razão, mais fortes e já aclimatados no Ceará, ou no Maranhão, que será das pobres irmãs, vindas diretamente da Itália? Se as mesmas irmãs sofriam tanto em Alto Alegre, clima ótimo e quase europeu, quanto não sofrerão, no Pará, clima verdadeiramente fatal para os europeus?

2º Pela instrução, porque aquelas de Gênova, não somente ignoram a língua portuguesa, aos costumes brasileiros e o método que aqui se usa no ensino, mas que é pior, elas foram formadas para os hospitais e não tem quase nenhuma habilidade para dirigir os colégios. Em Alto Alegre, o Instituto era nosso e elas, não tinham que dar satisfação a ninguém, mas aqui, no Pará, o Instituto é estadual e necessita adotar o método da instrução imposta pelo governo (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1903).

Todos esses cuidados foram pensados pelo frei João Pedro, que viajou pessoalmente para Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro a fim de contatar as religiosas franciscanas para dirigirem o futuro instituto indígena feminino na Colônia do Prata. Além dessa preocupação, existia outra que se baseava na preferência do Governador:

Além disso, o governador tem mostrado o desejo que nós procuremos estas, porquanto, além de serem brasileiras e formadas, propriamente, para dirigir colégios. Ele tem, ainda, duas sobrinhas que pertencem a Congregação das Religiosas Terceira Franciscanas. Finalmente, eu já sabia que elas vinham ao Pará de muito bom grado. Estas são, portanto, as razões que nos fazem preferir as irmãs brasileiras e não aquelas de Gênova (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1903).

Frei João Pedro dava preferência às mulheres que tivessem uma vida abnegada, ou seja, mulheres que renunciaram a uma vida social no mundo e que tivessem inclinação a uma vida reclusa, somente propensas à vida religiosa e com qualidades para educar crianças. Com essa finalidade, ele escreveu aos seus superiores. No início de sua busca, entrou em contato com as Franciscanas do Bom Conselho (PE), mas foi recusado. Em seguida, convidou as Irmãs Catarinas e as Filhas de Sant'Ana (PA), mas não foi atendido. Por fim, escreveu às Irmãs Franciscanas de Maria (RJ) que receberam calorosamente o convite e aceitaram o desafio de vir à Amazônia.

Há alguns dias, encontro-me no Rio de Janeiro, e, alegre-me ao comunicar à P.S Revma. Que os meus desejos foram atendidos por Deus, porque as virtuosas Irmãs Terceiras Franciscanas aderiram, imediatamente, ao meu convite e, no próximo mês de maio, elas inaugurarão o Instituto Feminino de Santo Antônio do Prata, no Pará. AP. S. Revma. Queira favorecer esta obra com uma especial benção, a fim de que possa produzir, em abundância, aquelas vantagens espirituais que são visadas por nós e pelas quais, tantas dificuldades temos superado (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1904).

Mas, faltando dois meses para a inauguração do instituto, as religiosas do Rio de Janeiro informaram à Congregação capuchinha que não poderiam atender ao compromisso firmado. Esse momento foi de reflexão, dada a situação de dificuldade, que levou a Congregação à decisão de fundar uma congregação totalmente brasileira, acostumada com as adversidades das regiões, formada no espírito franciscano e com conhecimentos da missão. Foi então que lembraram que em Canindé (CE) havia cinco moças comprometidas com o serviço pastoral e o com o colégio que naquela região funcionava com a direção dos frades.

As dificuldades que, inesperadamente, irromperam sobre nós, quanto à obtenção das religiosas para o nosso Instituto do Prata, obrigaram-me a recorrer a um meio extraordinário, para salvar a honra da palavra dada ao governador. O meio foi este: de valer-nos de algumas boas Terceiras Seculares que, desde muitos anos, eram dirigidas por nós e manifestavam o desejo de ser religiosas, mas que, por falta de dote, jamais puderam realizar o seu ideal, não obstante as suas ótimas disposições. Hesitei e tremi, diante deste problema. Mas, havendo consultado sobre este assunto aos outros missionários e por todos encorajados, decidi-me a dar o hábito de Terceiras Capuchinhas a cinco daquelas aspirantes (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1905).

As cinco aspirantes relatadas pelo religioso vieram da Terceira Ordem Secular, que estava com trabalho missionário na cidade de Canindé. Trazê-las para o Pará foi um passo importante, ajudando-as a se prepararem para assumir seus novos cargos e missão como manda as constituições da Ordem. A mudança de nome é uma delas. Uma nova vida, um novo nome. Ser escolhida para participar de uma congregação religiosa tinha seus desafios e preferências. De acordo com os escritos de frei João Pedro, as moças que gostariam de seguir a vida religiosa, no início do século XX, na Congregação capuchinha, para atuarem no Pará, teriam que ser reconhecidas de bons costumes, de caráter amável e ótima disposição para trabalhos manuais e com as seguintes qualidades:

- Filiação legítima;
- Cor branca;
- Com 16 anos de idade e não ultrapassar os 30;
- Sem defeitos corporais e livres de qualquer doença crônica ou contagiosa;
- Suficientemente instruída para rezar em latim o ofício parvo de Nª Sª. E bastante capacitadas para serem ou tornarem-se mestras de ensino e de trabalhos;
- Havente (tendo) certidão de batismo, e, sendo possível, também o do Chrisma e do médico;
- Sem dívidas e sem compromissos perante os parentes e pessoas estranhas;
- Que as postulantes se responsabilizem das despesas das viagens até o Pará, e, podendo, levem consigo a quantia necessária para o regresso. Desta condição poderão ser dispensadas em parte ou em tudo somente aquelas que, apesar de sua verdadeira pobreza, apresentem qualidades morais e científicas em grau saliente;
- O dote que for marcado pelo Superior Regular, e não pode e nem deve alienar seus bens, cujo usufructo será administrado pelo mesmo Superior Regular da Missão Capuchinha, como mandam as Constituições das Irmãs (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1905).

Todas essas exigências faziam parte das cobranças elaboradas pela Ordem em relação às mulheres que ansiavam pela vida reclusa. As primeiras mulheres que entraram para a congregação vieram da Região Nordeste do Brasil e foram preparadas para o ritual de mudança de nome. Irmã Isabel Maria de Canindé (Francisca Barbosa Magalhães), Irmã Madalena Maria de Canindé (Maria de Nazaré dos Santos Lessa), Irmã Verônica Maria de Canindé (Cecília de Paula Pimenta), Irmã Clara Maria de Canindé (Ana Xavier Macambira), Irmã Inês Maria de Santa Quitéria (Maria Barbosa Cordeiro). Essas cinco mulheres mudaram seus nomes e iniciaram o trabalho com as meninas do Instituto do Prata, inaugurando com esse episódio o que chamamos de Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, congregação originalmente brasileira, em 1904.

A fundação de uma congregação feminina ampliou os horizontes de conquistas na região. Agora, os frades poderiam fundar outros colégios e aumentar o contingente de freiras, ordenando-as a ir para outros lugares. O trabalho no instituto dava certo e recebia elogios

positivos com os trabalhos das irmãs em instruir e catequizar, por isso, a Ordem foi em busca de outros contratos, em outras cidades, para prosseguir com suas finalidades na região Norte. A orientação de buscar mais mulheres foi dada pelo frei João Pedro:

É, portanto, necessário aumentar o número das ditas religiosas e por isso rogo a todos os sacerdotes e particularmente os Presidentes das Casas, quando lhe aparecer alguma senhora que se sinta chamada ao estado religioso, a dirijam de preferência a mim, na minha ausência, ao Ver. P. Presidente da Casa. Advirto, porém, de não garantirem a elas a aceitação senão depois de terem recebido a decisão minha ou do Presidente do Prata. E porque em tão importante negócio se proceda com a necessária prudência e sabedoria e evitem-se tantos inconvenientes (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1905).

Desse momento em diante, o número de religiosas aumentou, como também as possibilidades de outros espaços para desenvolver o trabalho defendido pelos frades, como o de ir em busca dos índios, pobres ou abandonados. Em 1906, um ano após a fundação do instituto e do início dos trabalhos daquelas cinco mulheres, a congregação já contava com quinze mulheres. O local escolhido para a instalação de outros institutos foi a cidade de Ourém, um povoado às margens do rio Guamá, a 240 quilômetros de Belém.

Quadro 3 – Irmãs Franciscanas da Fraternidade do Prata em 1906

Nº	RELIGIOSAS	SUPERIORA	VIGÁRIA	NOVIÇA
01	Irmã Inês M ^a de Santa Quitéria	X		
02	Irmã Isabel M ^a de Canindé		X	
03	Irmã Jacinta M ^a de São Mateus			X
04	Irmã Rosa M ^a de Mulungu			X
05	Irmã Gertrudes M ^a de Fortaleza			X
06	Irmã Ângela Maria de Maranguape			X
07	Irmã Catarina M ^a de Canindé			X
08	Irmã Luiza M ^a de São Francisco			X
09	Irmã Cecília M ^a de Guaramiranga			X
10	Irmã Dorotéia M ^a de Baturité			X

Fonte: Elaborado pela autora com base em Castilho, 2004, p. 38.

Quadro 4 – Irmãs Franciscanas da Fraternidade de Ourém em 1906

Nº	RELIGIOSAS	SUPERIORA	VIGÁRIA	NOVIÇA
01	Irmã Clara Maria de Canindé	X		
02	Irmã Verônica Maria de Canindé		X	
03	Irmã Madalena M ^a de Canindé			*4
04	Irmã Margarida M ^a de Martins			*
05	Irmã Francisca Maria de Icó			*

Fonte: Elaborado pela autora com base em Castilho, 2004, p. 38.

⁴ A fonte não informa qual a função desempenhada na Congregação. Acreditamos que ainda eram noviças.

No quadro acima, podemos observar que as freiras, que fizeram parte do primeiro grupo de religiosas designadas para o trabalho no Prata, naquele momento, passaram a integrar outra localidade com responsabilidades de gestão. A Irmã Clara Maria de Canindé tinha a função de ser a superiora na casa de Ourém, já a Irmã Verônica Maria de Canindé atuava como vigária. Havia, na nova casa das irmãs, em Ourém, outras três mulheres que acreditamos serem noviças. Um caso curioso nessa formação é o da Irmã Margarida Maria de Canindé, que iniciou sua profissão desde o início no Prata, vindo de Igarapé-Açu, e não do Ceará, como foi o caso das outras cinco fundadoras, incorporando-se ao grupo de religiosas e iniciando seu noviciado com as pioneiras, sendo, portanto, a primeira paraense a integrar a Congregação. O trabalho desenvolvido em Ourém durou até 1914, desenvolvendo não só a educação, como também a fé católica com seus moradores.

A Congregação dos Capuchinhos, percebendo que a congregação feminina estava se desenvolvendo rapidamente, procurou organizá-la como se deve, inicialmente, indo em busca de ajuda, a exemplo de outras congregações femininas fundadas há mais tempo, para organizar, em 1906, sua primeira constituição, mas publicando-a somente em 1907. De acordo essa primeira Constituição da Congregação Capuchinha, podemos verificar o pensamento do seu fundador, frei João Pedro, que tinha alvos bem específicos para a formação das meninas: elas deviam cuidar, primeiro, de sua própria santificação, levando uma vida de abnegação perfeita, ilimitada e absoluta, com obediência e caridade. Em seguida, ocupar-se-iam principalmente da educação da juventude feminina e dos seus cuidados. Por fim, deveriam entender que, mesmo vivendo no mundo, precisavam ser cautelosas, pois não eram mais do mundo, estavam nele apenas para servir e edificar segundo os preceitos cristãos.

No ano de 1907, a Regra e a Constituição das Irmãs Terceiras Regulares, que nasceram da missão capuchinha lombarda, especificamente na região Norte do Brasil, são publicadas a fim de organizar as ações, nomear e designar as Superiores das Casas e também seus confessores, lembrando que sua vida, antes de tudo, era obedecer a toda uma hierarquia masculina acima delas. Por ter sido criada a partir de uma congregação masculina e mantida financeiramente por eles, as religiosas deveriam obedecer às regras postas.

Essa orientação vem organizada logo no primeiro capítulo. Tendo dez capítulos, a primeira Regra e Constituição, criada para organizar a Congregação, tem como princípio a educação e instrução cristã da juventude:

Este serviço consistirá, em primeiro lugar na educação e instrução christã da juventude e secundariamente na assistência aos enfermos. Cuidarão, pois, as Irmãs Capuchinhas com todo zelo e caridade, na educação e instrução moral, intelectual e religiosa da juventude que lhes for entregue, dependendo disso o bem particular de cada alumna, a felicidade da família e o progresso da sociedade (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS TERCEIRA REGULARES DA MISSÃO CAPUCHINHA LOMBARDA DO NORTE DO BRASIL, 1907, p. 14).

A educação da juventude foi, na verdade, a mola propulsora para se chegar à fé. Por meio dos espaços pelo Brasil afora, pela fundação de institutos, casas e colégios, a fé cristã estava atrelada à educação disseminada aos meninos e meninas que passavam por essas instituições. A importância de compreender a primeira Regra e Constituição das Irmãs Capuchinhas é perceber que o conteúdo moral expresso no documento foi implementado na vida das moças que estudam nas escolas por elas administradas.

O braço masculino da Congregação Capuchinha, observando que o trabalho se desenvolveu em pouco tempo e passando a ter facilidade em dialogar com os governos do Pará e Maranhão, inaugurou a terceira casa da Congregação em Barra do Corda, em 1910. O Estado do Maranhão, nesse período, era um local em que a Congregação desfrutava de mais trabalhos e recursos, estruturando-se economicamente, o que permitiu acomodar suas religiosas confortavelmente. Lá, as Irmãs assumiram o Educandário São José da Providência. As conquistas foram aumentando, com a aquisição de um orfanato feminino no Ceará. Ainda no Maranhão, passaram a administrar o Educandário Santa Cruz – anexado em 1973 ao Instituto Divina Pastora –, o Orfanato Santa Luzia e a Casa do Anil, lugar designado como repouso para as religiosas idosas que, à época, já contava com mais de 35 mulheres (Castilho, 2004).

Todas essas aquisições feitas pelos frades capuchinhos foram de grande importância para o crescimento do projeto que eles defendiam e contribuíram para a difusão do nome da Congregação no Brasil. O Maranhão foi determinante para a construção dessa importância, devido à parceria com o Governo, que, como mencionado anteriormente, trazia benefícios para a ação, entre eles, a segurança financeira e o conforto.

No Pará, o trabalho no Instituto do Prata teve início em 1905 e atuava em parceria com o Estado, funcionando em regime de internato e externato. O término do contrato com o Estado forçou os Capuchinhos a deixarem a Colônia do Prata, local onde estavam instalados os dois institutos de educação, em 1922. Nesse processo, o Estado instalou uma colônia correcional agrícola que funcionou até 1924. Com a situação econômica cada vez mais difícil, devido à queda da exportação da borracha, o Estado vendeu a Colônia para o Governo Federal sob orientação do médico sanitário Souza Araújo, pois era sua intenção transformar esse espaço em um leprosário, por conta de um surto de lepra que ocorria em Belém. O governador do

Estado aceitou a proposta feita pela União, deslocando, assim, a colônia correcional agrícola para outro município e indenizando os moradores que possuíam lotes e benfeitorias no local (Souza Araújo, 1924).

A venda da Colônia do Prata para a União forçou os Missionários Capuchinhos a encerrarem sua missão na Colônia. A saída das religiosas do Pará foi gradual, por isso, somente em 1924 todas as irmãs deixaram o estado, juntamente aos frades, quando o governo do Pará não podia mais manter as despesas da missão devido à crise da borracha. O local que serviu de casa para as religiosas egressas do Pará foi São Luís (MA), estruturado para recebê-las. (Silva, 2020).

Desde a morte de seu fundador, frei João Pedro, em 1913, as irmãs passaram por algumas situações difíceis, como a diminuição do número de novas candidatas, a redução de fundações de novas casas e até mesmo a ameaça de encerramento da congregação, designando as irmãs para outras instituições. Essa situação fez com que elas comessem a organizar sua emancipação em relação ao grupo masculino. Nesse cenário, em 1924, ocorreu a eleição da primeira Superiora geral da Congregação. Esse episódio estabeleceu a independência das religiosas, assim, deixaram de ser governadas por um superior dos frades capuchinhos. A partir desse momento, as irmãs passaram a ser governadas por uma mulher eleita por elas. Porém, toda a organização e orientação foram dadas pelos religiosos, pois as missionárias apresentavam uma caminhada de apenas 20 anos e vários de seus empreendimentos dependiam ainda, devido à circunstância financeira, de parceria com o ramo masculino da Congregação.

Esse processo, ocorrido em 1924, colocava as Irmãs em dependência espiritual e institucional ao Bispo de São Luís, onde se encontrava a sede geral da Congregação. Entretanto, em 1929, a sede geral foi transferida para Fortaleza, passando a pertencer à Diocese da capital do Ceará. Apesar disso, as Irmãs ainda precisavam do ramo masculino da Congregação como uma tutela para o prosseguimento dos trabalhos, visto que as dioceses mencionadas eram dirigidas por frades capuchinhos. Como toda congregação que começa seus trabalhos é diocesana (governada pelo bispo da localidade), as irmãs lutavam para que pudessem se tornar independentes, ficando sob administração somente do Sumo Pontífice, o Papa.

Essa luta foi iniciada no ano de 1926, quando a Superiora geral escreveu à Roma solicitando que a autonomia da Congregação fosse aprovada pelo Papa. Esse pedido foi atendido em 1951, com o decreto chamado *Ad experimentum* que demorou sete anos para ser publicado, consolidando a autonomia somente em 1958, após receberem as cartas testemunhais dos bispos das dioceses do Maranhão e de Fortaleza, onde as religiosas trabalhavam. A aprovação definitiva fez com que a Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas

dependesse somente da Santa Sé, na pessoa do Papa, e que os bispos diocesanos não pudessem mais interferir nos trabalhos delas ou em qualquer outra situação que viesse a ocorrer na Congregação feminina.

Durante todo esse processo, as irmãs continuavam com o intento de estruturar a Congregação e conseguir governar, diminuindo as dificuldades que se apresentavam. Ao mesmo tempo em que ocorreu a aprovação definitiva da Congregação, foi feita a mudança do nome: de Congregação das Irmãs Terceiras Capuchinhas para Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, nome que permanece até os dias de hoje. Mesmo que esse episódio tenha demorado muitos anos para acontecer, a Congregação, na pessoa das irmãs superiores como gestoras, continuou a expandir o seu trabalho, adequando-o ao seu perfil.

O período entre 1935 e 1947 foi de um grande crescimento no número de irmãs e de fraternidades. Destacamos esse período, pois foi nele que as Irmãs se expandiram em várias áreas, atuando em educandários, abrigos, maternidades, creches, desenvolvendo trabalhos junto aos hospitais, leprosários e outros. É nesse período que, em 1944, as Irmãs assumem a direção da Casa do Pão de Santo Antônio, em Belém do Pará, ficando responsáveis pelo trabalho até 1996. Depois de sua saída do Pará, em 1924, as Irmãs só retornam em 1944, devido a um trabalho de parceria proposto pelos frades capuchinhos: integrarem o projeto de ajuda aos necessitados e trabalhar na direção da Casa do Pão de Santo Antônio, localizada próximo à Paróquia dos Capuchinhos⁵ e pensada para servir como casa de repouso para idosos. Decidiram aceitar o convite para assistir os anciãos e enfermos como obediência aos votos feitos a Deus.

De 1947 a 1953, durante o mandato de Madre Josefa Maria de Aquiraz, em seu primeiro governo como Superiora geral, ampliaram-se os espaços de ação missionária, e, entre as oito casas conquistadas, estava o Educandário Nossa Senhora dos Anjos, fundado no ano de 1953 em Abaetetuba (PA).

2.2 Abaetetuba, uma cidade localizada na Amazônia Tocantina

No ano de 1948, a Diocese de Belém, comandada pelo Arcebispo metropolitano, Dom Mário Villas-Boas, concede licença aos frades capuchinhos lombardos da Província do Maranhão para cuidar da vida religiosa dos moradores da paróquia de Abaetetuba, com a aprovação da Santa Sé. Com a autorização feita pela Diocese, os capuchinhos chegaram para assumir o trabalho ainda em 1948. Na Ata de fundação do Educandário, em tópico intitulado “Notas sobre a paróquia de Abaetetuba”, podemos verificar que os frades, ao mesmo tempo em

⁵ Ainda hoje localizada na Avenida Castelo Branco, em Belém do Pará.

que faziam o trabalho religioso, teciam comentários sobre o município e sua vida social e estavam envolvidos politicamente e socialmente com a população, relatando, nesse e em outros documentos, casos do cotidiano que afetavam a comunidade.

A preferência para desenvolver o trabalho missionário no município pelos capuchinhos é datada desde o ano de 1937, ano em que os frades vindos de Belém cuidavam da paróquia e organizavam a desobriga⁶. O envolvimento religioso partia de alguns grupos existentes na cidade, organizados para desenvolver trabalho social e missionário.

O Estado do Pará, o segundo em extensão territorial e em que “a floresta é um mundo de gente, olhares, saberes, cores, cheiro e histórias” (Almeida, 2010, p. 291). O autor relata como a Amazônia paraense é cenário de muitas histórias do tempo da colonização, antiga ou recente. Abaetetuba, conhecida como “terra de homens e mulheres valentes”, situada na Região do Baixo Tocantins, é cenário da História da Educação do Pará e parte integrante de uma Amazônia ribeirinha.

Abaetetuba é um município que está estabelecido na Amazônia tocantina. Assim como toda a história conhecida sobre a colonização do Brasil, a história desse município paraense abarca os mesmos personagens: portugueses, padres e índios. Segundo Machado (2020), o aldeamento de índios, atividade desenvolvida pelos padres portugueses jesuítas, por volta de 1635, originou o primeiro aglomerado humano nessa região, que antes era ocupada por nômades. O autor relata o surgimento de uma vila chamada Samaúma, posteriormente chamada Vila de Beja, que havia sido visitada por missionários em trabalho de catequese e hoje é distrito do município de Abaetetuba.

O município fica a duas horas da capital do Estado do Pará, Belém, e sua história de fundação começa com um português chamado Francisco de Azevedo Monteiro, proprietário de uma sesmária, no rio Jarumã, no século XVIII. O português, muito católico, ao ser desviado de sua rota junto com sua família por uma tempestade, temendo por sua vida e de sua família, prometeu a Nossa Senhora da Conceição que ergueria uma capela em sua honra se os livrasse da tempestade.

O português, fundador da cidade, transferiu sua propriedade ao Governo para que se utilizasse dela, visto que não tinha ficado rico; levando uma vida miserável, regressou à capital da província, deixando-a aos cuidados dos escassos moradores. A vila de Abaeté se desenvolveu com a ajuda de dois moradores, um marajoara chamado Manoel da Silva Raposo,

⁶ Ações dos frades capuchinhos que visitavam as comunidades rurais levando os sacramentos para a população que tinham dificuldade de acesso à igreja.

que conseguiu a posse de quase toda a sesmaria do governo, e do padre Aloísio Conrado Pfeil, que organizou o povoado e colaborou com a administração do lugar.

Para Machado (2020, p. 9), a parceria com Manoel Raposo trouxe benefícios à Igreja, pois

A oferta levou padre Pfeil primeiro aumentar a sesmaria às antigas dimensões da sesmaria de Francisco Monteiro. Depois, solicitou a seus superiores a elevação do povoado à categoria de Freguesia, no que foi atendido. Contudo, a nova freguesia estava anexada ao território eclesiástico de Beja, embora tal anexação tenha sido efêmera, uma vez que no ano seguinte ambos os territórios foram anexados ao da capital

Os acontecimentos que levaram à fundação da cidade de Abaetetuba demonstram um legado religioso em suas raízes. A fé católica fez parte dos alicerces da cultura de seu povo. A história do município é contada em vários relatórios de governadores do Pará, entre eles Augusto Montenegro (1904 a 1910), que relata obras realizadas no município, bem como o desenvolvimento econômico, social e cultural resultante.

Como saber deste povo, seu jeito de ser, sua cultura, embrenhados pelas matas e terras abundantes, na Foz do Tocantins, as ilhas por centenas, surgem das águas, pontos imóveis rodeados de rios que andam sem parar, descendo ou subindo sob a pressão cósmica do mar. Os habitantes da região ritmam suas andanças às idas e as voltas dos rios, não sem criar seus pontos imóveis, aquelas ilhas maravilhosas, os mercados onde se encontra gente e se compra de tudo. Quem passeia pelo porto de Abaetetuba experimenta-o com todos os seus sentidos: vê o rio correr, levando barcos por dezenas, ora por cima, ora por baixo; sente-se rodeado por uma massa de gente que desce por mais de cem embarcações atracadas ao cais ou umas as outras, gente multicolor e de todas as idades, alguns atarefados, outros batendo um bom papo, comprando, vendendo, trocando produtos, barganhando, um tráfico altamente humano; cheira todos os odores mais ou menos agradáveis a partir da brisa do alto mar, das algas, das cozinhas dos barcos e dos bares, até as mercadorias expostas a vender: peixe, carne, cachaça, couro, etc...Juntos criam a sabedoria popular, os artesanatos, a religião, a poesia, a música, a produção de gêneros variadíssimos, os lazeres e as festas, etc. (Revista INSA, 1978, p. 24).

Moraes (2009), em seu trabalho intitulado *A engenharia da História: natureza, geografia e historiografia na Amazônia*, chama a atenção para a instalação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (doravante, IHGP), que mobilizou a intelectualidade paraense em 1917. Esse momento histórico propiciou uma fase de efervescência das virtudes cívicas e de culto à nacionalidade.

Analisando a história e a memória dessa instituição social e cultural, autor afirma “que os institutos históricos e geográficos foram desde cedo pioneiros na coleta e sistematização da documentação histórica, em levantamentos geográficos e estudos etnográficos e linguísticos Brasil afora” (Moraes, 2009, p. 17). No caso do que foi fundado em Belém,

Até mesmo por se situar no meio da Amazônia, a versão paraense lançou um olhar especial e ambicioso sobre o espaço local. Obreiros da história e artesãos da geografia amazônica, os sujeitos que firmaram as bases do IHGP, não possuíam nenhuma formação específica nessas áreas, como era corriqueiro na época. Eram de tudo um pouco. Polígrafos, enfim. Membros da elite que ocupavam postos privilegiados na burocracia estatal. Outros eram políticos de renome. Eram literatos, advogados, médicos e militares; eram engenheiros. Afinal, carreiras então de praxe a serem seguidas pelos filhos da elite brasileira (Moraes, 2009, p. 18).

Nesse sentido, o autor chama a atenção da atuação de engenheiros nesses campos do saber, pois, à época, não havia formação profissional em história ou em geografia, vindo a ser um campo ocupado por profissionais de outras áreas, inicialmente, da engenharia, configurando, assim, a primeira administração do IHGP:

João de Palma Muniz assumiu o posto de Primeiro Secretário; Henrique Américo Santa Rosa, o de Vice-Presidente; e Ignácio Batista de Moura foi o primeiro Presidente do IHGP. Em outras palavras, esses três engenheiros formaram o cerne da diretoria da instituição. Da engenharia ao passado, do urbanismo ao espaço amazônico, os engenheiros se destacaram entre os homens mais influentes nos principais debates sobre republicanismo, nacionalismo e modernidade. Sobre a história, educação e a geografia, incluindo aqui a controvérsia sobre os limites e fronteiras do Estado do Pará (Moraes, 2009, p. 19).

Inácio Batista de Moura, bem antes de ser presidente do IHGP, no ano de 1896, sob o governo de Lauro Sodré, encabeçou uma viagem pelo Baixo Tocantins com a finalidade de inspecionar o burgo⁷ de Itacaiúnas, no sul do Pará, e relatar um estudo importante sobre essa região. Nessa aventura, o engenheiro narra sua passagem pela cidade de Abaetetuba e deixa marcada sua visão sobre cultura, economia, cotidiano e estilo de vida dos moradores da Região Tocantina, no final do século XIX. Percurso que traz, sempre, a lembrança de quem é amazônida e reconhece seu lugar:

Quando nos acordamos na madrugada de 5 de março de 1896, a aragem do rio tinha a frescura doce das manhãs tropicais. Já havíamos abandonado as vilas de Conde e Beja com diminuta população, mas com importância agrícola relativa à cultura da mandioca (Moraes, 2009, p. 15).

A atividade econômica da região visitada por Inácio Batista, apesar do passar do tempo, ainda permanece no mesmo burburinho, com a cultura dos habitantes lavradores, base principal do desenvolvimento da cidade no século XIX. Navegando pelo rio Abaeté, relata:

⁷ Plural de burgo. O mesmo que: cercanias, aldeias, arrabaldes, mosteiros, paços, vilas. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/burgos/>. Acesso em: 18 out. 2023.

[...] um perfume de baunilha nos vinha suavemente da mata, de um e de outro lado, e um cheiro forte de fermento de cana se fazia sentir, por vezes, dando sinal de canaviais maduros ou de algum engenho de aguardente em operosa faina. Abaeté e Igarapé-Miri são dois municípios onde a indústria de aguardente tem procurado competir com o que vem de Pernambuco. Outros habitantes se ocupam na fabricação da goma elástica ou na lavoura de mandioca, produzindo a farinha branca ou amarela, aqui chamada farinha d'água, que exportam para a capital do estado e para a cidade de Cameté (Machado, 2020, p. 15).

A chegada na cidade e os percursos que os viajantes fizeram é contada em relatos de viagens. É interessante notar que a vida cotidiana dos moradores ribeirinhos, que chegam pelas águas para fazer comércio no cais, permanece quase idêntica à que esses viajantes registraram. Ao ler sobre as anotações de Ignácio de Moura sobre a região e a cidade, podemos identificar o local, as atividades, os engenhos, a cachaça (os engenhos não existem mais), atividade econômica do município conhecido por décadas no Estado e fora dele.

Quando saltamos na ponte de Abaeté, havia uma porção desse paneiro [de farinha de mandioca] empilhados na frente do trapiche, à espera de embarque para Belém. Visitamos a cidade, cheia de uma edificação antiga e sem gosto, com 3 grandes ruas, 5 travessas, 2 praças e 2 igrejas católicas. A rua fronteira ao rio quase é um seguimento de pontes, que dão desembarque para os estabelecimentos comerciais, que ali abundam. Fiz uma ligeira visita ao padre Pimentel, vigário daquela *freguesia católica e um dos mais antigos sacerdotes do clero paraense, o qual me deu algumas informações para o meu canheiro de viagem. A cidade tem cerca de 1.000 habitantes, famílias quase todas de autoridades ou de comerciantes. O Paço⁸ Municipal funciona em um bom prédio de sobrado (Machado, 2020, p. 16).

Em relação à instrução pública, o município de Abaetetuba tinha dificuldades como todo município do interior, por estar em uma região ribeirinha. No Período Republicano, por meio de relatórios de governadores, podemos perceber uma mudança gradativa, mas tímida, no que se refere à instrução pública nos municípios paraenses. É o que se percebe em relatório apresentado por José Paes de Carvalho ao deixar o cargo de governador e prestar contas ao que assumiria, o Dr. Augusto Montenegro. O relatório foi apresentado em 1901 e traz informações acerca de mudanças na instrução pública. A mudança mais significativa é o Regulamento de 2 de janeiro de 1899, que garante às mulheres a licença para terem acesso às salas de ensino do sexo masculino, visto que, anteriormente, elas podiam lecionar somente às meninas. Mas a falta de professores homens fez com que elas assumissem as turmas de ensino do sexo masculino e a aulas nos grupos escolares. Segundo Paes de Carvalho:

⁸ Construção ou local em que fica o conselho ou câmara municipal. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/paco/>. Acesso em: 18 out. 2023.

A primeira vinha de há muito impondo-se como inadiável, por ser a única medida capaz de imprimir vida nova ao nosso ensino primário que á falta de professores titulados, estava entregue nas mãos inábeis de professores interinos, algumas vezes sem a precisa instrução e sempre sem a educação profissional, a dedicação e o zelo necessários ao nobre sacerdócio do mestre-escola. A nossa Escola Normal nos últimos anos tem estado quase reduzida ao ensino do sexo feminino, pois a matrícula de alunos do sexo masculino tem baixado a porcentagem sempre inferior a 10% apesar dos esforços do poder público no sentido de atrair os homens ao estudo normal. Nos últimos três anos apresentam a proporção de 1:15 entre os homens e mulheres diplomados ao estudo normal (Pará, 1901, p. 52).

A realidade citada por Paes de Carvalho é um dado interessante quando nos dispomos a falar da Escola Normal em um interior da Amazônia. No início do século XX, essa proporção foi aumentando, assim como a necessidade de se trazer formação para as mulheres. Permitia-se, portanto, mudanças que viabilizassem cada vez mais a entrada das mulheres na educação, ressignificando os espaços então permitidos somente aos homens: “[...] hoje em todo o Estado mais de cinquenta escolas do sexo masculino que eram regidas por professores interinos estão conferidas a professoras normalistas” (Pará, 1901, p. 53).

Esse Relatório ainda expõe a instituição dos grupos escolares em vários municípios do Pará, sendo uma segunda medida fundamental do início do século XX. Paes de Carvalho classifica como lastimável a precariedade das escolas primárias isoladas⁹ no início do século. A instalação desses grupos escolares aconteceu gradativamente, funcionando com regularidade, e, em seu governo, os municípios escolhidos para instalação foram: Alenquer, Soure, Santarém, Bragança, Cametá e Curuçá.

No município de Abaetetuba, o Grupo Escolar de Abaeté (GEA), como foi reconhecido, foi fundado em 9 de março de 1903, portanto, dois anos após o relatório de Paes de Carvalho. A criação do grupo escolar ocorreu durante o governo de Augusto Montenegro, por meio do Decreto nº 1.195, de 9 de março de 1903:

O Governador do Estado, usando da faculdade que lhe confere o decreto n. 1.190 de 17 de Fevereiro de 1903, artigo 34, decreta. Art. I – Fica creado na cidade de Abaeté um grupo escolar que funcckionará no prédio para esse fim arrendado pelo Governo (Pará, 1903, p. 116).

Para a nova estrutura das escolas, foram dadas instruções de acordo com a política de criação dos grupos escolares. Nesse sentido, na cidade de Abaeté, foi designado que

⁹ Escolas localizadas na zona rural.

Art. II – Ficam creadas no referido grupo cinco escolas de ensino primário, sendo uma complementar mista, duas elementares do sexo masculino e duas elementares do sexo feminino, que funcionarão em uma só secção de 8 ás 11 ½ horas da manhã. Art. III – Ficam extintas as escolas isoladas que funcionam na cidade de Abaeté. Art. IV – Ficam em disponibilidade os professores das escolas extintas que não forem aproveitados e na fôrma da lei têm direito à vitalidade (Pará, 1903, p. 116).

Sendo instalado o Grupo Escolar na cidade, restam as do interior, que somam o quantitativo de sete, “localizadas à beira de rios e ilhas do município, dentre estas, duas era mista, a do distrito de Béja, distante 19.5 Km, em linha reta, da sede do município e a do Rio Campumpema” (Maués, 2020, p. 91). Essa organização trouxe dificuldades de acesso para a população que desejava estudar.

Quadro 5 – Escolas Isoladas

Nº	Localidade	Nome da Escola	Série	Sexo
01	Béja	Ernestina de Araújo e Silva	Elementar	Mista
02	Carahypituba	Manoel José Gonçalves Chaves	Elementar	Masculina
03	Arumanduba	Fellippe Joaquim Ferreira Ribeiro	Elementar	Masculina
04	Baixo Tucumanduba	Hygino Maués	Elementar	Masculina
05	Guajará de Béja	Maria Pimentel Coutinho	Elementar	Feminina
06	Rio Tucumanduba	Manoel Laurindo Cardoso	Elementar	Masculina
07	Rio Campumpema	Jovita Pereira Chaves de Araújo	Elementar	Mista

Fonte: A Escola n. 22, 1902, p. 232.

Podemos observar que, na distribuição das turmas de acordo com o sexo, há um quantitativo maior de turmas masculinas. O número de turmas destinadas aos meninos é superior ao das turmas femininas, que somam duas, coincidindo em quantidade com as turmas mistas. As duas turmas localizadas na cidade contemplavam formações diferenciadas quanto ao sexo, o que facilitava o acesso à escolarização tanto para homens quanto para mulheres. O mesmo ocorre no Distrito de Beja, onde há uma turma mista, favorecendo a participação de ambos os sexos. Porém, a dificuldade se intensifica quando observamos as escolas isoladas situadas nas ilhas, onde o acesso das mulheres é mais restrito em relação ao dos homens. Nesses locais podemos observar que o quantitativo de turmas é maior para o sexo masculino— quatro, no total —, sem oferta de turmas femininas.

Segundo Rosa Maria de Souza (2016), durante o século XIX e o início do XX, a educação das meninas era vista como um problema. A maioria dos pais não considerava necessário que suas filhas estudassem, o que resultava em um público reduzido e, conseqüentemente, em poucas turmas femininas. Além disso, os governantes tinham total descaso pela educação de mulheres, conforme evidencia o Decreto 3.356 de 1918, que determinava que “as escolas de meninas e as mistas serão regidas por professoras; as de

meninos terão como regentes professoras ou professores, dando-lhe a estes a preferência” (PARÁ, 1918, *apud* Maués, 2020, p. 32)

Ao consideramos os estudos de Maués (2020), o desenvolvimento do grupo escolar teve atenção do governo, como foi constatado nas fontes pela reforma insuficiente, por ser um prédio alugado, pelo mobiliário estar comprometido e necessitando de melhorias, por contar com livros didáticos em quantidade insuficiente, principalmente para as crianças pobres sem condições de comprá-los, e pela ausência de quadro profissional apropriado e qualificado para a época, neste caso, o autor faz referência ao caso dos normalistas (homens).

Todas essas dificuldades relatadas como parte da estrutura da educação no início do século XX, no município de Abaetetuba, apesar dos esforços, faziam parte de um cenário caótico da educação no Pará. Uma das reivindicações feitas ao governo do Estado era que fosse construído um prédio próprio, adequado, nos modelos da capital, como era o projeto dos grupos escolares. Podemos perceber que o GEA em sua construção foi insuficiente em comparação aos construídos na capital. E em relação a essa diferença de arquitetura do prédio construída na capital e em outros municípios do Pará, como Castanhal e Cametá, o autor analisa que

O prédio do GEA não correspondia às expectativas da camada social, que clamava por uma edificação condizente com os grupos escolares modelos como os de Castanhal e Cametá. Eram os vestígios de uma grande contradição entre as promessas de um edifício oficial para o grupo escolar e a concretização do que não correspondia ao prometido (Maués, 2020, p. 103).

Figura 1 – Grupo Escolar de Abaeté



Fonte: Pará, 1908, p. 181.

Como podemos observar na figura 1, o Grupo Escolar de Abaetetuba difere dos modelos instalados na Capital e em alguns municípios do Estado. A imagem nos mostra um prédio de

uma arquitetura simples, com grandes janelões no térreo e no primeiro andar. Porém, de uma certa forma, esses janelões no térreo comprometiam a privacidade dos alunos, por estarem muito próximas à rua, o que dificultava a criação de um ambiente adequado e favorável à qualidade do ensino. Nesse sentido, Bencosta (2001) afirma que:

A construção de edifícios específicos para os grupos escolares foi uma preocupação das administrações do Estados que tinha no urbano o espaço privilegiado para a sua edificação em especial, nas capitais e cidades prósperas economicamente. Em geral, a localização dos edifícios escolares deveria funcionar como ponte de destaque na cena urbana, de modo que se tornasse visível, enquanto signo de um ideal republicano, uma gramática discursiva arquitetônica que enaltecia o novo regime (Bencosta, 2001, p. 105).

O Grupo Escolar de Abaeté ficava localizado no centro da cidade, considerada uma boa localização. De acordo com a pesquisa de Ponciano Maués, de 1911 a 1921 não foi encontrada nenhuma referência ou construções referidas nesse processo, “o que pode ser explicado pela decadência econômica do Estado em decorrência do fim da *belle époque amazônica*” (Maués, 2020, p. 104, grifo do autor). No ano de 1923, o nome Grupo Escolar de Abaeté passou a ser chamado de Grupo Escolar Professor Basílio de Carvalho, nome que permanece até os dias de hoje.

As dificuldades persistiram diante das necessidades mencionadas acima na educação primária e de suas insuficiências frente à realidade educacional da Primeira República no município. A importância de se trazer parte dessa pesquisa reside na análise de um outro modelo de educação, estruturado no ensino particular desenvolvido pela Ordem Terceira Franciscana, especificamente com a atuação da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas. De acordo com as fontes estudadas, que serão apresentadas ao longo das seções deste trabalho, verifica-se que a Congregação teve uma organização mais bem estruturada do que o Grupo Escolar de Abaeté, uma vez que a população e o poder público, em atuação conjunta com a Igreja, ofereceram em pouco tempo suporte financeiro para que a escola católica iniciasse suas aulas e desenvolvesse um projeto educacional bem-sucedido na região do Baixo Tocantins.

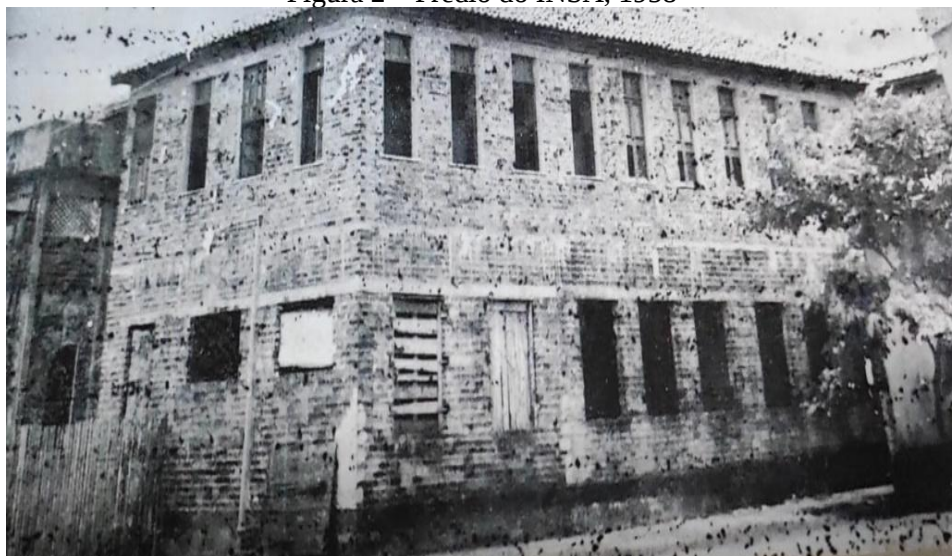
Nesse sentido, os detalhes dessa história, situada no Baixo Tocantins, precisam ser resgatados para manter viva a memória de aspectos relevantes da história do Pará para as gerações futuras, destacando a importância da história da educação em suas diversas configurações. A chegada de uma congregação feminina à cidade de Abaetetuba, no início da década de cinquenta, atendeu a uma necessidade da população local por uma escola voltada à formação de moças, contribuindo assim para a educação das mulheres.

O censo de 1953 relata que a população do município era de aproximadamente 36.587 habitantes, sendo 5.449 residentes na área urbana (IBGE, 1953). Esse contingente populacional na cidade demonstrava a urgência em implantar mais uma escola que colaborasse não só com o ensino primário, mas também oferecesse aulas de ensino secundário. Diante da dificuldade de construção de escolas, a juventude abaetetubense — em sua maioria sem recursos financeiros para estudar na capital do Estado — via-se obrigada a contentar-se apenas com o nível de ensino primário.

De acordo com a ata de fundação do educandário, datada de 1953, havia uma preocupação em proporcionar à população obras que facilitassem o cotidiano dos moradores. Dessa forma, observa-se que as obras sociais da Igreja eram organizadas por grupos, como os Vicentinos, o Círculo Operário Católico, o Colégio das Meninas e o Oratório Paroquial. Destaca-se, entre esses grupos, os Vicentinos, um grupo de religiosos que atuava no município e foi responsável pela construção de um hospital com sobrado.

Já faz tempo que foram fundados e tinham tanto dinheiro que já estão terminando a construção de um hospital com sobrado. Além dos auxílios mensais para os pobres. O governo totalitário do general Barata, Magalhães, obrigou os Vicentinos a vender para o estado o dito hospital por 150.000 cr. Notar: O contrato foi feito entre o governo do estado e o presidente dos Vicentinos, Dr. Hugo Mendonça, sem que o sr. Arcebispo e vigário soubessem de nada. A administração e o dinheiro dos sócios... se sabe que uma boa quantia foi emprestada com juro a um industrial da cidade e parece que já foi pago tudo. Atualmente os Vicentinos distribuem 30.000cr. por ano em benefício aos pobres; assim me falou o novo prefeito Dr. Joaquim Mendes Contente há poucos dias. Tencionam também construir um abrigo para os pobres do interior que vem a tratar-se na cidade. Já compraram para isso o terreno (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1955, p. 2).

Figura 2 – Prédio do INSA, 1958



Fonte: AIMCA, 2003

Figura 3 – Prédio do INSA, 1958



Fonte: AIMCA, 2003.

A Figura 6 apresenta a construção inacabada do hospital iniciado pelos Vicentinos, cuja obra foi paralisada por falta de recursos materiais e financeiros. Embora a edificação já estivesse em estágio avançado, alguns espaços necessitavam de reconstrução. Diante disso, o prefeito do município, Dionísio Edmilson Lobato, realizou a doação do prédio às Irmãs Missionárias Capuchinhas, como demonstrado no livro de ocorrências da instituição:

Hoje, dia 28 de maio de 1958, às 15:30 horas, o sr. João Luís dos Reis Egrégio Vereador da Câmara Municipal de Abaetetuba compareceu ao nosso ginásio, a fim de fazer a comunicação oficial – de que na sessão da Câmara realizada a 28/05/58 os srs. Vereadores aprovaram unanimemente o Projeto de doação do prédio onde residimos e funciona o ginásio N. S. dos Anjos, a Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas do Brasil. Tão grata comunicação foi recebida pela Revda. Me. Marina e atual Superiora e irmã Ângela Maria – Diretora. Cumpre testar que este projeto de doação, satisfatoriamente aprovado pela Câmara, foi trabalho pessoal do Sr. João Luís dos Reis, o qual de lá muito vinha trabalhando com o intuito de conseguir tão nobre causa. Neste mesmo dia a Câmara fez entrega do projeto ao sr. Prefeito Municipal Dionisio Edmilson Lobato que deu plena aprovação e imediata execução ao ato (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1958, pg. 23).

A intenção das Missionárias, no início da fundação, foi estabelecer um educandário para as crianças do município. Isso ocorreu em 7 de março de 1953, na cidade de Abaetetuba. O Educandário Nossa Senhora dos Anjos foi um projeto que contou com o apoio da elite católica que integrava a sociedade abaetetubense, representada por religiosos, políticos e famílias abastadas. De acordo com o Estatuto, “a educação esmerada ou descuidada, a instrução ou ignorância, a virtude ou o vício: são cousas que produzem e elevação ou a decadência, não só da família como do Estado” (Estatuto Nossa Senhora dos Anjos, 1953, p. 2). Esse lema, presente no início do documento, evidencia a intenção que as Capuchinhas tinham ao desenvolver um trabalho educacional com crianças para ascensão social das famílias atendidas. A chegada ao

local exigiu grande esforço por parte das irmãs, visto que o percurso de viagem demandava várias horas de deslocamento fluvial. Segundo Nembro (1998), a Ordem Franciscana tem como característica atuar em territórios de difícil acesso e distantes, como ocorreu desde que assumiu o desafio de chegar ao Brasil, no ano de 1894.

Em seu histórico de fundação, consta que estiveram presentes na solenidade, além das autoridades eclesiásticas e civis locais, Sua Excelência Reverendíssima Dom Mário de Miranda Vilas Boas, Arcebispo de Belém; Madre Josefa Maria de Aguirraz, superiora geral da Congregação; seis irmãs que vieram integrar a nova comunidade; além de alguns padres capuchinhos e estudantes do Seminário Arquidiocesano.

Figura 4 - Ato solene de inauguração.



Fonte: Aimca, 2003.

O educandário iniciou um trabalho educacional que, mais tarde, tornar-se-ia um instituto formador para os habitantes da cidade e também dos municípios vizinhos, sendo classificado como um espaço de formação cristã católica voltado aos filhos e filhas dos moradores. Tratava-se de uma escola paga, mas que oferecia bolsas de estudo, exclusivamente para meninas, pobres ou não “Nesta data, no salão nobre do ginásio, realizou-se as 20 horas a cerimônia do prédio em que funciona o ginásio N.S. dos Anjos à Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas do Brasil o ato da entrega revestiu-se de rara solenidade” (Livro de Ocorrência, 1958, pg. 23)

Figura 5 - Irmãs Capuchinhas Fundadoras.¹⁰



Fonte: Aimca, 2003.

A figura 5 apresenta as seis irmãs que chegaram a Abaetetuba no início dos trabalhos da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas. Todas vestidas com o hábito, traje que simboliza sua consagração e as identifica como servas de Deus. Uma vestimenta que era totalmente fechada, cobrindo o corpo inteiro, mantendo apenas o rosto e as mãos visíveis. É composto por um longo com véu, escapulário e cinto, na cor escura, mostrando que elas, ao escolherem a vida religiosa demonstram pureza, castidade, humildade e simplicidade, dedicadas ao serviço de Deus.

Entende-se que a Congregação das Missionárias Capuchinhas, fundada em 1904, já na segunda metade do século XX apresentava uma expansão bem considerável, instalando colégios em regiões bem distantes de sua sede, crescimento que ganhava territórios e influenciava a fé por meio da educação. Claude Langlois, em sua obra *Le catholicisme au féminin. Lês congrégations francaises à supèrieure gènèrale au XIXe siècle*, buscando analisar a expansão das congregações francesas do século XIX e seus efeitos, estudou o fenômeno da feminização do catolicismo. Esse fenômeno é confirmado pelo autor ao afirmar que a influência das congregações femininas é sintoma evidente da feminização do catolicismo na França do século XIX, processo que posteriormente se estendeu a toda a Europa (Langlois, 1984).

¹⁰ Irmã Otávia, Irmã Antônia, Irmã Zita, Irmã Yeda, Irmã Stella e Irmã Nazaré. Infelizmente, as fontes não designam na imagem a religiosa e seu respectivo nome.

O principal motivo da vinda da Congregação para Abaetetuba foi o cuidado com a educação das meninas. As congregações femininas se espalharam pelo Brasil, trazendo consigo diversos propósitos associados ao desejo de cristianizar. Esse fato é de fundamental importância, considerando as intensas dificuldades de acesso à educação na época. Educar mulheres em escolas confessionais representava uma alternativa que muitas aceitaram de bom grado, enquanto outras foram obrigadas a seguir. Nesse sentido, “As Congregações aparecem como as únicas associações femininas que possuíam o direito de existir legalmente, de se multiplicar, sem dificuldade e ainda oferecer às congregadas segurança social” (Lage, 2013, p. 21).

Participar dessas congregações conferia-lhes características de respeitabilidade e estabilidade. Pode-se, então, identificar mulheres das elites, pobres e, especialmente, camponesas. Estas, por não possuírem dinheiro para dote ou instrução formal, eram relegadas a trabalhos mais pesados dentro da congregação, sobretudo nas atividades manuais. No entanto, toda essa dificuldade era compensada por uma forma de distinção social, especialmente para as mulheres pobres (Lage, 2013).

A realidade da Congregação Missionária Capuchinha na cidade de Abaetetuba, região do Baixo Tocantins, assemelha-se à de outras congregações que deram origem ao trabalho missionário voltado à expansão da fé católica, instalando-se em diversas regiões do Brasil, independentemente da localização, e recebendo benefícios por essa atuação. Desde sua chegada à cidade de Abaetetuba, foi organizada uma estrutura social e financeira para que as religiosas pudessem desenvolver seu projeto cristão, constituído desde o início do século XX. Ser mulher e freira traz certas vantagens no que se refere à aceitação por parte dos governantes e da sociedade em geral, pois há uma respeitabilidade atribuída às religiosas, vistas como tementes a Deus, pessoas de confiança e de boa índole — características socialmente inquestionáveis atribuídas a quem deseja participar de um modo de vida moralmente irrepreensível. Essa imagem favorece a inserção das freiras na vida comunitária, possibilitando sua participação ativa e o controle simbólico das dinâmicas sociais locais, tendo como principal estratégia a realização de obras caritativas e educacionais, o que resultava na conquista de um número significativo de adeptos à sua forma de vida.

Para Gondra e Schueler (2008), a ação religiosa durante o Império demandou uma articulação generosa dos governantes com a Igreja Católica. Essa articulação teve como consequência a exigência de pagamento dos ordenados dos religiosos, sua contratação, construção de templos e imposição do ensino religioso nas escolas. A partir daí a Igreja se organizou por dentro do aparelho do Estado, marcando uma relação de cumplicidade, que é

mantida até os dias atuais. Para os autores, as atividades educativas das ordens religiosas, católicas ou não católicas, cumpriram papel decisivo na difusão da instrução e na aproximação com o Estado, sendo uma estratégia eficiente para o sucesso dessas iniciativas.

No que se refere à Igreja Católica, cabe observar a complexidade que adquire e a sua ramificação em inúmeras ordens, como jesuítas, franciscanos, carmelitas, barnabitas, lassalistas, salesianos, lazaristas, capuchinhos, beneditinos, dominicanos, marianos, ursulinas e vicentinos, por exemplo. As ordens religiosas – surgidas na Idade Média – foram formadas por sacerdotes que buscavam o isolamento para se dedicar mais as atividades religiosas e cada uma possui hierarquia e títulos específicos. O aparecimento dessas ordens religiosas facilitou o trabalho de cristianização do mundo e de internacionalização da fé, objetivando conquistar novos fiéis e expandir seu poder (Gondra; Schueler, 2008, p. 59).

Dentre as várias ordens religiosas citadas pelos autores, podemos identificar os Capuchinhos, congregação à qual fazemos referência neste trabalho como base para evidenciar a ação religiosa que, em parceria com o Estado, desempenhou seu propósito principal por meio da educação: educar pela fé. Essa finalidade se concretizou principalmente na construção de escolas, meio pelo qual se deu a expansão da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, ampliando a fé da população do município e disseminando o catolicismo por todo o Baixo Tocantins. Trata-se de uma instituição de credibilidade, não apenas na cidade de Abaetetuba, mas também em outras localidades, atuando na formação de educadoras e participando ativamente da vida social.

2.3 Educandário: projeto inicial

A escola denominada Educandário Nossa Senhora dos Anjos foi criada pela Associação das Irmãs Terceiras Capuchinhas do Brasil, nome antigo da congregação feminina, no dia 7 de março de 1953, de acordo com o Estatuto, aprovado no mesmo ano. O início dos trabalhos com as crianças ocorreu, provisoriamente, no antigo prédio do Grupo Escolar de Abaetetuba com a oferta dos seguintes cursos: infantil e primário, devidamente remunerados. Dois meses após ser instalado o infantil e o primário, foram ofertados um curso gratuito para crianças pobres e um curso de alfabetização para domésticas e operárias.

O início dos trabalhos, no ano de 1953, registrou o seguinte quantitativo de matrículas: o curso infantil com quarenta alunos; o curso primário com cento e cinquenta e nove; a escola gratuita com quarenta e sete; e a escola supletiva com sessenta e oito alunas. Além disso, havia dez alunas internas, sendo uma bolsista, e no externato foram concedidas trinta vagas gratuitas. Nesse ano, o total de matrículas foi de 314. Observa-se que a necessidade de uma escola que oferecesse outras modalidades de ensino era de grande importância, motivo pelo qual, em 1954,

foi estabelecido o curso ginásial. Assim, o Educandário passou a se chamar *Ginásio Nossa Senhora dos Anjos*, sendo, dessa data em diante, incluído no número dos estabelecimentos secundários do país.

O curso Profissional Doméstico durava dois anos, conferindo um certificado de habilitação, e incluía mais um ano de aperfeiçoamento, que concedia o diploma de dona de casa. Abrangia as seguintes disciplinas: cozinha teórica e prática, corte e confecção, bordados à máquina e à mão, pintura e flores, jardinagem e horticultura, lavanderia e higiene, enfermagem e criação. Já o curso ginásial, que correspondia ao primeiro ciclo, estava sujeito à fiscalização prévia do Estado e iniciava a primeira série, cujo controle era realizado por órgãos estaduais e federais.

Os processos de admissão e matrícula no Educandário obedeciam integralmente às leis e a regulamentos estaduais e federais, pondo como condições de admissão a boa conduta das alunas, além de obrigá-las a observar a disciplina do colégio e, no caso de serem oriundas de outro colégio, a apresentar atestado de conduta emitido pela diretora anterior, bem como a comprovação de que não sofriam de moléstia contagiosa. De acordo com o Estatuto, as condições de admissão eram:

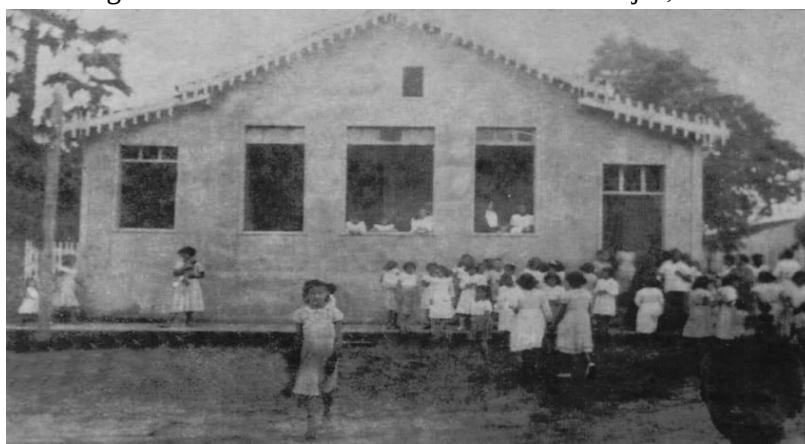
Art. 6.º Para o curso primário, receber não só alunas que tenham a idade requerida pelos Estabelecimentos oficializados, como alunas de maioridade.

Art. 7.º No curso, profissional doméstico só pode ser matriculadas as alunas que tiverem ao menos 10 anos de idade completos, sendo também obrigatória a matrícula no curso primário as alunas que não apresentarem ao menos um certificado da conclusão deste curso.

Art. 8.º O Educandário mantém internato exclusivamente para meninas e externato para ambos os sexos. Sendo aceitos de 4 a 12 anos (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1953, p. 6).

A educação de meninas era uma prioridade para as famílias que desejavam a instalação das religiosas, a fim de proporcionar uma educação diferenciada às moças da sociedade. Apesar de não se tratar de uma escola exclusivamente feminina, sua atuação junto às alunas era pautada por regras, condutas morais, ensinamentos cristãos e práticas de devoção desde a infância.

Figura 6 – Educandário Nossa Senhora dos Anjos, 1953



Fonte: Aimca, 1953, p. 10.

A revista de comemoração de 25 anos de fundação do Instituto, intitulada *Jubileu de Prata*, apresenta registros das condições em que foi estabelecido o projeto de educação das religiosas. Não dispondo de um prédio próprio para o funcionamento do ginásio, a prefeitura cedeu por dois anos, sem custo algum para as religiosas, uma propriedade situada na Avenida Pedro Rodrigues, próximo à Praça da Bandeira, no centro da cidade. A imagem acima mostra o início do trabalho com as crianças. Convém afirmar que o desempenho obtido pelas Irmãs Capuchinhas e pelas autoridades políticas responsáveis pelo município é tão somente de “proporcionar meios para a ampliação do extenso programa de assistência educacional, religiosa, moral em prol da juventude desta simpática cidade e dos municípios vizinhos” (Ata de Fundação, 1955, p. 2).

Na revista comemorativa, é relatado que, no dia 17 de junho de 1958, foi entregue à madre superiora o documento de doação do prédio em uma sessão solene. De acordo com o Estatuto, os exames finais seriam feitos no final do ano letivo e, de acordo com as orientações da Secretaria de Educação, fiscalizados por inspetores designados pelo Diretor Geral da Educação Pública do Estado. As crianças eram submetidas aos exames em suas respectivas classes, com provas escritas nas disciplinas correspondentes à série cursada, aplicadas bimestralmente.

A disciplina escolar era composta por deveres que deveriam ser rigorosamente obedecidos pelas crianças, como, por exemplo, não conversar com estranhos dentro da escola sem prévia autorização da diretoria. Entre esses deveres, destacavam-se:

- a) Observar o perfeito silêncio na classe durante os períodos de aula e de estudo;
- b) Tratar as mestras com especial respeito;
- c) Entrar na classe e sair na perfeita ordem;

- d) Proceder corretamente nos recreios e durante o tempo em que permanecer no estabelecimento;
- e) Evitar agrupamento nas imediações do Educandário;
- f) Zelar o bom nome dele, onde quer que esteja (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1953).

O educandário, como qualquer instituição, primava pela ordem e pelo respeito. No Capítulo VII do Estatuto, referente às visitas e saídas — especificamente das meninas internas —, eram estabelecidas orientações que deveriam ser seguidas rigorosamente; caso contrário, a aluna estaria sujeita à expulsão da instituição.

- Art. 16. As alunas internas, poderão receber visitas aos domingos e dias feriados de 8:30 às 10:30, e das 15 às 17 horas; mas, só dos pais ou pessoas por eles autorizadas;
- Art. 17. Não é permitido visitas durante dias de aula.
- Art. 18. As alunas terão saídas aos primeiros domingos de cada mês, isto é, sairão às 15 horas de sábado, devendo regressar ao Educandário às 7 horas de segunda-feira, perdendo a saída imediata a aluna que não obedecer a esta determinação.
- Art. 19. Não terá saída mensal a aluna que no boletim mensal tiver menos de 8 no comportamento.
- Art. 20. As alunas corresponder-se-ão exclusivamente com seus pais, irmãos, tutores ou pessoas por eles determinadas (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1953, p. 7).

As orientações descritas no Estatuto deveriam ser seguidas por todas as internas, visto que eram as únicas alunas que participavam integralmente da rotina institucional. Essas internas poderiam ser meninas pobres ou órfãs, beneficiárias de bolsas cujas mensalidades eram custeadas pelo governo, ou ainda meninas pelas quais as irmãs demonstravam afeição, oriundas de famílias engajadas na vida religiosa da comunidade, especialmente aquelas que auxiliavam nas obras da Igreja. Mães beatas, desejosas de garantir uma educação cristã às filhas, chegavam a solicitar favores aos padres para que as irmãs concedessem bolsas de estudo. As alunas bolsistas, internas ou externas, possuíam obrigações relacionadas à organização, à limpeza e a outras tarefas consideradas necessárias, como forma de contrapartida pela educação recebida na escola.

Portanto, cada menina, de acordo com sua condição social na instituição, tinha atribuições orientadas pelas religiosas, o que implicava o cumprimento de normas, direitos e deveres. Sendo bolsistas ou não, todas as alunas tinham ciência do Estatuto e sabiam que a Congregação não se responsabilizava por joias ou objetos de valor de uso pessoal. Caso alguma delas danificasse qualquer bem pertencente ao educandário, deveria arcar com as despesas de reposição ou substituição do item. Todos os casos ocorridos no âmbito da instituição, e previstos

no Estatuto, seriam resolvidos conforme as leis e regulamentos do ensino primário estadual, sempre em concordância com a direção do instituto.

No primeiro ano de funcionamento, o Educandário Nossa Senhora dos Anjos obteve resultados positivos. Segundo a Ata de Resultados e Promoções dos alunos e alunas do curso primário, com a presença do presidente do Conselho Escolar e dos membros da comissão organizadora, realizaram-se as provas finais e o processo de apuração das notas em 20 de novembro de 1953.

Em análise do primeiro ano de funcionamento, o Educandário Nossa Senhora dos Anjos ofertou as séries: 1^a, 2^a, 3^a e 4^a, com um número bastante desigual de matrículas entre meninos e meninas. Conforme a tabela a seguir, observa-se que, na primeira série, os meninos apresentaram uma ligeira maioria. No entanto, da segunda à quarta série, o número de meninas matriculadas aumentou significativamente, totalizando dezesseis meninos e cinquenta e quatro meninas matriculados no ano de 1953.

Quadro 6 – Alunos e alunas matriculados em 1953

SÉRIE	MENINOS	MENINAS
1 ^a	12	9
2 ^a	1	23
3 ^a	2	8
4 ^a	1	14
Total	16	54

Fonte: Ata de Resultados Finais, 1953.

De acordo com a Ata de resultados do ano de 1953, foram matriculadas 70 crianças, com um quantitativo de meninas bem superior em relação aos meninos. Ficaram retidos ou eliminados nos exames finais: na 1^a série, quatro meninas e um menino; na 2^a série, sete meninas e dois meninos; na 3^a série, três meninas e zero meninos; e na 4^a série, cinco meninas para um menino.

No ano de 1954, o ginásio começa suas atividades com os seguintes cursos: infantil, primário, admissão, supletivo, escola gratuita e ginásial. De acordo com o relatório e dados estatísticos do ginásio, desde a sua fundação, o total de matrículas chegou a 391 alunos, com este quantitativo: Curso infantil, 54; curso primário, 177; curso admissão, 22; escola gratuita, 56; escola supletiva, 40; 1^a série ginásial, 42. Neste ano, funcionou a 1^a série ginásial com 42 alunas matriculadas. Dentre essas, 7 eram bolsistas, ultrapassando a 20% do rendimento anual. Além dessas, 56 bolsas foram concedidas ao externato do curso primário e ao internato, com 15 alunas, sendo 3 bolsistas (Relatório Ginásio Nossa Senhora dos Anjos, 1954).

Em 1955, o relatório confirma a continuidade dos cursos ofertados no ano anterior, incluindo o curso ginásial, que, nesse período, abarcava a 1ª e a 2ª séries. Contudo, observou-se uma queda significativa no número de matrículas em comparação com o ano anterior. De acordo com o documento, foram matriculados 276 alunos, distribuídos da seguinte forma: 33 no curso infantil, 116 no curso primário, 10 no curso de admissão, 64 na escola gratuita, e 53 no curso ginásial, sem especificação entre a 1ª e a 2ª séries. O relatório também registra a oferta de cursos extracurriculares, como datilografia, pintura e prendas domésticas (Relatório Ginásio Nossa Senhora dos Anjos, 1955).

O Curso Normal teve início em 1958, representando uma importante oportunidade para que as mulheres da cidade pudessem ingressar na formação docente e alavancar o ensino primário na cidade, além de fazer parte da política educacional nacional. Esse evento é descrito no livro de ocorrências da instituição:

Foram inúmeras as dificuldades encontradas na instalação do Curso Normal Pedagógico. Em nosso ginásio faltou apoio do nosso governador do Estado – General Joaquim Magalhães Barata e do Secretário de Educação – Dr. Cunha Coimbra, os quais apresentavam razões infundadas e incabíveis. Não obstante, continuou-se sempre a batalha pela causa – tendo-se unicamente em vista, amparar muitas alunas que havendo terminado o ginásio, não podiam ir a capital do Estado, concluir seus estudos. O prazo estabelecido estava a findar-se... passou-se a época dos exames vestibular... nenhuma esperança... Até que, dois membros do diretório do P.S.D. em Abaetetuba, sr. Altino Costa e sr. Edir Cardoso Paes resolveram em nome do partido fazer um apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, pedindo a instalação do Curso Normal. Imediatamente o apelo ao é deferido, talvez mais para não desprestigiar o Partido do que pelo valor do curso. Mesmo assim, glorificamos ao bom Deus, o termos conseguido, já que seria impossível conseguir se por justo direito, tendo em vista os benefícios que o mesmo vem futuramente trazer ao município, ao Estado e a Nação (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1958, pg. 21).

O INSA foi pioneiro na oferta dessa modalidade de ensino na cidade, onde já existiam outras instituições educacionais, como o Grupo Escolar Professor Basílio de Carvalho, que atendia ao ensino primário; o Colégio São Francisco Xavier, fundado pelos padres Xaverianos e inicialmente destinado apenas a meninos; e a Escola Estadual Bernardino Pereira de Barros.

No dia 28 de fevereiro recebemos do sr. Edir Cardoso Paes, um ofício comunicando a Diretoria de nosso ginásio a aprovação dada pelo sr. governador do Estado para instalação do Curso Normal neste estabelecimento. A diretoria do ginásio por intermédio da irradiadora da cidade “Voz Garibaldi” torna público esta importante comunicação recebida, com palavras de agradecimento aos que se interessaram por tão nobre causa (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, pg. 21 e 22).

O curso normal funcionou até 1972, ano em que foi formada a última turma de magistério. Segundo Custódio (2017, p.187):

[...] os cursos normais das capuchinhas não se consolidaram: [...]. As razões que explicam a efemeridade desse nível de ensino, em Imperatriz e no Maranhão, em geral, deverão ser buscadas nas trajetórias históricas da congregação e das cidades citadas, que passaram a abrigar esse tipo de curso em instituições públicas e privadas, dando margem às irmãs para questionar o trabalho nessa área: Vale a pena nossa presença nas escolas do Maranhão e do Amazonas, onde já existem bastantes professores qualificados?

Essa foi a experiência de escolas da congregação em outros territórios. Surge, assim, a reflexão acerca da validade do trabalho desempenhado por essas religiosas como missão, uma vez que, de acordo com suas regras de pobreza, o propósito era atender às necessidades do povo e repassar tais demandas a outros. Nesse sentido:

Na verdade, a exemplo do que ocorreu com muitas congregações femininas, as capuchinhas começaram a questionar a validade de seu trabalho nessas instituições, já que a tendência do momento era inserir-se na realidade político-social a atender aos clamores, dos pobres, atuando preferencialmente na educação popular, nas comunidades eclesiais de base, na pastoral, nos movimentos sociais, etc (Custódio, 2017, p. 190).

De acordo com a autora, a Igreja, historicamente, passava por um momento de crise, e as congregações sentiam fortemente seus efeitos: “elas sofriam com a diminuição de seu efetivo nesses tempos de crise, uma vez que muitas irmãs deixaram a congregação, e que as que ficaram se viam sobrecarregadas, principalmente aquelas que trabalhavam nas instituições (Custódio, 2017, p. 190).

Diante disso, o Colégio São Francisco Xavier implementou o curso do magistério em 1972, mesmo ano em que o INSA formou a última turma de professoras primárias. A Escola Estadual Bernardino Pereira de Barros deu início ao seu curso de Magistério em 1976, quatro anos após a escola Xaveriana. Nesse sentido, o INSA, sob a responsabilidade da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, foi o precursor de mulheres na educação por meio do curso de magistério no município de Abaetetuba.

2.4 Os cinquenta anos do INSA

Para a comemoração dos 50 anos do Instituto Nossa Senhora dos Anjos, as Irmãs Missionárias Capuchinhas organizaram uma publicação especial com o intuito de apresentar à comunidade escolar e à sociedade abaetetubense a trajetória da instituição. O material

comemorativo enfatiza os principais marcos históricos desde a chegada das religiosas à cidade, a instalação da congregação e os desafios enfrentados na construção de uma escola na região amazônica, pautada por uma proposta de educação cristã. A publicação reforça o papel do instituto na formação de gerações, ao afirmar que “o INSA é parte da vida daqueles que acreditam na educação para consolidar uma cultura invejável” (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 2003, p. 3).

Na publicação comemorativa, as missionárias apresentaram um brasão para a instituição em alusão ao jubileu.

Figura 7 – Brasão comemorativo dos 50 anos.



Fonte: Congregação Das Irmãs Missionárias Capuchinhas, 2003.

Os elementos em primeira perspectiva são: (1) as mãos juntas, que significam a presença da ação missionária na Amazônia, expressando o lema de ser uma educação humanista e libertadora; (2) a raiz significa a família, a comunidade e a alegria da boa colheita; (3) a pira, o lugar onde a fé é colocada à prova. Como pano de fundo, há (4) a flama, o símbolo da ressurreição, é a luz, é o saber; (5) o círculo vermelho significa o sol, símbolo da vida; as duas mãos, que a princípio seguram a pira, na verdade, seguram (6) o TAU, símbolo franciscano escolhido pelo fundador da Ordem, Francisco de Assis. Além desses símbolos, percebe-se o brasão do INSA e a alusão ao jubileu, expressa nos 50 anos e no período histórico, 1953 a 2003 (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 2003).

O slogan da escola mostra o objetivo do projeto educacional das capuchinhas, seguido por meio de exemplos de fé e sendo incentivo maior para a educação missionária em todas as suas escolas espalhadas do Norte ao Sudeste do país, onde milhares de crianças e jovens fazem parte da família missionária capuchinha. Nesse contexto espiritual, filosófico, cultural, a proposta apresenta-se como carisma missionário, participando da construção de uma nova

sociedade mais justa, mais solidária, a serviço da vida e da esperança. Esses relatos são apresentados à sociedade abaetetubense por meio de seus 50 anos de serviços educacionais.

Criou-se o curso ginásial em 1954, oficializado pela Portaria nº 612, de 30 de maio de 1955, do Ministério da Educação e Cultura, sob a denominação de Ginásio Nossa Senhora dos Anjos (Abaetetuba, 1955). O curso colegial, denominado Escola Normal Nossa Senhora dos Anjos, teve sua outorga de mandato em 27 de outubro de 1971, conforme o Decreto nº 3.788, do governo do Estado do Pará (Pará, 1971). Inicialmente, cada uma das três entidades possuía personalidade jurídica própria. A reformulação mais recente do Estatuto, datada de 7 de janeiro de 1962, unificou-as sob a denominação de Instituto Nossa Senhora dos Anjos, reconhecido como entidade de utilidade pública.

3. A POLÍTICA EDUCACIONAL NO PERÍODO DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO (1945 a 1963)

Neste capítulo, tratamos do contexto político nacional para, em seguida, apresentar a política educacional dentro desse projeto de sociedade. O recorte temporal desta pesquisa abrange o período do Nacional-Desenvolvimentismo, em que o Brasil foi marcado por processos sócio-históricos decorrentes do fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e do estabelecimento de uma nova ordem mundial, que se consolidou ao longo das décadas de 1930 a 1945¹¹. A Revolução de 1930 marcou o estabelecimento definitivo do capitalismo no Brasil e determinou o surgimento de novas exigências educacionais. “Durante esses 15 anos o Estado havia impulsionado o desenvolvimento econômico através de uma intervenção crescente do governo” (Romanelli, 1999, p. 51). Com o fim do Estado Novo, em 1945, e a destituição de Getúlio Vargas do poder, o Brasil entrou em uma nova fase de redemocratização.

No contexto mundial, a vitória das forças aliadas, lideradas pelos EUA, sobre as forças nazifascistas refletiu consideravelmente na política brasileira, marcando o fim do regime ditatorial do Estado Novo, liderado por Getúlio Vargas, e dando início ao processo de redemocratização do país.

O término da Segunda Guerra Mundial provocou uma profunda mudança no quadro de relações políticas e econômicas internacionais. Os Estados Unidos e a União Soviética surgiram como as grandes superpotências, alterando as relações e o mapa geopolítico internacional, marcado pelo surgimento de novas nações e por novas organizações internacionais como ONU, Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, criados em 1945, com o objetivo manifesto de garantir a paz mundial e a cooperação entre os países do mundo (Lombardi, 2014, p. 28).

A reorganização e cooperação entre os países passou a ter uma divisão clara, marcando historicamente uma política internacional conhecida como Guerra Fria. Essa estrutura política reorganizou o mundo criando dois grandes grupos:

Sob forte discurso ideológico valorativo da busca pela paz mundial e da cooperação entre os povos, as relações internacionais vivenciaram uma divisão entre dois blocos de influência e disputa hegemônica: o capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o comunista, sob influência da União Soviética. Após essa guerra, porém, o equilíbrio entre os blocos foi mantido pela ameaça nuclear, reiteradamente lembrada pelo ocorrido com Hiroshima e Nagasaki (Lombardi, 2014, p. 28).

¹¹ Período de 1930 a 1945 chamado de Era Vargas em que o presidente Getúlio Vargas inicia seu governo em 1930, e finaliza em 1945, deposto.

No campo político internacional, a nova ordem ficou marcada pela delimitação de zonas de influência entre os países, estabelecendo campos de força bem definidos. Durante esse período, intensificaram-se as disputas imperialistas, que se desdobraram em diversos campos de interesse — econômico, ideológico, científico, tecnológico e militar. A importância de trazer essa discussão está no fato de que, a partir desse cenário, o Brasil passou a implementar políticas nacionalistas e desenvolvimentistas, articuladas econômica, social, política e ideologicamente aos interesses do bloco capitalista, sob a liderança e orientação norte-americana (Lombardi, 2014).

Esse momento histórico no Brasil marcou o fortalecimento da influência norte-americana, especialmente nos campos da economia e da cultura. Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956–1961), houve uma forte introdução de indústrias multinacionais no país. Um ponto importante decorrente da entrada desse capital estrangeiro foi a diversificação dos complexos industriais, o que facilitou o avanço do imperialismo norte-americano nos assuntos econômicos e políticos do Brasil. Nesse sentido, ocorre no país uma disputa entre os que defendiam um modelo de desenvolvimento para o Brasil baseado na participação do capital internacional “quanto na ‘entrega’ da exploração das riquezas naturais a grupos estrangeiros [...] e os nacionalistas defensores do desenvolvimento baseado no capital nacional” (Lombardi, 2014, p. 27).

Para o autor, na área da economia, o Brasil encontrava-se em uma posição favorável. Esse resultado positivo devia-se, principalmente, à política de substituição de importações, sendo o setor manufatureiro o principal foco do governo como estratégia para reduzir a dependência de capital externo.

Entre 1946 e 1950, o crescimento econômico foi acelerado, resultado de uma adoção de uma política econômica desenvolvimentista, com ampliação das atividades econômicas, com grandes investimentos na exploração de minerais, na metalurgia, na siderurgia, setores tecnologicamente mais sofisticados. Marcou esse ciclo de desenvolvimento o início, em 1946, da produção de aço pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda e que, com isso, abriu perspectiva para o desenvolvimento industrial do país, uma vez que o aço era a base para os mais variados ramos industriais. Com esse ciclo de desenvolvimento também se intensificou a penetração do capital monopolista no país, introduzido pelo monopólio da produção de aço. (Lombardi, 2014, p. 31).

Esse período consolidou a influência norte-americana no país e todo o seu aparato financeiro, trazendo à realidade nacional um modelo de urbanização e industrialização. Tal contexto contribuiu para o fortalecimento de diversos grupos sociais, como a burguesia, o proletariado, os assalariados rurais e a classe média. O nacional-desenvolvimentismo foi uma política que proporcionou condições e base material para que ocorressem transformações

profundas na educação brasileira, uma vez que a educação precisaria estar estruturada para atuar em uma sociedade em processo de modernização.

Para isso, torna-se necessário analisar o campo da educação, sua organização e as políticas educacionais que estruturaram esse período histórico. Esta abordagem é relevante neste contexto para que possamos compreender as mudanças e permanências nas políticas educacionais elaboradas à época, considerando que o objeto deste estudo — a história das mulheres —, um campo consolidado desde o início do século XX, passou a ser planejado sob uma nova configuração. Essa nova estrutura visava atender às exigências do mercado, de acordo com padrões internacionais que passaram a impactar diretamente a educação brasileira.

3.1. A política de formação de professores nos anos 1950 a 1960

Sanfelice (2007), ao analisar o *Manifesto dos Pioneiros*, retomado nas discussões de 1959, detalha que esse movimento, iniciado em 1932, marcou uma insistente defesa da escola pública. Para o autor, nada começou efetivamente nesse período, mas muitos processos já vinham se desenrolando desde a década de 1930. Entre os golpes de 1930 e 1964, a sociedade brasileira vivenciou profundas transformações, que ao longo dos anos assumiram contornos de uma sociedade moderna, moldada pela lógica do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Considerar que a Partir da era Vargas, o contexto social brasileiro deslocou-se dos grandes fazendeiros e de sua estrutura social agrária, e transfere-se para os industriais e comerciantes que se instalam como novos mandatários do poder e moldam a dinâmica urbana da sociedade. O período após a instalação do governo provisório, denominado de “Estado Novo”, foi caracterizado, em linhas gerais, pela criação das condições consideradas necessárias para a modernização da nação com a intervenção do Estado no mercado: forte, centralizador, interventor, agente fundamental da produção e do desenvolvimento econômico. [...] Entre as ações empreendidas pelo Estado podemos destacar, nesse período, os benefícios concedidos aos trabalhadores, como a criação da CLT em 1943, o Ministério do Trabalho, assim como a Justiça do Trabalho, para mediar as relações entre os empregadores e empregados. Com relação à economia, Getúlio Vargas, na primeira fase de seu governo, teve como principal meta fortalecer a produção nacional. Um dos fatores que favoreceram o fortalecimento da economia nacional foram os efeitos ocasionados pela Segunda Guerra Mundial ao comércio internacional, dificultando a compra de matéria-prima do Brasil. (Oliveira, 2007, p. 88).

Esse modelo de modernização trouxe consigo desafios e objetivos estruturados por diversos grupos e classes sociais, a fim de definir e discutir de que forma essa nova ordem econômica poderia corresponder às questões relacionadas à educação. De acordo com o autor, a necessidade de entender o processo de modernização do Brasil trazia muitos outros desafios.

Nesse sentido, o autor questiona: Que educação o projeto de modernização econômica passava a exigir? Quem deveria se responsabilizar por oferecê-la? Qual seria o papel do Estado nesse processo? Quais sujeitos deveriam recebê-la? (Sanfelice, 2007, p. 543).

Na formulação e aprovação das políticas educacionais, já não prevalecem as pautas voltadas às reais necessidades da população, mas sim os interesses do financiamento internacional, conduzido sob a influência dos Estados Unidos. Essa interferência passa a ditar os modelos de educação, cultura e política, promovendo mudanças estratégicas tanto no Brasil quanto no restante do mundo. No contexto pós-Segunda Guerra Mundial, a educação brasileira apresenta um cenário conflituoso e de difícil organização.

A política educacional diz respeito às decisões que o poder público, no caso o Estado, toma em relação à educação. A análise é entender as novas exigências educacionais que o modelo político instalado causou e o que a influência dessa revolução capitalista fez na expansão do ensino. Para Romanelli (1999), esse momento na área da educação diz respeito exclusivamente ao problema de defasagem entre educação e desenvolvimento, chamando a atenção dessa defasagem devido a passagem de um modelo econômico para outro.

De acordo com a autora, houve um distanciamento cada vez maior entre os produtos finais oferecidos pela escola e as exigências do modelo de desenvolvimento em relação à formação de recursos humanos. A influência da revolução industrial na expansão do ensino se dá de forma que:

Desde a segunda metade do século XIX, os países mais desenvolvidos vinham cuidando da implantação definitiva da escola pública, universal e gratuita. De fato, esse século se caracterizou, quanto a educação, pela acentuada tendência do Estado de agir como educador. É que as exigências da sociedade industrial impunham modificações profundas na forma de se encarar a educação e, em consequência, na atuação do Estado, como responsável pela educação do povo. As mudanças introduzidas nas relações de produção e, sobretudo, a concentração cada vez mais ampla de população em centros urbanos tornaram imperiosa a necessidade de se eliminar o analfabetismo e dar um mínimo de qualificação para o trabalho a um máximo de pessoas (Romanelli, 1999, p. 59).

Esse desafio na educação está relacionado à necessidade de expandir o acesso ao conhecimento para um número cada vez maior de pessoas, seja para atender às exigências do novo modelo econômico, seja para sustentar o crescimento do consumo que ele impulsiona. Assim, quanto mais se ampliam as condições sociais, mais chances esse modelo tem de se manter. Com ampliação da área social, e as populações passarem a possuir condições de concorrer no mercado de trabalho e, conseqüentemente, de consumir, “onde, pois, se

desenvolvem relações capitalistas, nasce a necessidade da leitura e da escrita, como pré-requisito de uma melhor condição para concorrência ao mercado de trabalho (Romanelli, 1999, p. 59).

Contudo, na estratégia de desenvolvimento, a educação passa a desempenhar um papel central nesse novo modelo, “com isso, também na área educacional, a concepção de planejamento para todos os setores da vida social, da economia à assistência, passou a ser recomendada pelos organismos internacionais” (Lombardi, 2014, p. 31). Podemos comentar que essa dinâmica internacional facilitou a inserção de intelectuais que tinham circulação frequente nos EUA, como é o caso de Anísio Teixeira e Lourenço Filho, figuras influentes na área educacional no contexto histórico, que passaram a assumir cargos significativos, como, por exemplo, Anísio Teixeira na formulação de políticas educacionais no Brasil.

Para Sanfelice (2007) o plano de metas do governo de Juscelino Kubitschek tinha como conceito básico a superação dos pontos de estrangulamento da organização econômica do país. O planejamento em educação, embora não tenha sido contemplado desde o início do plano, passou a ser um dos temas das principais discussões que marcaram a agenda dos anos 1950 não só no Brasil, mas mundialmente. Nesse sentido, havia clareza em relação ao ensino primário, pois deveria aumentar as vagas, investir no aperfeiçoamento dos professores e enfrentar a questão nevrálgica, que era combater o analfabetismo em adultos, já que a realidade desse período mostrava que metade da população adulta era analfabeta.

O combate ao analfabetismo seria estratégico. Era preciso não só contemplar a população cada vez mais urbana, em condições de viver na cidade e de trabalhar na indústria, como também usar esses mecanismos educacionais para promover a adesão dessas pessoas ao projeto nacional desenvolvimentista.

Nos anos de 1952 a 1964, Anísio Teixeira assumiu o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP¹²), cuja criação estava diretamente ligada à liderança desse intelectual, devido à sua facilidade e experiência em transitar entre o Brasil e os EUA. Ele juntou-se a um grupo de educadores e pesquisadores, buscando desenvolver um “projeto de modernização da sociedade por meio da extensão da educação para todos como forma de ultrapassar os privilégios de classe que dificultavam o acesso à escola para as classes menos favorecidas” (Abreu, 2008, p. 15).

¹² O Inep foi criado em janeiro de 1937, por iniciativa de Gustavo Capanema, à época ministro de Educação e Saúde, sob a denominação inicial de Instituto Nacional de Pedagogia. Apenas em 1938, no entanto, ele começa a ter existência real, sob a liderança do educador Lourenço Filho e já com a denominação de Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Mendonça; Xavier, 2008, p. 23).

Esse foi o começo de uma remodelação do curso de formação de professores que, por intermédio desse projeto, começou a ampliar o conhecimento dos diversos ramos e níveis de ensino e, ao mesmo tempo, estudar as condições socioeconômicas e culturais do país com o objetivo de oferecer uma melhor formação ao professor. Em busca desses dados cria-se o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), com a finalidade de institucionalizar as pesquisas em Ciências Sociais, instrumento importante para se conhecer o Brasil e formular políticas de transformação social. Dessa forma, o CBPE daria as informações para o planejamento de todos os níveis de ensino, orientando as escolas para as novas exigências da política desenvolvimentista (Abreu, 2008, p. 16).

Durante o período em que esteve à frente do instituto, Anísio Teixeira fez questão de enfatizar as funções que esse órgão tinha como objetivo, ganhar amplitude nacional, sendo o centro de inspiração do magistério e buscando formar uma consciência educacional comum para o processo de reconstrução da escola. Esse projeto foi audacioso, pois o pensamento de Anísio Teixeira era o da reconstrução da escola no sentido de analisar para transformar, processo contínuo no interior da própria escola. Contudo, para que isso acontecesse, seriam necessários investimentos muito maiores do que os destinados à formação de professores na época e a ação política educacional proferida nesse período fez com que problemas relacionados ao desenvolvimento da educação e suas necessidades permitisse que “se iniciasse a alfabetização em massa, com abertura de grande número de escolas primárias, profissionais, normais e de cursos noturnos para adultos” (Abreu, 2008, p. 17).

Na década de 1950, com a política desenvolvimentista, permitiu uma ação mais incisiva no que tange a política educacional. O enfrentamento às novas demandas da sociedade por ampliação do acesso à escolarização vem com igual entusiasmo “em nível de governo, estadual e municipal em dar uma resposta às pressões em prol da ampliação e da melhoria da qualidade de ensino” (Mendonça; Xavier, 2008, p. 28).

Essa expansão aponta para a modernização do sistema de ensino, assim como para a inserção de mulheres nessa nova etapa da história da educação no Brasil. Um plano audacioso para combater o analfabetismo seria a ampliação da rede escolar, implementada já no primeiro semestre de 1955, pois:

Os jornais anunciavam a liberação de recursos do MEC para, em convênio com os Estados, Territórios e o Distrito Federal, investir na construção de novas escolas, bem como a ampliação e reformas nas escolas já existentes. Notícia vinculada no Correio da Manhã de 29 de março de 1955 (caderno 2, p.2) informava que, do total do orçamento do “Plano Nacional de Ampliação e Melhoria do Ensino Primário”, 70% dos recursos estavam destinados à construção e reforma de escolas, distribuindo-se 25% para a alfabetização de adultos e os 5% restantes para a concessão de bolsas de

estudos e formação e aperfeiçoamento de técnicos e especialistas de ensino primário e normal (Mendonça; Xavier, 2008, p. 29).

A instrução dada pelo MEC aos Estados referia-se à construção de escolas e melhorias da rede escolar primária e normal. É importante trazer ao conhecimento as estratégias usadas pelo INEP, pois toda mudança ocorrida no período estava alicerçada por meio de órgãos criados para esse fim. O CBPE¹³ e o CRPE¹⁴ foram órgãos criados pelo INEP com o objetivo de realizar pesquisas sobre a educação e propor intervenções nos Sistemas de Ensino, buscando, junto ao Centro Regional, formas de efetivar essas intervenções quando houvesse necessidade. Esses centros estavam articulados com as universidades públicas federais localizadas nas capitais do país, juntamente com a Universidade de São Paulo e as secretarias de Educação.

Nos 12 anos de existência do INEP, foi desenvolvida uma política de reconstrução da escola e formação do “Magistério Nacional”, que buscava promover uma autêntica “refundação” do lugar do professor. Uma política nacional que envolvia o INEP e o próprio Ministério da Educação, que prestava assessoria técnica, apoio financeiro, assim como apoio regional, “que buscava adaptar-se às características e necessidades de cada região, por meio de redes constituídas pelos centros regionais de pesquisa e de treinamento de professores” (Mendonça, 2008, p. 78). De 1956 a 1960, foi o tempo áureo das políticas desenvolvidas pelo MEC, pensadas pelo INEP/CBPE. Foi o começo do governo de Juscelino Kubitschek, e as relações entre educação e desenvolvimento econômico passaram a ser prioridades. Nesse sentido, a pasta da Educação foi incluída no Plano de Metas¹⁵ do governo de Juscelino Kubitschek, com o nº 30, fazendo referência às atividades sobre “Ensino” e “Cultura e Pesquisa”.

Partindo do entendimento de que essas demandas de organização do ensino aconteceram em nível nacional, é de vital importância conhecer as ações empreendidas no planejamento regional, no caso, a Amazônia, considerada uma região periférica da economia nacional no projeto desenvolvimentista. A Amazônia já vinha há tempos sofrendo uma precariedade econômica devido ao seu produto de exportação, no caso a borracha, que perdeu concorrência com exportações asiáticas financiadas pelo capital inglês. Esse detalhe se dá pelo fato de os

¹³ Centro Brasileiro de Pesquisa Educacionais (CBPE), criado pelo Decreto-Lei nº 38.460, de 28 de dezembro de 1955 com o intuito de oferecer a contribuição da pesquisa científica a soluções eficazes e adequadas aos problemas escolares.

¹⁴ Centro Regional de Pesquisa Educacional (CRPEs), instituído pelo mesmo decreto como rede de suporte às iniciativas do INEP no que diz respeito aos aspectos administrativos, de formação de professores e de pesquisa, espalhados por vários pontos do Brasil.

¹⁵ Plano de Metas nº 30.

chineses conseguirem produzir látex em quantidade maior, com custos bem abaixo dos custos da extração amazônica. Dessa forma, os paraenses começaram uma empreitada para conseguir um equilíbrio econômico, buscando na Assembleia Constituinte de 1946 uma oportunidade para legislar a criação de subsídios para a chamada valorização econômica da Amazônia (Ferreira; Bastos, 2016, p. 1). Essa pauta trouxe diversas mudanças, como a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), a Universidade Federal do Pará (UFPA), o Banco de Crédito da Amazônia, entre outras.

3.2 O curso normal pedagógico no Pará

Após o término da Segunda Guerra Mundial, a região amazônica viveu uma fase de incertezas e expectativas acerca do futuro. Economicamente, o Pará se encontrava em crise durante esse período, a borracha, objeto de desejo de muitos países, passa a ter uma ampliação da produção como parte de acordos “assinados entre o Brasil e Estados Unidos, denominados ‘Acordos de Washington’” (Ferreira; Bastos, 2016, p. 2). Por esse motivo, as lideranças políticas e econômicas locais dos Estados do Amazonas e Pará se beneficiaram com a Assembleia Constituinte de 1946, onde houve a oportunidade de manter recursos do orçamento da União para a região.

Segundo Golobovante, Melo e Damasceno (2023), a Constituição de 1946 estabeleceu no Brasil uma democracia liberal. Esse processo passa a afastar-se da forma de política usada na primeira República, e “conciliava-se com princípios importantes do período varguista, como o fortalecimento do poder executivo e a legislação corporativista” (Golobovante; Melo; Damasceno, 2023, p. 4).

Esse momento levaria à criação, em 1953, da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA), no intuito de criar o Plano de Emergência (1954) e o Plano Quinquenal (1955-1960), com o objetivo de aplicar recursos em setores prioritários como a Saúde, os Transportes e a Comunicação.

Esse esforço das lideranças políticas nos mostra que a SPVEA, “não surge de um projeto nacional para a Amazônia, mas de uma conjuntura política interna [...] em apoio ao desenvolvimento regional [...] e de esforço de planejamento central” (Ferreira; Bastos, 2016, p. 2). Esse fato prejudicou o andamento do projeto devido a estrutura da região. Como essa política não nasceu integrada a um projeto nacional, enfrentou obstáculos econômicos, técnicos e orçamentários em sua operacionalização. Como foi informado anteriormente, sobre o esforço da União em estruturar os Estados e municípios em uma reforma do ensino e formação de

professores, e que esse esforço precisaria de orçamento, a Região Norte se junta nesse propósito.

Esse acontecimento no Estado do Pará foi fundamental no sentido de trazer a área da educação para o debate. Nossa intenção é saber o que mudou e o que permaneceu na educação, buscando situar as mulheres na política, na lógica de reconstrução da sociedade e da economia nacional, visto que, desde a primeira república, “as mulheres acabaram sendo beneficiadas com esse processo, uma vez que a educação feminina era uma das pautas para o avanço social esperado pelos republicanos” (Damasceno; Tomé, 2019, p. 3).

As mudanças ocorridas no século XX vêm consolidar um momento em que as mulheres passam a fazer parte integrante das transformações ocorridas na sociedade brasileira, a partir do ideário de Anísio Teixeira, em que a educação figurava como a reconstrutora da nação. A demanda do projeto desenvolvimentista passa, nesse sentido, a configurar-se como uma oportunidade maior de inserção de mulheres no processo educacional, bem como a consolidação da docência, devido ao projeto de ampliação de escolas e reforma do ensino.

De acordo com Ferreira (2021), no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a participação feminina repercute diretamente no estatuto profissional do magistério, em que:

os docentes eram autônomos e empregados, formando uma categoria profissional semi-assalariada que trabalhava no ensino secundário, além de professores das escolas normais, pessoas vindas de outras profissões, como militares, frequentadores de comunidades religiosas, bacharéis e “administradores da educação” (Ferreira, 2021, p. 11).

Para a autora, as reformas ocorridas no ensino secundário foram um dos pontos de partida acerca das exigências da formação de professores. A institucionalização do Ministério da Educação e Saúde foi um importante salto para alcançar uma infraestrutura administrativa coerente com os acontecimentos na área educacional. A industrialização era um fator de urgência e, mais ainda, seria a inserção de trabalhadores nessa área. A falta de instrução, requisito básico para a indústria, na qual se precisava de mão de obra qualificada, fez com que o Estado pensasse em algo mais abrangente para suprir tal demanda.

Quando buscamos trazer a história das mulheres no campo educacional no Estado do Pará, nos deparamos com que as legislações na história tiveram seu desenvolvimento acanhado. Segundo Reschke, Mazzini e Damasceno (2021), ao analisar a legislação educacional na transição do Império para a República, os autores afirmam que houve uma maior participação das mulheres na instrução a partir do advento da República, inclusive com o direito ao voto e candidatura a cargo no Conselho Superior de Instrução Pública.

Os autores analisam a educação da mulher e o magistério como profissão essencialmente feminina a partir de uma investigação histórica, usando como fontes a Portaria de 29 de abril de 1871 e o Decreto nº 149, de 7 de maio de 1890, com o intuito de trazer à tona a luta das mulheres pelo direito à educação e pela construção da profissão por meio do magistério. Esse processo, ao longo da história, sempre foi de contenda por parte das mulheres, que buscavam ter direitos necessários à sua vida. Ter acesso à escolaridade e o direito a uma profissão foram debates ocorridos ao longo do século XIX. Diante disso, os resultados apresentados pelos autores demonstram que, mesmo tendo direito à instrução, às mulheres era ensinado apenas o essencial para a vida pessoal, religiosa e conjugal, no qual só eram permitidos conhecimentos elementares, além de ensinamentos cristãos e domésticos.

Avançando um pouco na história, podemos, a partir das duas primeiras décadas do século XX, perceber mudanças significativas no mercado de trabalho, inclusive em segmentos que antes eram estritamente masculinos, conforme apontam Damasceno, Santos, Reschke e Pantoja (2018). O desafio de compreender o deslocamento de direitos em relação às mulheres, bem como os obstáculos e a trajetória dessa conquista, foi, e continua sendo, objeto de muitos estudos, mas que ainda deve-se avançar muito mais. Os autores buscam, nesse sentido, trazer o entendimento da mulher como profissional do ensino em uma sociedade:

No qual era vista e idealizada por meio de estereótipos arraigados de valores éticos e morais do catolicismo conservador, que consolidavam, à época, uma imagem de mulher como ente submisso e puritano perante a sociedade, a família e o esposo, cujo papel era restrito ao de reprodutora da prole e administradora do lar (Damasceno; Santos; Reschke; Pantoja, 2018, p. 571).

Mesmo sendo rechaçadas pela sociedade por agirem de forma diferente do que lhes era imposto, algumas mulheres viveram na contramão dessa organização de sociedade. Muito timidamente vão assumindo no campo profissional, o desafio de se buscar outros horizontes para a vida, sendo a profissão “primeiramente, como professoras primárias, o que já foi uma conquista, pois não era bem-vista uma mulher que trabalhava fora de casa” (Damasceno; Santos; Reschke; Pantoja, 2018, p. 571). Os autores evidenciam um diferencial em sua pesquisa ao apontarem que:

Àquela época já era possível observar também experiências de mulheres com trajetórias profissionais distintas, que conseguiram conquistar reconhecimento social e profissional em cargos variados, até mesmo em funções diretivas, como era o caso das diretoras de grupos escolares em pleno início do século XX. A função de diretor era estritamente masculina (Damasceno; Santos; Reschke; Pantoja, 2018, p. 572).

Os autores chamam a atenção para o cargo de direção nos grupos escolares, que desempenhou um papel fundamental nas reformas educacionais durante o período republicano. Segundo os autores, a república traz em seu bojo um novo papel para a mulher na sociedade. Duas características são discutidas e deixam um legado importante sobre essa função social: a influência da cultura francesa, que articulava uma imagem idealizada da mulher no contexto da época, e a construção de um pensamento social baseado na biologia, que atribuía às mulheres categorias tidas como tipicamente femininas, como a fragilidade, o recato e o predomínio das faculdades afetivas, características entendidas como parte integrante do papel de mãe, que a mulher “desempenha como função fundamental do desenvolvimento da família moderna, tornando-se responsável pela saúde e higiene da família no lar, justamente em um momento em que prosperava uma obsessão contra moléstias ou epidemias (Damasceno; Santos; Reschke; Pantoja, 2018, P. 574).

De acordo com Coelho (2008), a presença das mulheres no curso pedagógico na metade do século XIX representava um percentual diminuto. Em 1855, dos cinquenta e um docentes primários da Província do Pará, apenas sete eram mulheres. Trinta anos depois, a proporção de matrículas entre homens e mulheres na Escola Normal do Estado é mais equilibrada: das cento e vinte e seis matrículas, dezesseis eram de homens e dez eram de mulheres. A quantidade de matrículas masculinas na Escola Normal do Estado continuou a cair, chegando a apenas seis, de duzentas e sessenta e seis, no ano de 1926.

A realidade crescente da entrada de mulheres no curso normal apresentava motivos que se devem, “em primeiro lugar, por ser o curso normal o mais elevado grau de ensino para as mulheres, enquanto os rapazes eram permitidos a escolha de outras profissões; o segundo motivo, a irrisória retribuição pecuniária ao trabalho docente” (Coelho, 2008, p.120).

4. A EDUCAÇÃO DE MULHERES NO INSTITUTO NOSSA SENHORA DOS ANJOS

Nesta seção, buscamos reconstruir a trajetória de mulheres que, na segunda metade do século XX, protagonizaram um movimento de inserção no campo da formação docente no município de Abaetetuba, Pará. Longe de concebê-las como agentes passivas de um processo institucional, procuramos compreendê-las como sujeitos históricos ativos, cujas ações revelam tanto estratégias de mobilidade social, quanto formas de conformidade diante de situações conservadoras impostas por uma estrutura educacional elitista, confessional e patriarcal.

A única instituição que ofertava o Curso Normal era uma escola particular católica, o que exigia, da parte dessas jovens, não apenas recursos financeiros, mas também a capacidade de transitar em um espaço marcado por normas morais e religiosas restritivas. Assim, buscamos responder: quem eram essas jovens? Qual era a sua origem social e étnico-racial? Eram naturais de Abaetetuba ou migrantes de localidades vizinhas? Dispunham de apoio familiar ou eram órfãs? Tinham condições econômicas para arcar com os custos de uma educação privada? Eram menores ou maiores de idade? Já eram alunas do Instituto Nossa Senhora dos Anjos (INSA) ou ingressaram na instituição apenas para cursar o magistério?

Interessa-nos, portanto, traçar um perfil dessas estudantes — não apenas em termos descritivos, mas também interpretativos — buscando compreender as condições sociais de sua inserção, os obstáculos enfrentados e as mediações realizadas por elas ao longo do percurso formativo. A intenção não é apenas identificar "quem eram", mas sobretudo "como" se tornaram professoras em um contexto de desigualdades de classe, gênero e, possivelmente, raça.

A investigação baseia-se no levantamento e análise de fontes documentais, institucionais, que permitam reconstruir essas trajetórias. Identificamos que muitas das alunas do Curso Normal já vinham de experiências escolares anteriores no INSA, iniciadas no nível ginásial. Essa continuidade escolar dentro de uma mesma instituição católica é relevante, pois evidencia como a formação educacional das meninas era conduzida por uma pedagogia pautada na manutenção de papéis sociais rigidamente delimitados pelo gênero, conforme preconizava a política educacional da época.

De fato, como destaca Souza (2008), os materiais escolares destinados às alunas enfatizavam virtudes tradicionalmente associadas à feminilidade:

as virtudes próprias da mulher, a sua missão de esposa, de mãe, de filha, de irmã, de educadora, o seu reinado no lar e seu papel na escola, a sua ação nas obras sociais de caridade, o cultivo daquelas qualidades com que ela deve cooperar com o outro sexo

na construção da pátria e na ligação harmônica do sentido da pátria com o sentimento da pátria com o sentimento da fraternidade universal (Souza, 2008, p. 179).

Essa pedagogia moralizante contrastava com os valores atribuídos à formação dos meninos, voltada à construção de um ideal de virilidade, liderança e responsabilidade cívica, conforme ilustra o mesmo autor:

Os excertos que visarem principalmente à educação dos alunos do sexo masculino procurarão enaltecer aquela têmpera de caráter, a força de vontade, a coragem, a compreensão do dever, que fizeram os grandes homens de ação, os heróis da vida civil e militar e esses outros elementos, não menos úteis à sociedade e à nação, que são os bons chefes de família e os homens de trabalho, justos e de bem (Souza, 2008, p. 179).

Nessa configuração educacional conservadora, a presença das jovens no Curso Normal não deve ser lida apenas como aceitação das normas vigentes, mas também como uma forma de agência, na medida em que a busca pela docência significava, para muitas delas, uma rara oportunidade de seguir em direção a formação e autonomia relativa. Mesmo dentro dos limites impostos por uma formação voltada à reprodução de papéis sociais tradicionais, essas mulheres atuaram como protagonistas de suas histórias, forjando percursos possíveis em um cenário de adversidades estruturais.

Portanto, ao investigarmos as trajetórias dessas estudantes, nossa abordagem se ancora em uma concepção processual e dialética da história, atenta tanto às estruturas quanto à ação consciente dos sujeitos. A partir dessa perspectiva, as experiências das mulheres no Curso Normal em Abaetetuba revelam não apenas a imposição de normas e valores de gênero, mas também os modos pelos quais essas normas foram apropriadas, ressignificadas e, em alguns casos, contestadas pelas próprias alunas.

4.1 Quem eram essas mulheres?

Entre os anos de 1958 e 1963, o *Livro de Matrícula do Ginásio do INSA* registrou sessenta e oito meninas que participaram da pesquisa, das quais cinquenta e nove já haviam passado pelo curso ginásial na própria instituição. Isso indica que a maioria ingressou no curso normal já inserida em um modelo educacional conservador e orientado pela doutrina católica desde os doze anos de idade. Para nove delas, não foram encontrados registros nos livros de matrícula analisados, sugerindo trajetórias diferentes ou documentação incompleta.

Esse dado é significativo, pois revela que muitas dessas meninas vivenciaram um processo formativo contínuo dentro do INSA, estruturado não apenas pelo currículo formal,

mas por uma "sólida formação cristã", como indicam as fontes. Algumas eram levadas por suas famílias para o regime de internato — muitas vezes por desejo explícito dos pais —, outras recebiam gratuidade, seja por dificuldades financeiras, por serem órfãs, ou por terem sido identificadas pelas religiosas como vocacionadas à vida consagrada. Nesse contexto, o INSA funcionava também como espaço de triagem para a formação religiosa feminina.

Um episódio ilustrativo dessa dinâmica aparece no Livro de Ocorrências do INSA, datado de 1957, quando essas meninas ainda estavam no ginásial:

Vida de internato. Saída da menina (Dilce). Dia 16. Saiu do internato a aluna Dilce Coutinho Lobato pelo motivo de vir se comportando de modo repreensível, com briguinhas e atitudes revoltadas. Como sabemos ela estava gratuitamente, porque revelava desejo de vida religiosa, mas sua conduta não confirma vocação ao estado religioso." (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1957)

Dilce, que havia sido acolhida no internato em função de sua suposta vocação religiosa, perdeu a gratuidade ao ser considerada inadequada para a vida consagrada. Seu nome não aparece nas matrículas posteriores, o que sugere que não prosseguiu no curso normal. Esse caso, à luz de uma leitura mais sensível ao cotidiano e às experiências individuais, pode ser interpretado como expressão de um conflito entre os ideais disciplinares das religiosas e as transformações subjetivas típicas da adolescência — uma etapa da vida nem sempre reconhecida pelas autoridades institucionais da época.

Esses fragmentos documentais nos permitem entrever uma pedagogia do comportamento voltada à formação de um tipo ideal de menina cristã, cuja vocação à vida religiosa era avaliada não apenas pela fé declarada, mas pela conduta cotidiana. Falar, sentar, andar, portar-se: todos os gestos eram observados. A exigência de um comportamento irrepreensível tornava-se critério de permanência — e, por vezes, de exclusão. Algumas meninas eram reprovadas não por fracassos acadêmicos, mas por não se ajustarem aos modelos de disciplina moral impostos.

Tais episódios, por mais localizados que pareçam, revelam camadas profundas da experiência social dessas jovens. Como nos ensinou E. P. Thompson (1987), é a partir da reconstrução do vivido, do cotidiano, da disciplina e do conflito que podemos compreender os sujeitos históricos não como abstrações, mas como agentes em tensão com as estruturas que os formaram e que, por vezes, também resistiram a elas.

Outro caso registrado no Livro de Ocorrências ilustra como o internato do INSA era entendido por algumas famílias como um refúgio seguro para as filhas, protegendo-as dos

“perigos da vida em sociedade”, sobretudo do namoro, muitas vezes visto como indesejado e reprovável pelos pais:

Vida no Internato – Guiomar. No dia dezessete de agosto de 1958, internou-se a aluna Guiomar da Silva Araújo por solicitação do pai, a fim de fazê-la esquecer um namoro, contrário a vontade da família- curas o 1º ano normal (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1958, p. 26).

Esse episódio reflete a função social dos internatos e conventos na formação feminina tradicional: espaços de confinamento, mas também, nas palavras de Perrot (2007, p. 84), “lugares de abandono e de confinamento, mas também refúgios contra o poder masculino e familiar. Lugares de apropriação do saber, e mesmo da criação”. Para muitas jovens, o INSA representava, portanto, um espaço paradoxal onde se podia estudar e, simultaneamente, ser seduzida à vida religiosa — a possibilidade de unir o ofício de professora e a vocação de freira.

Louro (2000) contribui para entendermos que, para muitos setores da sociedade da época, a educação feminina não poderia ser concebida sem uma formação sólida cristã, considerada a chave de qualquer projeto educativo. Essa moral católica moldava desde cedo a vida das meninas, impondo-lhes o ideal da pureza mariana, entre os símbolos de Eva e Maria:

Ainda que a República se formaliza a separação da igreja católica do Estado, permaneceria dominante a moral religiosa, que apontava para as mulheres a dicotomia entre Eva e Maria. A escolha entre esses dois modelos representava, na verdade, uma não escolha, pois esperava que as meninas e jovens construíssem suas vidas pela imagem da pureza da Virgem. Através do símbolo mariano se apelava tanto para a sagrada missão da maternidade quanto para a manutenção da pureza feminina. Esse ideal feminino implicava o recato e o pudor, a busca constante de uma perfeição moral, a aceitação de sacrifícios, a ação educadora dos filhos e filhas (Louro, 2000, p. 447).

Dessa forma, a maioria das jovens matriculadas nas primeiras turmas do curso normal do INSA já vinha inserida em uma educação rígida, religiosa e conservadora, desejada pelas famílias que buscavam garantir a segurança e a formação moral de suas filhas.

4.2 Perfil social das alunas do INSA: dados de matrícula e o contexto regional

Outro modo de apreender a vida dessas jovens se deu pela análise das fichas de matrícula do INSA, que revelam informações como datas de nascimento, nomes dos pais, endereços e profissões. Entre 1958 e 1963, no município de Abaetetuba, nordeste do Pará, esses dados

possibilitam esboçar um panorama social da educação feminina no interior paraense, revelando particularidades e desafios do acesso das mulheres à escolarização formal naquele momento.

O termo de abertura das matrículas de 1958, lavrado em 17 de março, registra os nomes de 16 jovens matriculadas na primeira série, entre os dias 13 e 15 do mesmo mês. Todas paraenses, nascidas entre 1930 e 1941, tinham em sua maioria entre 17 e 20 anos (10 estudantes), enquanto seis encontravam-se na faixa dos 23 aos 28 anos. É importante notar que, conforme a legislação vigente, constavam nos registros apenas os nomes dos pais, representantes legais da família, e não das mães.

Essa situação mudaria pouco após a promulgação da Lei nº 4.121 de 1962, que, apesar de introduzir modificações na situação jurídica da mulher casada, mantinha o marido como chefe da sociedade conjugal, “com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos”. No cotidiano, o trabalho doméstico feminino permanecia intenso e exaustivo — lavar roupas à mão, preparar alimentos diariamente —, dificultando o ingresso da mulher casada, especialmente das classes populares, no mercado formal de trabalho.

Ao observar as ocupações dos pais das estudantes, percebe-se uma diversidade social: enquanto alguns eram comerciantes, industriais ou farmacêuticos, outros eram carpinteiros, operários ou barbeiros. Essa variedade aponta para uma coexistência de classes sociais, com distintas formas de acesso e relação com a escolarização. Por exemplo, espera-se que comerciantes e industriais tenham maior escolaridade, em contraste com operários ou barbeiros.

Ainda que a média de idade das matriculadas fosse em torno dos 20 anos, a presença de jovens entre 25 e 28 anos sugere dificuldades no acesso à educação formal feminina, possivelmente causadas por fatores como responsabilidades familiares precoces, barreiras sociais ou normas de conduta restritivas.

Quadro 7 - Quantidade de alunas por idade no ano de 1958

Idade	Quantidade de Estudantes
17	1
18	4
19	4
20	1
23	3
25	1
27	1
28	1

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de matrícula de 1958.

Além disso, foi registrada a presença rara de uma aluna cuja responsável era a mãe, indicando que, ainda que excepcionalmente, o controle familiar feminino estava presente.

Quadro 8 - Profissões dos pais das estudantes matriculadas em 1958

Profissão	Quantidade
Comerciante	5
Industrial	3
Carpinteiro	2
Farmacêutico	2
Operário	1
Barbeiro	1

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de matrícula de 1958.

No ano seguinte, 1959, o número de matrículas aumentou para 22, sendo 15 provenientes da primeira série de 1958 e sete novas ingressantes. Entre as novas alunas, notam-se casos de estudantes com pais falecidos, o que pode indicar outras formas de vulnerabilidade e desafios para a continuidade dos estudos.

Outro aspecto que chama a atenção ao analisarmos os dados das matrículas entre 1958 e 1963 é a variação na média de idade das estudantes matriculadas. Em 1959, observa-se uma queda da média de aproximadamente 20 anos para 18,6 anos, explicada principalmente pelo grande influxo de novas alunas ingressando na primeira série. Destaca-se o caso de uma estudante matriculada aos 16 anos, a mais jovem registrada até então, filha de um pai industrial, o que sugere que sua família dispunha de recursos suficientes para garantir seu ingresso precoce no curso.

Outra novidade no corpo discente é a entrada de uma estudante maranhense, marcando o início de uma diversificação geográfica no perfil das alunas. A presença de irmãs estudando juntas indica que, para algumas famílias — especialmente as economicamente mais favorecidas —, a educação feminina era vista como investimento para uma futura profissão. Paralelamente, a inserção de mães identificadas como donas de casa (domésticas) nos registros aponta para uma ampliação gradual da presença materna nos documentos do Instituto. Essa presença indica que, mesmo em um contexto ainda marcado pela prevalência do patriarcado, algumas famílias menos favorecidas também buscavam assegurar a educação formal das filhas, apesar das dificuldades econômicas.

Em 1960, o número de matrículas cresceu novamente, chegando a 32. Esse aumento pode ser interpretado como resultado do avanço acadêmico das alunas pioneiras, refletindo uma

taxa significativa de continuidade nos estudos. Novamente, chama atenção o aumento no número de estudantes com pais operários, que passaram a figurar com mais frequência — três casos registrados — e a continuidade da presença de estudantes maranhenses, sugerindo um fluxo migratório para a região e o impacto disso na composição social do Instituto.

Quadro 9 - Profissão dos pais das estudantes matriculadas em 1960

Profissão	Quantidade
Comerciante	6
Industrial	3
Doméstica	2
Carpinteiro	2
Farmacêutico	2
Operário	3
Barbeiro	1
Falecido	5

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de matrícula de 1960.

No ano seguinte, 1961, as matrículas somaram 24 alunas, distribuídas entre a primeira, segunda e terceira séries, com idade variando entre 16 e 27 anos, e uma média que voltou a subir para 20,78 anos, refletindo o ingresso de estudantes mais velhas nas séries superiores.

Quadro 10 - Quantidade de estudantes por idade no ano de 1961

Idade	Quantidade
16	1
17	1
18	4
19	2
20	5
21	3
22	1
23	2
25	2
27	2
Idade Média	20,78

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de matrícula de 1961.

Predominantemente paraenses, com exceções de três estudantes maranhenses e uma paraibana, as alunas de 1961 também evidenciaram aumento no número de estudantes com pais falecidos — cinco casos — reforçando a vulnerabilidade social de parte do corpo discente.

Quadro 11 - Profissão dos pais das estudantes matriculadas em 1961.

Profissão do Pai	Quantidade
Comerciante	4
Tabelião	1
Industrial	2
Falecido	5
Farmacêutico	2
Doméstica	1
Funcionário	1

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de matrícula de 1961.

O ano de 1962 apresenta um recuo quantitativo, com apenas 14 matriculadas (6 na segunda série e 8 na terceira), reflexo da ausência de ingresso na primeira série, o que elevou a média de idade para 21,64 anos, pois o grupo consistia exclusivamente de alunas já matriculadas anteriormente. Não houve alterações significativas na composição social e geográfica das estudantes.

Já em 1963, a reabertura das vagas para a primeira série trouxe 26 novas alunas, além de cinco matrículas na terceira série, totalizando 31 estudantes. Com isso, a média de idade caiu para 18,8 anos. Observa-se também um aumento no número de estudantes cujos pais eram comerciantes (10) e industriais (4), além do aparecimento, pela primeira vez, de profissões como viajante (4) e lavrador (1) nos registros.

Quadro 12 - Profissão dos pais das estudantes matriculadas em 1963.

Profissão do Pai	Quantidade
Comerciante	10
Industrial	4
Falecido	2
Funcionário	1
Viajante ¹⁶	4
Lavrador	1

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de matrícula de 1963.

Ao longo do período estudado, percebe-se que as profissões mais frequentes nos registros são as de comerciante e industrial, indicadoras de uma condição econômica

¹⁶ É bastante provável que esse termo se refira à profissão de caixeiro-viajante (também conhecido como mascate), um mercador ambulante que comercializava mercadorias para além das regiões onde são fabricadas. Era uma profissão que se tornou fundamental em uma época em que havia grandes dificuldades no transporte interurbano.

relativamente estável, ainda que superadas em número em certos anos pelos casos de pais falecidos, o que revela a vulnerabilidade de muitas alunas. Essa dinâmica reforça a hipótese de que a condição socioeconômica da família era fator determinante para a garantia do acesso à educação formal para as mulheres naquele momento histórico.

Outro aspecto notável é a ampla faixa etária das estudantes matriculadas nas mesmas séries — com diferenças que ultrapassavam uma década — o que sugere que meninas de famílias com maior poder aquisitivo conseguiam iniciar e prosseguir seus estudos no tempo adequado, enquanto as filhas de famílias mais pobres enfrentavam entraves, como a necessidade de assumir responsabilidades domésticas precoces, prejudicando sua escolarização e seu acesso à formação profissional.

As relações entre o Instituto Nossa Senhora dos Anjos e suas alunas, por fim, refletem e reproduzem a manutenção do poder masculino e da ordem patriarcal dominante, que legitimava estereótipos e desigualdades de gênero. Ainda que o Código Civil de 1916 (Lei nº 3.071) tenha representado avanço ao substituir legislações anteriores mais restritivas, ele também reafirmou valores conservadores, mantendo a mulher subordinada ao homem e restringindo seus direitos, especialmente no âmbito conjugal.

A Lei nº 3.071, responsável por instituir o CC/16, representou uma grande conquista para o ordenamento jurídico brasileiro, tendo em vista que revogou as Ordenações Filipinas, desvinculando o Brasil das legislações portuguesas. Consistiu em um importante instrumento para a formalização das relações privadas, em contrapartida, a legislação supracitada reforçava os valores tradicionais e conservadores, especialmente, com relação à família, aos poderes do marido e deveres da esposa na relação conjugal. (Silva, 2021a, p. 126).

O conteúdo das fontes analisadas demonstra que à mulher cabia um papel secundário, dominado pelo marido, reduzida à condição de colaboradora nos cuidados familiares e sem direitos plenos, expressão da ordem patriarcal que o Instituto, como instituição educativa e religiosa, reproduzia em seu cotidiano e práticas disciplinares.

4.2 Acesso e permanência: As condições de admissão das alunas

O INSA, enquanto escola confessional, privada e dirigida pelas Irmãs Capuchinhas, operava com um conjunto próprio de normas e critérios de acesso. Mais do que apenas ingressar em uma instituição educativa, as jovens que desejavam estudar no INSA precisavam demonstrar conformidade com exigências que ultrapassavam o domínio acadêmico, alcançando dimensões morais, físicas e financeiras. Em um universo educacional fortemente regulado pela disciplina religiosa e pela moral católica, as exigências do instituto reproduziam os padrões de

conduta considerados desejáveis para a formação da "boa moça" e, posteriormente, da "boa professora".

As alunas oriundas de outras instituições, bem como aquelas que já faziam parte da comunidade escolar do INSA, deveriam atender aos seguintes requisitos iniciais, conforme estabelecido pelo Estatuto de 1953:

- a) Boa conduta;
- b) Obrigar-se a seguir e observar a disciplina do colégio;
- c) No caso de haver saído de outro colégio, atestado de conduta da diretora;
- d) Não sofrer de moléstias contagiosas (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1953, p. 2).

O Estatuto deixava explícito que o projeto educacional do Instituto visava a uma formação que transcendia o aspecto meramente intelectual “A educação moral e religiosa da mocidade a par da sólida e esmerada educação cívica e doméstica, sendo a instrução literária de pleno acordo com o programa do Estado” (Estatuto, 1953, p. 1). Tais exigências estavam em consonância com o Decreto-Lei nº 8.530 de 1946 (BRASIL, 1946), que normatizava o ensino normal e reiterava os critérios de acesso com base em sanidade física, aptidão funcional e bom comportamento social:

- Art. 20. Para admissão ao curso de quaisquer ciclos de ensino normal, serão exigidas do candidato as seguintes condições:
- a) Qualidade de brasileiro;
 - b) Sanidade física e mental;
 - c) Ausência de defeito físico ou distúrbio funcional que contraindique o exercício da função docente;
 - d) Bom comportamento social;
 - e) Habilitação nos exames de admissão. (BRASIL, 1946)

A convergência entre a regulamentação estatal e a orientação normativa do INSA demonstra a conformidade da educação católica com os valores hegemônicos da sociedade brasileira da época, refletindo e reforçando a ordem social vigente. Como observou Souza (2008), no ano de 1958, apenas 10% das adolescentes entre 12 e 18 anos frequentavam a escola, o que já indica um grau significativo de exclusão educacional para as jovens, especialmente aquelas das classes populares.

Os exames de admissão, realizados anualmente, representavam uma importante barreira. Mesmo que a aluna tivesse sido aprovada no ano letivo, uma eventual reprovação na prova de admissão para o próximo ano a obrigaria a repetir o curso. O processo era rigorosamente monitorado: os exames finais, organizados pelas freiras, eram supervisionados

por fiscais indicados pelo governo. As provas ocorriam na primeira quinzena de dezembro e na segunda de fevereiro, conforme o calendário escolar estabelecido no Decreto-Lei nº 8.530/1946.

A inscrição para esses exames era feita com quinze dias de antecedência e exigia a apresentação de um requerimento contendo informações sobre filiação, idade, naturalidade, residência e série pretendida. A documentação necessária incluía certidão de nascimento, atestado de saúde e comprovante de vacinação contra varíola e febre amarela, doenças ainda prevalentes na região amazônica à época.

A exigência de atestados de saúde e a exclusão de meninas com moléstias ou deficiências físicas revelam como o projeto educacional estava também vinculado a uma normatividade corporal. Em outras palavras, o direito à educação formal passava por um filtro sanitarista e moralista que restringia o acesso a quem não se adequasse à norma. O Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) emitia fichas médicas que eram usadas pelo instituto como critério de triagem. Embora não tenham sido encontrados nos registros casos de alunas rejeitadas por questões médicas, a possibilidade de exclusão estava posta.

Como aponta Abreu Júnior (2018), a região amazônica foi constantemente afetada por epidemias — como cólera, peste bubônica, hanseníase e sarampo — desde o período colonial. Essa memória epidêmica influenciava a própria organização das instituições educativas, pois desde os estudos ao período colonial, não apenas em Belém, mas em toda a região do Grão-Pará, era assolada por epidemias, moldando a sociedade na Amazônia colonial e influenciando tanto a composição da população como o mundo do trabalho.

Nesse contexto, os critérios de saúde pública exigidos para o ingresso no INSA funcionavam, na prática, como mecanismos de exclusão social, afetando principalmente as famílias de baixa renda, cuja realidade sanitária era precária. A pesquisa de Costa (2024) sobre o funcionamento do SESP em Abaetetuba — que, em 1940, contava com apenas 3.106 habitantes em sua sede municipal — reforça esse cenário de exclusão baseada nas condições materiais das famílias: “O trabalho para a construção do posto de higiene teve início no fim de março de 1944 [...] A cidade foi marcada como um espaço insalubre, carente de saneamento básico e estrutura de saúde pública.” (Costa, 2024, p. 191)

As formas de ingresso no INSA variavam entre alunas pensionistas, bolsistas ou beneficiárias de gratuidade. Essas últimas geralmente eram meninas pobres com inclinação à vida religiosa ou órfãs trazidas por missionárias, como no caso da maranhense Marilourdes Solino Pessoa, da turma de 1959. Algumas, como Ana Leopoldina Guerreiro Contente, foram internas por curtos períodos, para se prepararem para exames finais.

Em 1958, a matrícula no curso normal custava CR\$300,00 e a anuidade CR\$3.200,00, parcelada em quatro vezes de CR\$800,00. O Estatuto era claro ao estabelecer que o não pagamento das mensalidades impediria a aluna de prestar exames finais (Estatuto, 1953, p. 2). Assim, para as alunas de baixa renda, as bolsas de estudo representavam um dos únicos caminhos para permanecer na escola.

O Decreto-Lei nº 8.530/1946, em seus artigos 50 a 53, previa bolsas para estudantes de zonas carentes de professores, com contrapartida de atuação por cinco anos nessas regiões. As escolas privadas também poderiam ser subvencionadas caso não houvesse ensino normal oficial disponível.

Quadro 13 - Quadro das estudantes Bolsistas matriculadas no curso normal

Ano do curso normal	Quantitativo de bolsistas
1958 (16 alunas)	01
1959 (7 alunas)	04
1960 (10 alunas)	02
1961(9 alunas)	02
1963 (26 alunas)	13

Fonte: Elaborado pela autora com base nas fichas de bolsistas de 1959 a 1960.

Entre as 68 estudantes analisadas no período, 22 foram bolsistas. Os registros indicam que muitas delas já recebiam bolsas desde o ginásio. A verba era paga pelo Ministério da Educação e, em caso de adiantamento pelas famílias, o valor poderia ser ressarcido. Os critérios eram rígidos: alunas que não alcançassem média 6 eram submetidas à análise da Comissão de Assistência Educacional (C.A.E). Em 1962, diante da escassez de recursos, a C.A.E recomendava o cancelamento de bolsas concedidas a estudantes de famílias com boas condições financeiras.

Havia, ainda, a possibilidade de concessão de ajuda parcial à pensão para alunas em regime de internato, desde que houvesse verba disponível. No mesmo ano, a C.A.E limitou a concessão de bolsas a estudantes “necessitadas”, como forma de conter os gastos. Como advertia o documento, “Pede a colaboração dos diretores do estabelecimento” para fiscalizar e cancelar as bolsas de estudantes economicamente bem-dotadas. (BRASIL, 1962)

Conforme Sposito (2001), a seletividade do ensino secundário era uma das principais formas de reprodução das desigualdades sociais no sistema educacional brasileiro. O INSA, enquanto escola particular, representava claramente essa lógica seletiva. Quando o pagamento não era possível, a concessão de bolsas tornava-se a única alternativa viável, sobretudo para jovens aspirantes à vida religiosa, cujo perfil moral e disciplinar era valorizado pelas freiras.

A exclusão não se dava apenas por critérios econômicos. Meninas com deficiências físicas, cognitivas ou consideradas “indisciplinadas” eram alijadas do processo educativo, num regime que combinava meritocracia formal com valores morais rígidos. O fato de o INSA ser a única instituição da cidade a oferecer o curso de Formação de Professores apenas reforça o caráter excludente da estrutura educacional vigente.

É fundamental realizar uma articulação entre vocação religiosa, trabalho docente e gênero, tomando como base Thompson (1987), é necessário assumir a centralidade da experiência vivida como categoria analítica, pois a classe (e, por extensão, a consciência social) não é uma estrutura dada, mas o produto histórico e relacional de experiências coletivas, atravessadas por contradições, conflitos e agências.

No caso das mulheres formadas pelo INSA, seu perfil revela, por um lado, a consolidação do magistério como espaço socialmente aceito para a atuação feminina, e, por outro, a persistência de normas patriarcais e religiosas que limitavam a sua autonomia. Ainda que o curso de Formação de Professoras abrisse uma possibilidade concreta de inserção no mercado de trabalho, essa inserção vinha marcada por uma lógica de submissão moral, disciplinar e física. O modelo da “boa professora” reproduzido pelas Irmãs Capuchinhas exigia da mulher não apenas competência técnica, mas conduta exemplar, obediência e, não raro, uma disposição à renúncia, especialmente entre aquelas que aspiravam à vida religiosa.

À luz do conceito de experiência de Thompson (1987), essas trajetórias não podem ser entendidas como resultado apenas das determinações institucionais ou legais. Elas são, antes, produtos históricos das formas como essas mulheres vivenciaram sua posição de classe, de gênero e de fé dentro de um sistema educacional excludente e moralmente codificado. O magistério, nesse contexto, aparece como uma possibilidade ambígua: ele oferecia alguma forma de emancipação dentro de um horizonte estreito, mas também reproduzia as hierarquias de gênero, de classe e de poder religioso.

A experiência dessas alunas – especialmente das pobres, das bolsistas e das aspirantes à vida religiosa – não é redutível à condição de vítimas passivas. Como Thompson observa em relação à classe operária inglesa, as classes e os sujeitos fazem sua própria história, embora não em condições de sua escolha. O mesmo pode ser dito das jovens do INSA: mesmo inseridas em um contexto profundamente normativo, construíram trajetórias, negociaram sentidos, aderiram a diferentes expectativas, e, nesse movimento, participaram da formação de uma identidade profissional feminina docente, ainda que marcada por ambivalências.

Nesse sentido, as mulheres que se formaram nas primeiras turmas do curso construíram trajetórias no campo educacional na cidade de Abaetetuba. Entre elas, destaca-se Carmen

Cardoso Ferreira, aluna da turma de 1958, a primeira turma normalista. Atuou como professora e diretora de escola, sendo posteriormente homenageada pelo município com uma instituição que leva seu nome. Assim como Carmen, outras ex-alunas contribuíram significativamente para a educação local. É o caso de Maria do Monte Serrat dos Santos Carvalho, intelectual, escritora e educadora negra, integrante da segunda turma (1959). Publicou diversas obras, entre as quais *Do meio do povo – nossas histórias em lições de vida* (2005), *Sonhando um mundo mais justo gerado na luz do amor* (2012) e outras publicações que refletem sua trajetória de engajamento social e educativo. Destacam-se também as alunas da turma de 1963, nosso recorte final, como Dorotéia Maués Paes, Ivone Maués de Sena, Maria Inez Lobato Ribeiro, professoras que fizeram sua história na docência do município, contribuindo para a formação de muitas outras mulheres. Por fim, destacamos a aluna Eurica Sena Rodrigues, que seguiu a vida religiosa, sendo a diretora do INSA nos dias atuais.

A articulação entre vocação religiosa, trabalho docente e gênero no INSA evidencia como as instituições educativas religiosas funcionaram como espaços de disciplinamento, mas também como lugares de produção de experiências formativas — muitas vezes contraditórias — para jovens mulheres em busca de pertencimento, autonomia e ascensão social. A partir do conceito de experiência de Thompson, é possível compreender essas mulheres não como apenas produtos de estruturas, mas como agentes históricos, moldadas e moldando o mundo em que viveram.

4.3 Atividades curriculares

Nosso recorte temporal situa-se entre os anos de 1958 e 1963, período em que o Curso Normal no Brasil era estruturado em três anos e voltado predominantemente à formação de professoras. Como destaca Tavares (2023), o cenário educacional brasileiro daquele período buscava alinhar-se a um ideário democrático, orientado pela intenção de reestruturar a educação com base em parâmetros de alcance nacional.

Ao analisarmos a configuração curricular do Curso Normal, evidencia-se uma tentativa de padronização nacional, refletida na organização das disciplinas nos três anos iniciais da formação docente. As disciplinas previstas para cada série eram as seguintes:

Primeira série: 1) Português. 2) Matemática. 3) Física e Química. 4) Anatomia e Fisiologias Humanas. 5) Música e Canto. 6) Desenho e Artes Aplicadas. 7) Educação Física, Recreação e Jogos.

Segunda série: 1) Biologia Educacional. 2) Psicologia Educacional. 3) Higiene e Educação Sanitária. 4) Metodologia do Ensino Primário. 5) Desenho e Artes Aplicadas. 6) Música e Canto. 7) Educação Física, Recreação e Jogos.

Terceira série: Psicologia Educacional. 2) Sociologia Educacional. 3) História e Filosofia da Educação. 4) Higiene e Puericultura. 5) Metodologia do Ensino Primário. 6) Desenho e Artes Aplicadas. 7) Música e Canto. 8) Prática do Ensino. 9) Educação Física, Recreação e Jogos (BRASIL, 1946).

A estrutura curricular nacional do Curso Normal apresentava-se formalmente delineada nesse modelo. Observa-se que o primeiro e o segundo anos possuem o mesmo quantitativo de disciplinas, sendo sete ao todo. Algumas disciplinas — como Música e Canto, Desenho e Artes Aplicadas, Educação Física, Recreação e Jogos — se repetem ao longo dos três anos, revelando certa linearidade na formação artística e corporal. Já disciplinas como Português, Matemática, Física e Química concentram-se apenas no primeiro ano. O terceiro ano amplia o quantitativo total para nove disciplinas, sinalizando um aumento na carga horária e, teoricamente, na complexidade formativa.

Segundo Romanelli (1999), o currículo estabelecido pelo artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 8.530/1946 era fixo e apresentava lacunas significativas, sobretudo no tocante ao ensino normal de primeiro ciclo. No caso aqui estudado, situado no segundo ciclo, identificamos que as fragilidades permaneciam, ainda que de forma mais diversificada e supostamente especializada. Para a autora, predominavam no currículo formal as disciplinas de cultura geral em detrimento das disciplinas de formação profissional. Considerando-se o caráter eminentemente profissionalizante do Curso Normal, seria de se esperar maior ênfase em disciplinas como Psicologia, Pedagogia e Didática desde o início da formação e não restritas, majoritariamente, ao terceiro ano, uma vez que, conforme destaca Romanelli (1999, p. 165), o “curso normal regional, como era chamado, foi, por muito tempo e em muitos locais, o único fornecedor de pessoal docente qualificado para operar no ensino primário”.

Buscando compreender a estrutura curricular estabelecida pela direção do INSA para o Curso Normal, nota-se que, embora a matriz se inspire no currículo nacional, há adaptações significativas. Tal possibilidade é prevista pelo próprio Decreto-Lei n.º 8.530/1946, que, em seu artigo 9.º, estabelece que os Estados e estabelecimentos de ensino “poderão acrescentar disciplinas à seriação indicada nos artigos 7.º, 8.º e 9.º, ou desdobrá-las, para maior eficiência do ensino” (BRASIL, 1946, p. 9).

Dessa forma, identificamos no horário de aula de 1961 do 1º, 2º e 3º Ano do curso normal como uma fonte que confirma as adaptações locais realizadas pelas religiosas responsáveis pelo INSA no currículo do Curso Normal, amparadas pelas prerrogativas legais abertas pela Lei 8.530/1946.

Quadro 14 - HORÁRIO DE AULAS DO 1º, 2º e 3º ANO DO CURSO NORMAL ANO LETIVO DE 1961

1º ANO						
Horas	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sábado
7:30	Religião	História	Matemática	Civilidade	Matemática	X
8:20	Anatomia	Física e Química	Religião	Anatomia	Religião	X
9:30	Matemática	Português	Anatomia	História	Português	X
10:20	Física e Química	Geografia	Português	Física e Química	Geografia	X
11:10	Desenho	Geografia	Artes Aplicadas	Música e canto	Geografia	X
2º ANO						
Horas	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sábado
7:30	Matemática	Biologia	Metodologia.	Civilidade	Religião	Música canto
8:20	Geografia	Religião	Matemática	Português	Matemática	Religião
9:30	Metodologia	Psicologia	Psicologia	Biologia	Geografia	Biologia
10:20	História	Português	Desenho	Metodologia	Psicologia	X
11:10	Português	Higiene e Pueril	Art. Aplica.	História	Hig. Pueri	X
3º ANO						
Horas	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sábado
7:30	Matemática	Religião	Matemática	Civilidade	História Educação	Psicologia
8:20	Religião	Sociologia	Geografia	Psicologia	Matemática	Sociologia
9:30	Hig. Pueri.	Português	Filos. Educação	Português	Sociologia	Metodologia
10:20	Psicologia	Hist. Divina	Prática Ensino	Hig.Puericul.	Português	X
11:10	Hist. Pará	Metodologia	Música e Canto	Des.Art. Aplica.	Metodologia	X

Fonte: Arquivo INSA, 2024.

A análise do quadro revela um currículo que expressa uma concepção conservadora de educação, reforçada pela centralidade do ensino religioso. A disciplina Ensino Religioso destaca-se pelo quantitativo de aulas nos dois primeiros anos do curso, o que se intensifica no terceiro ano com a introdução da disciplina História Divina.

Quadro 15 - Disciplina Ensino Religioso e História Divina

Disciplina	1º Ano	2º Ano	3º Ano
Ensino Religioso	120	120	80
História Divina	X	X	40
	120	120	120
Total 360 aulas			

Fonte: Elaborado pela autora com base no horário de aula das alunas, 1961.

O total de 360 aulas de caráter religioso durante os três anos do curso expressa um projeto educacional alinhado a uma formação moral e espiritual rigidamente estruturada. Cabe

ressaltar que o artigo 15 do Decreto-Lei n.º 8.530/1946 prevê a inclusão do ensino religioso como disciplina nos cursos de primeiro e segundo ciclos do Ensino Normal, ressaltando, porém, que sua frequência não poderia ser obrigatória, nem poderia haver imposição de que mestres ou professores ministrassem tal disciplina (Brasil, 1946). Não há, contudo, no texto legal, delimitação sobre o quantitativo de aulas, ficando a cargo dos estabelecimentos a distribuição da carga horária, respeitado o limite de 28 horas semanais.

Em contraste, as disciplinas de cunho pedagógico, fundamentais para a educação dessas mulheres, aparecem de forma tímida. A Metodologia do Ensino e a Prática de Ensino totalizam apenas 280 aulas ao longo de três anos.

Quadro 16 - Disciplinas pedagógicas

Disciplina	1º Ano	2º Ano	3º Ano
Metodologia		120	120
Prática de Ensino	X	X	40
	X	120	160
Total 280 Aulas			

Fonte: Elaborado pela autora com base no horário de aula das alunas, 1961.

O terceiro bloco curricular, composto por disciplinas como Psicologia, Sociologia, Filosofia da Educação e História da Educação, apresenta o maior volume de aulas, totalizando 440, embora o ingresso em tais conteúdos ocorra de forma concentrada no segundo e terceiro anos.

Quadro 17 - Terceiro bloco de disciplinas

Disciplina	1º Ano	2º Ano	3º Ano
Psicologia		120	120
Sociologia	X	X	120
Filosofia da Educação	X	X	40
História da Educação	X	X	40
	X	120	320
Total 440 Aulas			

Fonte: Elaborado pela autora com base no horário de aula das alunas, 1961.

Mesmo com maior carga horária, a inserção tardia dessas disciplinas compromete o processo formativo, especialmente se considerarmos que, ao longo dos primeiros anos, predominam conteúdos religiosos e de cultura geral, pois essas atividades curriculares

demonstram a hegemonia da Formação Humanista (440 horas), a centralidade na Formação Religiosa (360 horas) e a secundarização da Formação Pedagógica (280 horas).

Essa organização revela uma concepção de formação docente que subordina o conhecimento pedagógico ao ideário moral e religioso, conformando o que E. P. Thompson (1981) conceberia como um processo de internalização das normas e valores dominantes, naturalizando estruturas de poder e reprodução social dentro da própria escola.

A presença cotidiana das alunas, de segunda a sábado, em um ambiente rigidamente estruturado, revela um espaço disciplinador, mas também potencialmente contraditório, onde se travavam disputas simbólicas em torno dos sentidos da educação, da docência e dos papéis de gênero impostos às mulheres que, em sua maioria, formavam o corpo discente do Curso Normal.

Nesse sentido, Sacristán (2000) afirma que, ao se definir o currículo, delineiam-se as concretizações das próprias funções sociais e educativas da escola. Para o autor, o currículo constitui-se na verdadeira matéria-prima da instituição escolar, pois é por meio dele que se materializam os conteúdos, valores e saberes que determinada coletividade entende como legítimos e necessários.

Quando grupos sociais organizados, como foi o caso das religiosas responsáveis pelo INSA, conseguem interferir no currículo, trazendo consigo interesses, cultura, conhecimentos e convicções específicas, o processo educativo torna-se intencionalmente direcionado, orientando-se à formação de sujeitos de acordo com as tradições e os propósitos desse sistema educativo.

Sacristán (2000) aprofunda tal análise ao argumentar que toda escola, qualquer que seja o seu nível ou modelo de ensino, adota, inevitavelmente, uma postura seletiva frente à cultura, e tal seleção se materializa precisamente no currículo. Em sua compreensão, o sistema educativo opera em favor de interesses concretos — quase sempre vinculados a projetos de poder — e esses interesses se expressam na organização curricular, seja de forma explícita ou velada.

No caso do Curso Normal do INSA, as disciplinas presentes no currículo eram ministradas, em sua maioria, por mulheres. Conforme o Livro de Ocorrências do ano de 1958, quando se iniciaram as atividades do curso, o corpo docente era composto essencialmente por religiosas da própria instituição, com exceção de um único homem, responsável pelas aulas de Biologia:

Dia 16 de março- Teve início as aulas do curso normal pedagogia devidamente equiparado, além das alunas aprovadas, recebemos mais duas transferências de Belém, perfazendo um total de 15 alunas. Formaram o “corpo docente”: Irmã Ângela Maria, Irmã Carmosina Maria, Irmã Rosa Maria, Prof.^a Maria do Carmo Maués Pinheiro, Dr. Francisco Leite Lopes (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1958).

Nesse primeiro momento, as aulas eram ministradas majoritariamente pelas próprias freiras do instituto, reafirmando o controle da congregação religiosa sobre o processo educativo. A presença masculina se restringia ao médico da cidade, responsável por ministrar conteúdos ligados às ciências biológicas. Ao longo dos anos seguintes, a estrutura foi gradualmente modificada, permitindo a inserção de outras mulheres não pertencentes à congregação no quadro de docentes, embora a presença de professores homens permanecesse pontual e sempre vinculada a áreas específicas.

Esse contexto reflete as contradições do período, em que o Brasil vivenciava profundas transformações sociais, impulsionadas pela urbanização e pelo crescente influxo de elementos da cultura norte-americana, que se manifestavam, entre outros aspectos, na moda. Apesar dessas mudanças, os uniformes escolares mantiveram-se como expressão dos valores tradicionais, reforçando o ideal de feminilidade assentado na delicadeza, na ordem e na obediência. A educação feminina, especialmente em instituições confessionais, seguia orientada para formar "boas esposas", "boas mães" e cidadãs exemplares, segundo os valores cristãos.

Como observa Louro (2000, p. 461), os uniformes femininos dessa época tinham clara função disciplinadora: “Os uniformes sóbrios, avessos à moda, escondiam os corpos das jovens, tornando-os praticamente assexuados, e combinavam-se com a exigência de uma postura discreta e digna”.

Assim, os uniformes escolares femininos, entre as décadas de 1950 e 1960, refletiam diretamente os valores sociais, as normas de comportamento e a estética conservadora dominante, que buscava moldar os corpos e as atitudes das alunas segundo padrões de recato, disciplina e distinção de gênero. O projeto educativo, nesse sentido, não se restringia aos conteúdos transmitidos em sala de aula, mas incorporava elementos simbólicos e visuais que reforçavam as hierarquias sociais e de gênero, materializadas no vestuário.

No caso do INSA, as alunas utilizavam, geralmente, vestidos ou saias plissadas, peças consideradas apropriadas para a "condição feminina". As saias se posicionavam, predominantemente, na altura ou um pouco abaixo dos joelhos, reafirmando o padrão de recato. As blusas, em sua maioria brancas, de mangas curtas ou longas, com golas discretas, compunham o uniforme em combinação com saias de tons escuros, como azul-marinho. Os

tecidos, normalmente de algodão, priorizavam a durabilidade e o conforto, mas também simbolizavam sobriedade e uniformidade.

A análise documental de Trindade, Lima e França (2024) evidencia esse aspecto ao recorrer a fotografias da época que retratam o cotidiano escolar e os eventos comemorativos. Os autores destacam: “Dois tipos de uniformes: o uniforme diário (usados rotineiramente para as alunas assistirem às aulas) e os uniformes de gala (usados apenas em datas comemorativas)” (Trindade; Lima; França, 2024, p. 83).

Figura 8 - Estudantes perfiladas



Fonte: Trindade; Lima; França (2024, p. 84).

Na imagem mencionada, observa-se um grupo de alunas do INSA trajando seus uniformes cotidianos — blusas brancas, coletes escuros e saias no estilo jardineira — perfiladas em frente às dependências do instituto. A composição corporal das estudantes, suas posturas serenas e ordenadas, refletem o processo disciplinador exercido cotidianamente pelas mestras da instituição.

Outra fotografia, também analisada por Trindade, Lima e França (2024), ilustra as alunas durante um desfile cívico em 7 de setembro, evento impregnado de simbolismo patriótico e religioso. As estudantes aparecem com semblantes graves, trajando blusas escuras com golas fechadas, adornadas por um triângulo invertido em tom claro, além de saias retas, na altura dos joelhos, complementadas com luvas, meias e sapatos brancos.

Figura 9 - Estudantes desfilando



Fonte: Álbum do INSA, *apud* Trindade; Lima; França (2024, p. 85).

Essas imagens materializam o controle simbólico exercido sobre os corpos femininos, reafirmando a estética da modéstia e da uniformidade, elementos centrais do projeto educativo do INSA, inserido em um contexto mais amplo de disciplinamento social.

Embora os uniformes escolares femininos tenham passado por mudanças ao longo das décadas seguintes, acompanhando transformações sociais e culturais, os modelos das décadas de 1950 e 1960 permanecem como símbolos de uma era marcada pela tradição, pelo recato e pela formalidade, valores centrais da educação das mulheres em instituições confessionais.

A formação das alunas do Curso Normal no INSA, portanto, articulava-se em torno de um projeto educativo conservador, em que o ensino religioso assumia papel central, consolidando um modelo de mulher disciplinada, recatada e devotada à família e à fé. Este projeto correspondia não apenas à missão institucional do INSA enquanto escola religiosa, mas também ao capital simbólico e social que a instituição adquiria ao ofertar uma educação pautada nos valores cristãos, conferindo-lhe legitimidade diante da população local e consolidando seu papel no processo de cristianização da sociedade.

Assim, à luz das contribuições de E. P. Thompson (1981), é possível compreender que o INSA, ao selecionar e organizar o currículo, ao definir os códigos de vestimenta e ao estabelecer os rituais cotidianos, participava ativamente da construção de uma experiência social específica para as mulheres, naturalizando papéis sociais, reforçando as hierarquias de gênero e contribuindo para a reprodução das relações de poder em escala local.

4.4. Atividades extracurriculares e a moralidade

O INSA, enquanto instituição confessional católica, estruturava todo o seu projeto educativo alicerçado nos valores e preceitos do catolicismo. A formação oferecida não se restringia ao domínio de conteúdos escolares, mas estava profundamente imbricada em uma concepção de educação moral e religiosa, concebida como requisito imprescindível em uma escola católica.

O cotidiano escolar era meticulosamente planejado, organizado e orientado de maneira a reforçar uma mensagem pedagógica e espiritual coerente com os princípios da Igreja. As alunas, em sua maioria provenientes de famílias que partilhavam — ou ao menos toleravam — os valores católicos, tinham suas rotinas cuidadosamente reguladas pelas religiosas da instituição, numa tentativa de moldar seus comportamentos, atitudes e mesmo suas identidades de gênero.

Louro (2000) oferece uma leitura crítica sobre essa dinâmica ao afirmar que os movimentos e ações dessas meninas, que ali escolhiam ou eram levadas a estudar, eram distribuídas em espaços e tempos rigidamente regulados e reguladores. As estudantes deveriam, em todos os momentos, estar ocupadas, envolvidas em atividades produtivas e controladas, sendo o uso do tempo e do espaço estrategicamente planejado pelas autoridades da escola. Isso se expressava tanto pelas permissões quanto pelas proibições, definindo o que era aceitável fazer, onde se poderia estar e o que se devia evitar.

O Curso Normal do INSA, destinado exclusivamente à formação de mulheres, reforçava esse projeto ao associar o ensino formal à construção de um ideal feminino ancorado na obediência, na disciplina e na submissão às normas morais e religiosas. Corredores, salas de aula, rituais e símbolos dispostos na escola atuavam como elementos materiais e simbólicos que produziam uma formação para a docilidade e para o enquadramento dentro de um padrão de feminilidade cristã.

Trazemos nesta seção o Relatório de Turma do ano de 1962, como também o Livro de Ocorrências do INSA dos anos de 1958, 1959 e 1963, que nos revelam atividades como datas comemorativas e atividades educativas marcadamente atravessadas por práticas sociais e religiosas e valores morais cristãos, demonstrando como o cotidiano escolar se constituía em um espaço de formação que transcendia o currículo formal e consolidava um projeto educativo confessional.

O ano de 1958, marcado pelo início do Curso Normal Pedagógico, foi um período de intensa atividade entre as alunas. Com a aprovação da direção do INSA, elas organizaram um concurso denominado “Rainha dos Estudantes”, cuja realização se estendeu por dois meses.

Após quase dois meses de intensa porfia realizou-se a apuração final do grande Concurso “Rainha dos Estudantes”, empreendido pelas ativas alunas do Curso Normal e ginásial. Reunidas na praça da Matriz, após os últimos festejos da festa de Nossa Senhora de Nazaré, convocaram uma mesa apuradora presidida pelas autoridades locais. Feita a abertura das 3 urnas, dá o seguinte resultado: Maria Ellen Lobato – 72 mil votos; Ana Leopoldina Contente – 33 mil votos e Margareth Araújo com 6 mil votos. Perfazendo um total de 111.000,00 – que será aplicado na construção do 2º pavimento do ginásio (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1958, pg.25).

As atividades promovidas nessas ocasiões fornecem indícios relevantes sobre as estratégias utilizadas pelas religiosas para consolidar valores, normas e comportamentos desejáveis. Além disso, revelam o engajamento em causas sociais e a articulação com outras iniciativas fora da cidade de Abaetetuba. Um exemplo disso foi a visita do Reverendíssimo Padre Davi Sá, reitor do Seminário Arquidiocesano de Belém, que esteve no município acompanhado de um grupo de seminaristas, promovendo a integração das alunas com outras experiências e atividades educativas e religiosas.

Chega a esta cidade o Revdmo. Padre David Sá Reitor do Seminário Arquidiocesano de Belém, trazendo em sua companhia uma turma de jovens seminaristas, fazendo parte integrante da comitiva a belíssima imagem de S. Pio X. Preenchendo a finalidade de uma visita a esta cidade de acordo com a diretoria deste estabelecimento, deixou fundado no nosso ginásio um núcleo da OPUS – denominado Pio XII – cuja diretoria ficou assim constituída: Presidente Ma. Ellen Lobato; Vice-presidente Ely Maués Cardoso; Secretaria – Benedita Negrão Figueredo, - Secretária Hélia Marques Maués. Foi feito um movimento entre as alunas, que cheias de entusiasmo ofertaram ao Revdmo Pe. Reitor a quantia de CR\$ 1.200,00 (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1958, pg. 29).

Nesse sentido, ao buscar compreender a experiência das alunas para além do currículo formal, torna-se indispensável considerar o conjunto de atividades religiosas e culturais que contribuíram, de maneira determinante, para a formação moral, social e espiritual dessas jovens. Práticas como a participação em missas, momentos de oração coletiva, rituais litúrgicos, retiro espiritual, grêmios estudantil e celebrações religiosas eram parte essencial da rotina, configurando-se como instrumentos de reforço dos valores desejados pela instituição.

Podemos observar que as alunas eram incentivadas a se organizar não apenas dentro do INSA, mas também em atividades que ultrapassavam os limites da instituição, conforme demonstram os seguintes registros:

Posse da diretoria do Grêmio Estudantil:

Comemorando a data cívica 21 de abril – execução de Tiradentes – o grêmio “Sta. Rosa de Viterbo”* – realiza a sua primeira reunião do ano letivo fazendo parte integrante desta a posse da nova diretora eleita: Presidente – Ma. Izabel Rodrigues, Secretária – Ivone Maués Sena – Tesoureira Izabel Costa – Oradora – Coracyr Rodrigues – Promotoras – Ma. Ellen Lobato, Ma. Neves Freitas, Marilda Loureiro, Ana Maués Costa, Ma. Aparecida Xavier e Alcira Lúcia dos Santos (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1959, pg. 29).

Fundação de Centros Catequéticos:

Comemorando o ano catequético nacional nossas alunas promovem, sob a orientação da diretora da catequese Irmã Carmosina Maria a fundação de vários centros de catecismos no interior. Iniciado em fins de abril, este importante movimento continua ainda em intensa atividade. Com muita eficiência vai sendo desenvolvida esta obra de apostolado (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1959, pg. 29).

Retiro Espiritual das alunas:

Pregado pelo Revdmo. Pe. Frei Pio de Capanema, realizou nos dias 10, 11, 12 e 13 o retiro espiritual das ginásianas e normalistas. Viveram nossas alunas estes 3 dias de grande proveito espiritual [...] Entre nós o cônego Davi A. Sá, para pregar o Santo retiro às alunas. Os santos exercícios tiveram início no dia 17 encerrando-se a 20, com a Santa Missa precedida pela procissão da Alfaia, com a explicação de tudo o que se faz mister para a celebração do Santo Sacrifício. A Santa Missa foi celebrada no *auditorium Versus Populi*. (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1959 e 1963, págs. 31 e 33).

Essas atividades, que extrapolavam o tempo e o espaço das aulas, integravam um campo de saberes e de práticas cuja função ia além da mera repetição de dogmas ou preceitos religiosos. Como aponta Thompson (1981), a formação dos indivíduos não ocorre de maneira mecânica ou imposta de forma absoluta, mas através de processos contraditórios de aprendizagem, resistência, aceitação ou resignação, em que as práticas cotidianas — ainda que por vezes naturalizadas — desempenham papel central na reprodução ou contestação das estruturas sociais.

Nesse contexto, as práticas religiosas organizadas pelo INSA podem ser compreendidas como parte de um amplo conjunto de ritos educativos que, de maneira intencional, buscavam produzir nas alunas não apenas o domínio de conteúdos escolares, mas a incorporação inconsciente de valores, comportamentos e aptidões condizentes com o ideário conservador da escola e, mais amplamente, com a sociedade patriarcal e religiosa da época. Essas ações integravam um projeto social e moral mais abrangente, que expressava a preocupação das religiosas em estender essa formação também às professoras do município e das localidades

vizinhas, por meio de atividades de orientação espiritual denominadas “Manhã de Recolhimento”.

As professoras da localidade aproveitando a estadia do Cônego Davi entre nós, tiveram hoje a sua manhã de recolhimento, constando de pregações e estudos de vários problemas que careciam de solução. Viveram momentos de paz num ambiente fraternal e amigo. Foi-lhes oferecido um lanche pela direção do estabelecimento. Em um dos intervalos, o Revdo. Sacerdote fez uma conferência à comunidade religiosa (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1963, pg. 33).

As atividades extraclasse, como procissões, festividades religiosas, novenas e celebrações cívico-religiosas, eram dispositivos fundamentais para esse projeto formativo. Nelas, o corpo das alunas era publicamente apresentado como símbolo da ordem, da moralidade e da fé, sendo continuamente submetido a olhares de vigilância e de disciplina, tanto por parte das autoridades escolares quanto da comunidade externa.

O controle do tempo, o uso dos espaços e a imposição de ritos cotidianos eram, portanto, estratégias fundamentais para materializar um modelo de educação conservadora, voltada à conformação das alunas segundo os valores da fé cristã, da obediência, da discrição e da subordinação ao papel social esperado para as mulheres na sociedade da época.

O INSA usava seu espaço com a participação das alunas como baluarte de suas causas, desenvolvendo diversos projetos fundamentados no conservadorismo. Entre eles, destaca-se a fundação da Liga Moralista Abaetetubense, no qual as religiosas protagonizam a defesa de uma cidade menos indecente.

Em comemoração à festa de Cristo Rei, foi solenemente inaugurada a liga da decência – União Moralista Abaetetubense, com a finalidade principal de zelar pela moralização do meio, mediante o combate às revistas, jornais, periódicos e livros perniciosos e indecentes, assim como aos filmes impróprios e condenados. A ela aderiram mais de 60 pessoas. Após a Missa Vespertina, houve uma passeata pelas principais ruas da cidade, com a apresentação de cartazes alusivos à Liga (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1958, pg. 26).

Assim, o projeto educativo do INSA não se restringia ao espaço escolar, mas se estendia para além dos muros da instituição, reforçando a reprodução de estruturas de gênero, de poder e de classe, conforme as categorias analíticas apontadas por E. P. Thompson (1981), ao enfatizar que os processos formativos se dão na experiência concreta e cotidiana, atravessados por relações sociais historicamente situadas e permeados por contradições e disputas.

Entre os eventos registrados, destacam-se as organizações religiosas voltadas especificamente para as atividades em sala de aula, nas quais as alunas participavam de acordo com o calendário litúrgico. No Relatório de 1962, destaca-se a chamada "Festa dos Novos":

FESTA DOS NOVOS – na véspera do primeiro dia do ano letivo, logo depois da Santa Missa do Espírito Santo, que contou com a participação de todas as alunas, foi apresentado um bonito programa elaborado pelas calouras. Como nos anos precedentes, esta festinha foi bem alegre e significativa. Cada novata colocou em comum os seus talentos e sentiu, conseqüentemente, a integração no ambiente estudantil que acolhia festivamente. (Arquivo INSA, 1962).

Esse evento inaugura simbolicamente o ano letivo sob o signo da religiosidade e da integração comunitária, mas, ao mesmo tempo, estabelece o controle disciplinar e moral já no início do processo formativo. A Missa do Espírito Santo, de participação obrigatória, é o marco inaugural, vinculando o ingresso das alunas a um ritual de fé. A atividade que se segue, pautada na exibição dos "talentos" das novatas, além de celebrar suas habilidades, insere-as em uma lógica de sociabilidade regulada e vigiada, reforçando o pertencimento ao espaço escolar e à ordem moral instituída.

O calendário letivo evidencia que tais comemorações ocorriam com frequência e, em todas elas, o protagonismo feminino era central, atribuindo às alunas uma responsabilidade ampliada não apenas em termos acadêmicos, mas, sobretudo, no que diz respeito à sua conduta, postura e incorporação dos valores sociais e religiosos. Nesses eventos, as mulheres eram, ao mesmo tempo, sujeitas e objeto da vigilância social, sendo continuamente avaliadas em sua moralidade e comportamento, dentro e fora dos muros do Instituto.

O Relatório também registra as comemorações de Páscoa:

PÁSCOA – A campanha preparativa foi entusiástica. Na manhã da Ressurreição, o nosso salão estava artisticamente ornamentado. Sobressaíam-se mesas onde as alunas haviam colocado símbolos pascais. Cartazes e emblemas alusivos a magna data estavam dispostos em cavaletes e pelas paredes. Às 9:30 horas o Salão nobre estava repleto de autoridades e famílias de nossas alunas. Foi-lhes, então, apresentado um agradável programa. (Arquivo INSA, 1962).

A Páscoa, uma das datas mais significativas do calendário cristão, é celebrada no INSA como um evento não apenas religioso, mas também cívico e educativo, marcado pela presença das autoridades locais e das famílias. A ornamentação do espaço e a participação das alunas revelam o quanto a escola se articulava como um espaço de produção e reprodução simbólica, em que as práticas culturais e religiosas reforçavam o ideário da fé e da ordem social. Desde o período colonial, a Igreja Católica no Brasil consolidou-se não apenas como veículo de

evangelização, mas também como um instrumento ideológico, disciplinador e legitimador de práticas de repressão, moralização e censura, frequentemente atuando em estreita relação com o Estado ou mesmo representando-o.

A pedagogia religiosa difundida pelas instituições confessionais como o INSA tinha, portanto, uma função normativa e política, ao consolidar o modelo de feminilidade baseado na obediência, no recato e na devoção. A figura de Maria, a Virgem, surge como o ideal máximo de mulher, reforçando o papel de submissão, pureza e dedicação ao lar, valores que se tornavam referência para as jovens estudantes. Assim, as práticas educativas cotidianas, articuladas às festividades religiosas, reforçavam a introjeção de comportamentos e crenças que subjugavam o direito humano ao direito divino, naturalizando hierarquias sociais e de gênero. Os relatos do Dia das Mães e do Dia dos Pais são particularmente reveladores:

DIA DAS MÃES – com grande esmero as alunas confeccionaram cartazes e murais com belíssimos pensamentos sobre “MÃE”. Às 9 horas, o salão nobre apresentava um aspecto majestoso e estava repleto de mães abaetetubenses. Então, foi apresentado um bonito programa.

Aos 21 dias de mês de maio procedeu-se a fundação de diversos clubes destinados como meios auxiliares a formação integral da juventude que é uma das principais preocupações do instituto. Estes são: Clube de Leitura, Pedagógico, Enfermagem, Serviço Social e Esporte e Recreação.

DIA DO PAPAI – Neste dia, foi preparada a apresentada carinhosamente, uma bonita festa para homenagear aos papais demonstrando-lhes a **gratidão que as mestras fomentam nas almas das alunas, sobretudo para os pais e superiores**. (Arquivo INSA, 1962). (grifos nossos).

A diferença de tratamento entre as figuras materna e paterna, observável nos registros, expõe o modo como a hierarquia de gênero se reproduzia também nas práticas educativas simbólicas. À mãe, atribui-se um reconhecimento indireto, expresso por meio de cartazes e pensamentos, enquanto ao pai se reserva uma homenagem direta, carinhosa e pública, atrelada à figura do "superior", reforçando o lugar do homem como autoridade e centro da estrutura familiar e social.

A frase "gratidão que as mestras fomentam nas almas das alunas" evidencia o caráter intencional desse processo educativo, em que se cultivava não apenas o saber escolar, mas, fundamentalmente, a obediência ao modelo patriarcal e à ordem moral cristã. O mês de maio nas escolas religiosas representa um período de intensificação dos valores morais transmitidos às alunas, sendo conhecido como o mês mariano, no qual as virtudes de Nossa Senhora são apresentadas como exemplos a serem seguidos. Por esse motivo, as atividades curriculares são adaptadas e reforçadas para esse fim.

Como nos anos anteriores, nossas alunas com vibrante entusiasmo, confeccionaram em suas próprias classes, primorosos altares dedicados a N. Senhora. É com grande satisfação que vemos cada ano, despertar em nossas alunas com mais intensidade o amor mariano. Trouxe feliz resultado a celebração do mês mariano, por ocasião da visita ao slmo (santíssimo?), antes do início das aulas. Todas as alunas ouviram uma leitura sobre as grandezas e virtudes de N. Senhora e seguida com grande fervor cantavam a ladainha – terminando com um hino dedicado a S Sma. Virgem (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1959, pg. 30).

Da mesma forma, a solenidade de Corpus Christi, comemorada em maio de 1963, marcou a vida das alunas, ocasião em que foi inaugurado o novo uniforme de gala, usado em momentos especiais.

SOLENIIDADE DE CORPUS CHRISTI - Houve solene procissão Eucarística. Todas as nossas alunas compareceram devidamente uniformizadas a esta demonstração pública de fé e amor a N. S. Sacramentado. Foi inaugurado neste dia o novo uniforme de gala (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1963, pg. 29).

Tal perspectiva encontra respaldo nas análises de Almeida (2014), ao afirmar:

Mesmo assim, a concepção implícita na frequência nas escolas normais pelas mulheres em à educação feminina, de modo geral, continuava atrelada aos princípios veiculados de esta educação ser necessária não para seu aperfeiçoamento ou satisfação, mas para ser a esposa agradável e a mãe dedicada...Mas havia um certo consenso quanto a necessidade de a mulher instruir-se e educar-se, desde que mantida dentro dos limites que não representassem risco às normatizações sociais vigentes. (Almeida, 2014, p. 77).

Ser mulher e estudar em uma escola religiosa como o INSA era, portanto, cumprir um percurso socialmente aceitável, um itinerário formativo cuidadosamente controlado, capaz de proporcionar certo prestígio e segurança às famílias, mas sem romper com as estruturas tradicionais. A escola religiosa representava, assim, um espaço ambivalente: ao mesmo tempo em que oferecia uma oportunidade de escolarização — especialmente através do magistério — , preservava os papéis tradicionais destinados às mulheres, seja no âmbito doméstico como esposas e mães, seja no espaço religioso como freiras ou colaboradoras da Igreja.

A educação feminina, impregnada de um "dever sagrado", constituía-se como uma prática intencional de perpetuação da ordem patriarcal e cristã, em que as mulheres eram moldadas para obedecer, cuidar e servir, conforme os valores legitimados pela Igreja e pelas elites locais.

Sob a lente da abordagem de E. P. Thompson (1981), compreende-se que tais práticas não se davam de maneira absoluta ou homogênea, mas eram atravessadas por contradições, resistências e tensões, próprias da experiência social concreta. As alunas do INSA, mesmo submetidas a um projeto educativo conservador, possuíam agência, desenvolviam suas próprias leituras da realidade e, em maior ou menor grau, tencionavam ou reproduziam os papéis que lhes eram atribuídos.

As atividades extracurriculares desenvolvidas ao longo do Curso Normal Pedagógico no Instituto Nossa Senhora dos Anjos (INSA) reafirmam o projeto educativo religioso e moralista que permeava o cotidiano escolar. A recorrência de eventos organizados a partir das datas comemorativas revela o esforço sistemático das religiosas em utilizar esses momentos como instrumentos pedagógicos que extrapolavam o ensino formal e reforçavam a doutrina cristã como padrão de conduta social, ética e religiosa. Na chamada "Festa de São João na Roça", realizada em 24 de junho daquele ano, o relatório enfatiza:

FESTA JUNINA – Precisamente, no dia 24 de junho, realizou-se a “Festa de São João na Roça” que, apesar de já ser tradicional, cada ano reveste-se de um novo e entusiástico brilho e cuja finalidade, em nosso ambiente, **é ensinar as alunas a viver cristãmente na sociedade** (Arquivo INSA, 1962).

Percebe-se que, mesmo em eventos culturalmente enraizados, como as festas juninas, havia uma intencionalidade pedagógica orientada pela moral católica. As alunas não participavam das festividades apenas como entretenimento, mas como parte de um projeto disciplinador, em que as práticas culturais locais eram apropriadas pelas religiosas e ressignificadas sob a ótica cristã.

Essa estratégia se alinha ao que Carvalho (2012) destaca sobre o planejamento e a rigidez presentes na educação ofertada por instituições confessionais. Segundo a autora, as escolas religiosas organizavam seus conteúdos e práticas de maneira a atender tanto às exigências formais dos órgãos públicos quanto à evangelização, sempre vinculando o ensino à construção de um conhecimento alinhado às necessidades da época e aos valores da Igreja.

Outro exemplo expressivo dessa pedagogia moralizante e disciplinadora está presente na "Semana do Estudante" e nas festas dos santos, como a Festa de São Francisco:

SEMANA DO ESTUDANTE – promovemos de 27 de outubro a 1º de novembro. O programa foi vasto e proveitoso, contando com palestras de cunho educativo, proferidas por professores, pessoas esclarecidas e estudantes, um júri simulado sobre modas cujo fim era mostrar, pelo debate entre os advogados, que a modéstia é amiga da elegância e a imodéstia é inimiga do pudor. A semana culminou com demonstração

cívica em um organizado desfile colegial, do qual participaram o Grupo Escolar e as Escolas Reunidas (Arquivo INSA, 1962).

FESTA DE SÃO FRANCISCO - Como nos anos anteriores foi celebrada a Santa Missa na Capela com numerosa assistência das alunas e pessoas amigas. A noite as alunas e os rapazes do grêmio reuniram-se para uma manifestação das irmãs. Foram encenadas as peças: O chamado, O abraço da cruz e São Francisco de Assis e o leproso. (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS, 1963, pg. 33).

As atividades demonstram o quanto o cotidiano escolar estava imerso em mecanismos de vigilância e de normatização dos corpos femininos. O júri simulado sobre moda evidencia o debate moral travado em torno da aparência das mulheres, reforçando a associação entre modéstia e virtude e estigmatizando comportamentos considerados "impróprios". Trata-se de um processo de conformação social e de padronização das atitudes e dos corpos femininos, cujo objetivo era formar mulheres "virtuosas", disciplinadas e adequadas ao modelo de feminilidade cristã e patriarcal vigente.

A educação ofertada pelo curso normal, portanto, extrapolava a mera formação de professoras. Como destaca Magalhães (1998), as congregações religiosas femininas assumiram historicamente o papel de educar e doutrinar as mulheres, especialmente após o Concílio de Trento, quando o ensino feminino foi entendido como ferramenta fundamental para conter a Reforma Protestante e consolidar os valores da Igreja Católica.

Nesse processo, a mulher foi concebida como guardiã da moral e da tradição religiosa, sendo sua educação permeada por rígido controle comportamental e simbólico, de modo a garantir sua submissão às estruturas sociais e eclesiais. Essa perspectiva também se manifestava nas práticas das Irmãs Missionárias Capuchinhas no INSA, como já apontado por Silva (2020) em estudo sobre o trabalho dessas religiosas no interior do Pará.

A cerimônia de colação de grau, realizada em 17 de dezembro de 1962, corrobora essa concepção:

COLAÇÃO DE GRAU – No dia 17 de dezembro realizou-se a colação de grau das novas professoras. Esta solenidade revestiu-se de muito brilho, sobretudo porque começou aos pés do altar. Diplomaram-se sete jovens: Izabel Costa, Maria da Conceição Nobre Coutinho, Maria Izabel Santos Rodrigues, Maria José Maués Carneiro, Maria do Monte Serrat Santos Carvalho, Maria das Neves e Marilourdes Solino Pessoa, cujo lema para a vida foi: "Estrelas que Brilharão" (Relatório Do Ano Letivo, 1962).

O simbolismo da cerimônia inicia-se no espaço sagrado, evidenciando que o ápice da formação educacional dessas jovens estava, antes de tudo, vinculado à fé e à devoção. O altar, como ponto de partida da solenidade, reafirma a centralidade da religiosidade na vida escolar e social dessas mulheres. Tal prática não apenas marcava o encerramento de um ciclo educativo, mas reforçava a incorporação da doutrina e da moral católica como parte indissociável da identidade e do comportamento feminino.

Os dados quantitativos da formação de normalistas no período de 1958 a 1963 revelam o caráter restrito e seletivo desse processo:

Quadro 18 - Matriculadas e formadas nos anos de 1958 a 1963

Ano	Matriculadas	Formadas
1958	16	15
1959	07	07
1960	10	08
1961	09	05
1962	Não houve matrícula	
1963	26	26
Total	68	61

Fonte: Elaborado pela autora

O reduzido número de matrículas e de formandas deve ser compreendido no contexto histórico e social do período. Em uma sociedade profundamente patriarcal e desigual, o acesso das mulheres à educação ainda era restrito, sobretudo em cidades do interior, como Abaetetuba. Além disso, o ingresso no curso normal implicava atender a exigências relacionadas não apenas ao desempenho acadêmico, mas, principalmente, à moralidade e ao comportamento, critérios que se estendiam a todas as esferas da vida escolar.

O Estatuto do INSA de 1962 formalizava essa exigência ao estabelecer, em seu artigo 2.º, que uma das finalidades da instituição era a assistência e condições de desenvolvimento físico, moral e cívico, bem como a formação religiosa da Igreja Católica Apostólica Romana.

A escola, assim, operava como uma instituição de vigilância e de controle, tanto no âmbito público quanto privado, sendo as alunas formadas sob a perspectiva de que deveriam ser exemplos de conduta e de moralidade em seus lares e comunidades.

Conforme Louro (2000), essas práticas normativas tinham como efeito o desenvolvimento de mecanismos de autovigilância, internalizados pelas alunas, de modo que:

Elas carregariam, com elas, a escola, para além de seus muros; a instituição faria, parte delas. Elas se tornariam capazes de se autogovernar, exatamente por terem incorporado as normas e tecnologias de governo da instituição e da sociedade (Louro, 2000, p. 462).

O INSA, portanto, produzia não apenas profissionais para o magistério, mas mulheres moldadas à imagem da fé e da ordem, capazes de reproduzir e perpetuar os valores patriarcais e cristãos na sociedade. Mesmo para aquelas que não concluíam o curso ou não ingressavam na carreira docente, a experiência escolar deixava marcas duradouras em suas trajetórias, conformando subjetividades e comportamentos adequados ao modelo social vigente.

A educação feminina, viabilizada pelo curso normal e pelas práticas cotidianas da escola religiosa, ao mesmo tempo em que representava um avanço para as mulheres, estava profundamente condicionada à reprodução das hierarquias de gênero e dos valores cristãos. Como aponta Pesavento (2004, p. 27), o controle sobre corpos e mentes no ambiente escolar visava “no aspecto religioso, as práticas educativas executadas — como missa, oração, ritual dos sacramentos — materializarem e formarem valores do campo moral. Já no aspecto civil, as práticas educativas formam a cultura nacional dos valores patrióticos”.

Assim, o INSA emerge como um espaço contraditório, no qual a emancipação parcial das mulheres — por meio da educação — coexistia com a reprodução das estruturas patriarcais e religiosas, revelando as complexidades, ambiguidades e tensões que perpassavam a experiência social e formativa dessas jovens, tal como defende E. P. Thompson (1981), ao compreender a formação das identidades e das relações sociais como processos históricos, contraditórios e permeados por disputas e resistências.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada neste trabalho abordou a história da educação de mulheres em instituições religiosas, focando no curso normal pedagógico do Instituto Nossa Senhora dos Anjos (INSA) em Abaetetuba, no estado do Pará. Como já mencionado, nossa motivação se originou de estudos anteriores sobre a educação de meninas indígenas e a atuação das Irmãs Missionárias Capuchinhas e seu objetivo foi investigar outros territórios nos quais as Irmãs Capuchinhas desenvolveram ações educacionais voltadas à educação de mulheres.

Vimos que a atuação da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas, desde sua fundação em 1904, tem sido prioritariamente voltada ao público feminino e indígena e sua experiência no Pará, no início do século XX, foi importante para consolidar a Congregação como agente educacional na formação de mulheres na região Norte do Brasil.

Para atingir nosso objetivo, realizamos um levantamento de teses e dissertações publicadas entre 2013 e 2022 na Plataforma CAPES, com foco na temática da História de Mulheres em Espaços Religiosos. Esse levantamento dialogou com documentos escolares e fotografias, utilizados como fontes primárias. A partir da delimitação do nosso problema de pesquisa — centrado na pergunta sobre como se deu a educação de mulheres no curso normal pedagógico do Instituto Nossa Senhora dos Anjos (INSA), em Abaetetuba — estabelecemos como objetivo geral analisar o processo de educação dessas mulheres no referido curso, no período de 1958 a 1963. Buscamos, com isso, adotar enfoques que superem a dicotomia entre vitimização e sucesso do sujeito feminino, de modo a evidenciar a complexidade de sua atuação na sociedade.

Entendemos que a feminização do magistério teve início nos anos finais do século XIX e consolidou-se ao longo do período republicano, momento em que se intensificou a ideia de que as mulheres possuíam uma vocação natural para a educação da infância. Essa concepção estava atrelada à representação da escola como uma extensão do espaço doméstico, voltado ao cuidado, à proteção e à formação moral. Assim, às mulheres foi atribuída uma função decisiva nessa tarefa, assumindo a responsabilidade de guiar a infância e moralizar os costumes sociais.

Nesse contexto, as Irmãs Missionárias Capuchinhas desempenharam um papel central na educação das mulheres em Abaetetuba, sobretudo por meio da implantação e do desenvolvimento do curso normal pedagógico no Instituto Nossa Senhora dos Anjos (INSA). Ao promoverem a formação de mulheres para o exercício da docência, contribuíram significativamente para o desenvolvimento educacional do município e para a valorização da cultura local.

No decorrer deste trabalho, foi possível reconstruir a trajetória da Congregação das Irmãs Missionárias Capuchinhas — fundada em 1904, no Pará — cuja atuação se destacou na região da Amazônia tocantina, especialmente em Abaetetuba. Sua missão era educar meninas e formar professoras primárias, respondendo às lacunas do sistema público de ensino, que, desde o início do século XX, enfrentava a escassez de profissionais qualificados e a carência de recursos didáticos adequados.

Não restam dúvidas quanto ao fato de que a expansão da Congregação e o estabelecimento dessa escola simbolizam um fenômeno de feminização do catolicismo no Brasil, refletindo a influência das congregações religiosas femininas na educação de mulheres, que muitas vezes optavam, ou eram direcionadas, a frequentar escolas confessionais para terem acesso ao ensino, diante das dificuldades existentes no sistema público. Entretanto, é importante ressaltar que a Congregação teve uma atuação baseada na formação de mulheres com o objetivo de disseminar a fé católica.

Nesta pesquisa, buscamos traçar o perfil de um grupo de mulheres — considerando sua origem, nível social, condições financeiras e trajetória educacional — que estudavam no INSA desde o ginásio, onde receberam uma educação conservadora e confessional, a qual reforçava os papéis tradicionais de gênero na sociedade. O propósito, de cunho conservador, era normatizar o lugar da mulher, enfatizando seu papel na família como esposa e mãe, especialmente em instituições católicas.

Outro aspecto relevante observado diz respeito ao contexto do desenvolvimentismo dos anos 1950, que possibilitou ao governo Vargas, e aos que o sucederam, ações mais incisivas na política educacional, voltadas ao enfrentamento das novas demandas da sociedade por ampliação do acesso à escolarização. Isso se tornou ainda mais significativo diante das transformações ocorridas no século XX, que consolidaram a participação das mulheres nas mudanças sociais brasileiras, com a educação assumindo o papel de reconstrutora da nação — fruto de um processo iniciado ainda na transição do Império para a República, quando houve maior inserção das mulheres na instrução, inclusive com o reconhecimento do direito ao voto e à candidatura a cargos no Conselho Superior de Instrução Pública.

No entanto, mesmo tendo direito à instrução, às mulheres era ensinado apenas o essencial para a vida pessoal, religiosa e conjugal, com conhecimentos elementares e ensinamentos cristãos e domésticos, uma vez que eram vistas e idealizadas por meio de estereótipos profundamente arraigados nos valores éticos e morais do catolicismo conservador, consolidando uma imagem de submissão e puritanismo. Para a maioria da sociedade da época, a educação feminina não poderia ser concebida sem uma sólida formação cristã, considerada a

base de qualquer projeto educativo — característica evidenciada em nossa pesquisa, ao analisarmos as fichas de matrícula do INSA, que revelaram dados sobre nascimento, paternidade e posição social, permitindo traçar um retrato da educação feminina na região entre 1958 e 1963.

A organização curricular do Instituto refletia o propósito das religiosas de oferecer uma educação conservadora, com ênfase na catequese católica, moldando as alunas de acordo com as tradições do sistema educativo. Os conteúdos religiosos eram constantemente transmitidos como parte da realização da vocação da escola, influenciando tanto os conhecimentos quanto o comportamento das discentes.

Nesse contexto, o curso de formação de professoras do INSA era frequentado exclusivamente por mulheres, e a educação ali oferecida tinha como intenção promover a obediência por meio da moralidade e das práticas educativas religiosas. Essas eram reforçadas por atividades extracurriculares, como missas, orações e outros rituais religiosos, que contribuíam de forma constante e permanente para orientar a vida social, cultural e religiosa das alunas.

A gradual reformulação das políticas educacionais naquele período da história do país esteve vinculada à ampliação de escolas, reformas no ensino secundário e na formação de professores, buscando atender às demandas de uma sociedade em transformação, na qual o papel da mulher e a democratização do acesso à educação eram considerados essenciais para o desenvolvimento nacional.

Entretanto, no âmbito do nosso objeto de estudo, as freiras representavam os exemplos de moralidade a serem seguidos; entre as finalidades essenciais da educação estavam o desenvolvimento físico, moral e cívico, bem como a formação religiosa sob a orientação da Igreja Católica. As práticas normativas, portanto, baseavam-se na moral católica, controlando corpos e mentes para validar uma educação esmerada, consolidando preceitos religiosos e morais permeados por valores nacionalistas e patrióticos.

Finalmente, com base nos estudos desenvolvidos comprovamos a hipótese de que a educação de mulheres abaetetubenses, realizada entre 1958 e 1963, começou com o curso de magistério oferecido pela Congregação das Missionárias Capuchinhas. Em contrapartida, essa educação representou um processo de formação conservadora, modelado na doutrina católica e cuja base ideológica reforçava a submissão à sociedade patriarcal vigente.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. Prefácio. In: MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos; XAVIER, Libânia Nacif (orgs.). **Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950/1960**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2008.
- ABREU, G. S. A. de; MINHOTO, M. A. P. Política de admissão ao ginásio (1931-1945): conteúdos e forma revelam segmentação do primário. *Revista HISTEDBR On-Line*, v. 12, n. 46, p. 107-118, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rho.v12i46.8640074>. Acesso em: 07 out. 2024.
- ABREU JUNIOR, José Maria de Castro. **O vírus e a cidade: rastros da gripe espanhola no cotidiano da cidade de Belém (1918)**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2018.
- ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: UNESP, 1998.
- ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? In: SAVIANI, Dermeval. **O legado Educacional do século XX no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014, p. 57-100.
- ALMEIDA, Rogério. Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins. Ver. **Estudos Avançados** 24 (68), pg 291- 298, 2010.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 5.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008.
- BASSI, Adélia Carolina. MORAIS, Christianni Cardoso. “Vestir de Anjo”: Moralidade e Práticas Educativas em São João Del-Rei (1930-1946). *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33, 2017.
- BENCOSTA, Marcus Levy Albino. A arquitetura e Espaço Escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903 – 1928). In: **Educar**, Curitiba, n. 18, p. 103-141. 2001. Editora da UFPR. <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/6658>. Acesso em outubro de 2025.
- BERTUCCI, Liane Maria; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Edward Thompson: história e formação. Belo Horizonte: **Editora UFMG**, 2010. 121 p.
- BIANCHI, Álvaro. O conceito de Estado em Max Weber *Nova*, São Paulo, 92: 79-104, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/bNshhdRwcCdKfVKLdJMjX9L>. Acesso em: 26 abr. 2024.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Prefácio Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira Lilia Moritz Schwarcz. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946.** Diário Oficial da União. Brasília, 1946.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Portaria 612, de 30 de maio de 1955.** Autoriza o Funcionamento do Ginásio Nossa Senhora dos Anjos. Diário Oficial da União. Brasília, 1955.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular:** o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CALLOU, Maria Lucirene Sousa. **A Congregação Filhas de Maria Auxiliadora e a Formação Feminina Salesiana no Instituto Dom Bosco em Belém do Pará:** Entre a educação, a religião e o trabalho (1935 – 1942) / Maria Lucirene Sousa Callou. – 2023. 363 f.: il. Color.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História.** Ensaios de teoria e metodologia, 05 ed. ABDR: Editora Afiliada, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil.** O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, Maria Goretti Cavalcante de. **O projeto educativo das capuchinhas:** o franciscanismo na história da educação, em São Luís – MA, desde 1913. São Luís: Eduema, 2012.

CASTILHO, Irmã Maria Útilia. **Uma História de amor:** feita de luzes e sombra, 1904-2004. Fortaleza: CIMC, 2004.

CASTRO, Heber. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 76-96.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Tradução de Maria de Lourdes Menezes: revisão técnica [de] Arno Vogel – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAMON, Magda. **Trajetória de feminização do magistério:** ambiguidades e conflitos. Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Convite a filosofia.** 14ª Edição, São Paulo, 2011.

CHIOZZINI, D. F.; ANDRADE, N. A. de. Além do exame de admissão: obstáculos para o acesso ao ensino Secundário em São Paulo. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, [S. l.], v. 29, n. 59, p. 95–109, 2020. DOI: 10.21879/faeeba2358-0194.2020.v29.n59.p95-109. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/9933>. Acesso em: 7 out. 2024.

COELHO, Maricilde Oliveira. **A escola primária no Estado do Pará (1920-1940).** Tese (Doutorado em História da Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS. **Cartas aos padres e irmãos**. 1905. Arquivo da Cúria Custodial dos Frades M. Capuchinhos. São Luís, MA.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS. **Cartas eclesiásticas**. 1900–1923. Arquivo da Cúria Custodial dos Frades M. Capuchinhos. São Luís, MA.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS. **Cartas superiores**. 1903, 1904, 1905. Arquivo dos Capuchinhos Lombardos, São Luís, MA.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS. **Estatuto do Educandário AIMCA**, 1953. Arquivo do Instituto Nossa Senhora dos Anjos (INSA), Abaetetuba (PA).

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS. **Livro de Ocorrências**, 1957 - 1963. Arquivo do Instituto Nossa Senhora dos Anjos (INSA), Abaetetuba (PA).

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS. **Ofício da Custódia** (Ata). 1953. Arquivo da Cúria Custodial dos Frades M. Capuchinhos. São Luís, MA.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS CAPUCHINHAS. **Revista INSA comemorativa**: 50 anos (1955–2003), 2003.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS TERCEIRA REGULARES DA MISSÃO CAPUCHINHA LOMBARDA DO NORTE DO BRASIL. **Constituição das Irmãs Terceira Regulares da Missão Capuchinha Lombarda do Norte do Brasil: Regra da Ordem Terceira Regular de São Francisco de Assis**. Secção Typ. Belém, 1907.

COSTA, Edivaldo da Silva. **Um projeto de saúde na Amazônia**: a edificação de postos de saúde no interior do Pará (1942-1945). 2024

COSTA, Edivando da Silva. A saúde em tempos de guerra: as ações dos guardas sanitários do SESP na Amazônia paraense (1942-1945). **História Revista**, Goiânia, v. 28, n. 1, p. 157–177, 2023.

CUSTÓDIO, Maria Aparecida Corrêa. Missão capuchinha e resistência Tentehar: releituras do Conflito de Alto Alegre. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 175, p. 316-342, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053146414>. Acesso em: 12 abr. 2025.

CUSTÓDIO, Maria Aparecida Corrêa. O papel da Congregação das Capuchinhas na formação de classes médias e elites regionais. **Pro-posições**, Campinas, v. 28, n. 3 (84), p. 169-203, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/ZwG76sBGpvtbtMbXbnPQ5zG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2025.

DALLABRIDA, Norberto. **Virtus et Scientia**: o Ginásio Catarinense e a (re)produção das elites catarinenses na Primeira República. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. . Acesso em: 04 out. 2024.

DAMASCENO, Alberto. TOMÉ, Luane. Ordem para as mulheres, Progresso para os homens: a educação feminina na perspectiva de José Veríssimo. Ver. **HISTEDBR On-line**, Campinas, V. 19.

DAMASCENO, Alberto; SANTOS, Emina; RESCHKE, Monika; PANTOJA, Suellem Martins. A mulher como professora primária: um desafio profissional na Primeira República. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 12, n. 24, p. 569–584, nov./dez. 2018.

DE LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-154.

DUBY, Georges. **As damas do século XII**. Trad. Paulo Neves e Maria Lúcia Machado, Editora Schwarcz, São Paulo, 1995.

FERREIRA, Marcélia Gomes. **Educação e participação feminina na Era Vargas**. Goiânia, 2021. 105 f. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2021.

FERREIRA, Sylvio Marcus de Paiva; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. As origens da política brasileira de desenvolvimento regional: o caso da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). **Texto para Discussão**, n. 266, Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, abr. 2016.

FRADES MENORES CAPUCHINHOS. **Ata de fundação**. 1955. Manuscrito. Arquivo dos Capuchinhos Lombardos, São Luís, MA.

FRADES MENORES CAPUCHINHOS. Tombo: **Cópia dos documentos do Prata de 1898 a 1903**. Transcrição do original por Demétrio Saccomandi. Arquivo da Cúria Custodial dos Frades M. Capuchinhos. São Luís, MA.

FRANÇA, Raimundo. SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. O sentido da política como vocação em Max Weber. **REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA, DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS - POLITI(k)CON**. UNEMAT. VOL.2 Nº 1, agosto/dezembro, 2021. ISSN: 2763-5945. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/politikcon/article/view/5653/4366>. Acesso em: 20 mai. 2024.

FRANCO, M. **Análise de conteúdo**. Brasília: Liber Livro Editora, 2018.

GOLOBOVANTE, Smile. MELO, Clarice. DAMASCENO, Alberto. Política, Educação e o Ensino de História no Contexto do Nacional-Desenvolvimentismo. **Revista Exitus**, Santarém/Pará, Vol. 13, p. 01 – 24, e023009, 2023.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. Tradução de Cid Knipel Moreira. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2022. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa>. Acesso em: 17 mai. 2022.

IRIARTE, Lázaro (OFM). **História Franciscana**. Editora Vozes, 1985.

KOPPE, Carmen Terezinha. **Marcia Priscilla Brown**: Uma pedagogia americana na reforma da Escola Normal de São Paulo (1890-1896). 127f. Dissertação (Mestrado em Educação), PUCPR, 2021.

LAGE, Ana Cristina Pereira. **Conexões Vicentinas**: Particularidades Políticas e Religiosas da Educação Confessional em Mariana e Lisboa Oitocentistas. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

LANGOIS, Claude. **Le catholicisme au féminin**. Lês congrégations française á supériere générale au XIXe siècle. Paris: Cerf, 1984.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. **O jornal impresso como fonte de pesquisa**. Porto Alegre: PUCRS. 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas, (SP): Editora da UNICAMP, 1990.

LOMBARDI, José Claudinei. Educação e Nacional-Desenvolvimentismo (1946-1964) **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, Nº 56. P. 26-45, maio2014 – ISSN: 1676-2584

LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura Fontes. **História e Historiografia da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

LONGHINI VICENÇONI, D.; AVIZ DO ROSÁRIO, M. J.; ARNAUT DE TOLEDO, C. de A. A atuação dos Barnabitas no Seminário Diocesano de Belém (1903-1908): The actions of the Barnabites on Diocesan Seminary of Belem (1903-1908). **Revista Cocar**, [S. l.], v. 16, n. 34, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4953>. Acesso em: 5 mai. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (Org); PINSKY, Carla Bassanezi (Coord. De textos). **História das Mulheres no Brasil**. 03.ed. São Paulo: Contexto, 2000, p. 443-481.

MACHADO, Jorge. **História de Abaetetuba**, 2020.

MARCONI, Marini de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas S.A, 2003.

MAUÉS, Cleiton Ponciano Santos. **A história do Grupo Escolar de Abaeté (1903-1923)**: Entre as Contradições na Arquitetura e na Organização Pedagógica. Dissertação de Mestrado, 2020. Universidade Federal do Pará. PPEB/UFPA.

MAGALHÃES, J. P. de. O contributo das congregações religiosas para a educação tradicional da mulher em Portugal. **Veritas**, Porto Alegre, v. 43, n. 5, p. 151-157, 1998. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/veritas/article/view/35588>. Acesso em: 15 out. 2024.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos; XAVIER, Libânia Nacif (orgs.). **Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950/1960**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2008.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. Formar o magistério nacional: as políticas do Inep/MEC, nos anos 1950-1960. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, MG, n. 7, jan./dez. 2008.

MONTEIRO, Juliana da Silva. **O Patronato de Menores de Dourados - MT/MS: Cultura Escolar e Estratégias de Ação Social Franciscana (1950-1983)**. 415f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Da Grande Dourado, UFGD, 2022.

MORAES, Tarcisio Cardoso. **A engenharia da história: natureza, geografia e historiografia na Amazônia**. 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2009. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

MITTIANCK, Vanuza Alves. **As mulheres de 1950: seu comportamento e suas atitudes. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. Disponível em: www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499470616_ARQUIVO_ASMULHERESDE1950seucomportamentoesuasatitudes.pdf. Acesso em: 26 mar. 2025

NEMBRO, Frei João Pedro Metódio. **Missionário Capuchinho Superior e Fundador**. Volume I e II. Tradução de Antônio Angonese. Petrópolis: Editoras Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Gleice Izaura da Costa. **De Patronato Agrícola à Escola Agrotécnica Federal de Castanhal: o que a história do currículo revela sobre as mudanças e permanências no currículo de uma instituição de ensino técnico?** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém. 222p.

PARÁ. **Decreto nº 2.767, de 27 de outubro de 1961**. Jornal Oficial. Belém, 1961.

PARÁ. **Decreto n. 3.788, de 27 de outubro de 1961**. Jornal Oficial. Belém, 1961.

PARÁ. **Diário Oficial do Estado**, 1961.

PARÁ. Governador (Montenegro). **Decretos e Decisões de 1903**. Disponível em: <http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/file/legislacoes/decretosedecisoos1903>. Acesso em: 15 ago. 2025.

PARÁ. Governador (Montenegro). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Pará em 7 de setembro de 1908**. Belém, 1908.

PARÁ. Governador (Paes de Carvalho). **Mensagem apresentada ao Congresso do Estado do Pará, em 01 de fevereiro de 1901**. Belém, 1901.

PASINATO, Darciel. (2013). Educação no período populista brasileiro (1945-1964). **Semina - Revista Dos Pós-Graduandos Em História Da UPF**, 12(1). Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/3647>. Acesso em: 07 mai. 2024.

PERROT, Michelle. Escrever uma história de mulheres: relato de uma experiência no Ocidente. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 4, p. 9-28, 1995.

PERROT, Michele. **Mulheres ou os silêncios da História**, EDUSC, 2005

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PORTAL CAPES. Disponível em: www.catalogodeteses.capes.gov.br. Acesso em: 10 mai. 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades. **Iere Journée d'Histoire des Sensibilités**, EHESS 4 mars 2004. Disponível em <https://journals.openedition.org/nuevomundo/229>. Acesso em 11 de nov. 2024.

PIZATTO, Adriana Mendonça. **História do Curso Magistério da Escola Franciscana Imaculada Conceição no Município de Dourados - MT/MS (1974-1991)**. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação), UFGD, 2023.

PRADO, Fernanda Batista do. **Entre o oratório e a profissão: Formação de professoras na Escola Normal Rural Nossa Senhora Auxiliadora Em Porto Velho/RO (1930-1946)**. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação), UFMT, 2017.

REIS, Márcia Lopes. Políticas educacionais e estrutura e organização da educação básica. YouTube, Univesp - Universidade Virtual do Estado de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EaJOAb1JuKc>. Acesso em: 4 mai. 2024.

RESCHKE, Monia, MAZZINI. João Lúcio. DAMASCENO, Alberto. A mulher na legislação educacional paraense na transição do império para a república. **Ver. FAEEBA – Ed. E Comtemp**. Salvador, v. 30, n. 63, p. 16-29, jul/set. 2021

ROCHA. Fábio Gomes et al. Um modelo de mapeamento sistemático para a educação. **Cadernos da FUCAMP**, v. 17, n. 29, 2018.

RODELINI, Juliana Da Silva. **A Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã e sua atuação na educação escolar em Itaporã-MT (1958-1972)**. 132f. Tese (Doutorado em Educação), UFGD, 2022.

RODRIGUES, Denise Simões, FRANCA, Maria do Perpetuo Socorro Avelino Gomes de. A Pesquisa Documental Sócio-histórica. In: MARCONDES, Maria Inês; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; TEIXEIRA, Elizabeth. **Metodologia e Técnica de pesquisa em Educação/Organizadoras**. Belém: EDUEPA, 2010, p. 55-72.

RODRIGUES, Marilu Marqueto. **Professoras e Professores Rurais em Mato Grosso: Entre Várzea Grande e Ponta-Porã na Fronteira do Estado (1940-1974)**. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação), UFMT, 2019.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

REVISTA INSA 25 ANOS. Uma vocação - um serviço, 1978.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo uma reflexão sobre a prática**. Trad. Ernani F. da F. Rosa – 3. Ed. – Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SANDER, Sabrina Gabrielle. **As Irmãs de Bonlanden**: Colégio Franciscano São Miguel de Landário/MT (1940-1974). 186f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Grande Dourado, UFGD, 2020.

SANFELICE, José Luís. O Manifesto dos Educadores (1959) à luz da história. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 99, p. 542–557, ago./ago. 2007

SANTOS, Andreia Pereira Dos. **Memórias da docência como ato de amor**: a divisão social do trabalho docente no Alto Sertão da Bahia nas primeiras décadas do século XX. 151f. dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2020.

SANTOS, Lilian Gleisia Alves Dos Santos. **Memórias do Colejão**: O Instituto Nossa Senhora Aparecida e a História da Educação em Salinas-MG (1951-1977). 288f. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2023.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho 2008.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

SCHUELER, A. (2014). EDUCAÇÃO, EXPERIÊNCIA E EMANCIPAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DE E. P. THOMPSON PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. *Revista Trabalho Necessário*, 12(18). Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.12i18.p8594>. Acesso em: 30 abr. 2024.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 5-22, 1990.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 51, p. 13-29, jul./dez. 2009. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/19983>. Acesso em: 20 set. 2024.

SPOSITO, Marília P. **O povo vai à escola**: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

SILVA, Daniel Neves. "Juscelino Kubitschek"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/juscelino-kubitschek.htm>. Acesso em: 02 mai. 2024.

SILVA, Daniel Neves. "Lista com todos os presidentes do Brasil"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/presidentes-do-brasil.htm>. Acesso em: 02 mai. 2024.

SILVA, Gercina Ferreira da. **Instituto Santo Antônio do Prata (1898-1921):** missionários capuchinhos e educação de meninas índias no município de Igarapé-Açu/PA. Belém: Folheando, 2020.

SILVA, Larissa Amaral da. Hora de folgar os espartilhos: a submissão e emancipação feminina sob a ótica do direito civil. **Revista Conversas Civilísticas**, Salvador, v. 1, n. 1, jan./jun. 2021a.

SANTA Rosa de Viterbo, Virgem Franciscana. Vatican News, [s.d]. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/santo-do-dia/03/06/s--rosa-de-viterbo--virgem-franciscana.html>. Acesso em: 15 out. 2025.

SILVA, Sthefany Matheus da. **O papel da Escola Normal Secundária “Leonel Franca” de Paranavaí na Formação de Professoras (1956-1974)**. 149f. Dissertação (Mestrado em Formação docente Interdisciplinar), Instituição de Ensino: UNESPAR, 2021b.

SOIHET, Rachel. História de mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 399-429.

SOUZA ARAÚJO, H. C. **Lazarópolis do Prata: A primeira colônia agrícola de leprosos fundada no Brasil**. Belém, PA: Empresa Gráfica Amazônia, 1924.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século 20: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. A configuração das escolas isoladas no estado de São Paulo (1846-1904). **Revista Brasileira de História de Educação**, Maringá, v. 16, n. 2, p. 341-377, abr./jun. 2016.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. I. A árvore da liberdade. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. II. A maldição de Adão. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. III. A força dos trabalhadores. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TAVARES, Michelle Matar Pereira de Oliveira. **Seminário Sagrado Coração de Jesus: os padres Lazaristas e a formação religiosa em Diamantina- MG (1950- 1964).** Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2023.

TRINDADE; Joelma da Silva; LIMA, Maria do Socorro Pereira; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de S. Avelino de. O significado do uso dos uniformes escolares pelas alunas do Instituto Nossa Senhora dos Anjos, na cidade de Abaetetuba, Pará, Brasil (1953-1970). **Cuadernos de Educación.** Año XXI Nº 24. Octubre, 2024.

VASQUES, Jefferson; BESKOW, Cristina. **A educação brasileira no período nacional-desenvolvimentista (1945-1964).** YouTube, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D67ROGP07zE>. Acesso em: 2 mai. 2024.

VENDRAMINI, Célia Regina. Experiência humana e coletividade em Thompson. **Esboços: histórias em contextos globais**, v. 11, n. 12, p. 25-36, 2004.